



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E**  
**CONTABILIDADE**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DJARCLESSIA BARBOSA DA SILVA**

**CONTROVÉRSIAS ENTRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DAS**  
**REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX**

**FORTALEZA**

**2018**

DJARCLESSIA BARBOSA DA SILVA

CONTROVÉRSIAS ENTRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DAS REGIÕES  
NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas do Departamento de Teoria  
Econômica da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Inez Silvia Batista Castro

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S579c Silva, Djarclessia Barbosa da.  
Controvérsias entre o processo de industrialização das regiões Nordeste e  
Sudeste do Brasil até meados do século XX / Djarclessia Barbosa da Silva. - 2018.  
108 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Inez Silvia Batista Castro.

1. Industrialização. 2. Nordeste. 3. Sudeste. 4. desenvolvimento. I. Título.

CDD 330

---

DJARCLESSIA BARBOSA DA SILVA

CONTROVÉRSIAS ENTRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DAS REGIÕES  
NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

Monografia apresentada ao curso de ciências econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de bacharel em Economia.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Inez Silvia Batista Castro (orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, minha avó, e minha orientadora.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por todas as oportunidades que tive ao longo da vida que me permitiram chegar até aqui.

Dedico esta, bem como toda as minhas conquistas, aos meus pais, Cleber Eriton e Djarlene Barbosa. Pai, obrigada por todo esforço que realizou para eu chegasse até aqui, obrigada por cada plantão e noite sem dormir, obrigada por ser o meu maior exemplo. Mãe, obrigada por toda confiança, por sempre ter acredito que eu conseguiria, e por sempre incentivar os meus estudos. A busca por deixá-los orgulhosos sempre será minha maior motivação, pois acredito que seja a melhor forma de demonstrar a imensa gratidão que carrego.

Ao meu namorado, Anderson Florêncio, pelo amor, companheirismo, cumplicidade, paciência, compreensão e apoio constantes dedicados a mim, principalmente durante a realização deste trabalho.

A todos os professores que me acompanharam, em especial a professora e orientadora Inez Castro que foi tão importante em minha vida acadêmica, por toda dedicação, ensinamentos, atenção e apoio durante todos os períodos em que estivemos juntas, e pelo empenho para a realização desta monografia.

Aos meus amigos de faculdade, em especial a Barbara Braga, Erika Pessoa e Patrícia Alcântara pela amizade, que tornou essa caminhada mais leve e bonita, e a Yngrid Ohana pelo companheirismo e dedicação na monitoria da disciplina Formação Econômica do Brasil, que deu origem a este trabalho.

À minha equipe de trabalho durante o período, Ana Karla Oliveira, Karinne Líbio e Elivânia Onofre, por todo apoio para realização deste trabalho, confiança, carinho e compreensão nos meus momentos de ausência.

E ao demais que, de alguma forma, fizeram parte desta longa caminhada.

## RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise do processo de industrialização ocorrida no Nordeste e Sudeste brasileiro até meados do século XX, feita a partir das teorias sobre industrialização no Brasil, com o objetivo de identificar como ocorreu o processo de industrialização e os fatores que limitaram e condicionaram este processo, bem como as dificuldades enfrentadas pelas regiões, de forma a identificar as razões históricas para que o nordeste tenha sentido uma maior dificuldade, quando comparado ao sudeste, para enfrenta-las, se industrializando tardiamente. A análise partirá de uma comparação com o processo ocorrido na região Sudeste buscando entender as diferenças socioeconômicas existentes entre as duas regiões, analisando quais as raízes dessas disparidades e as heranças que os processos industriais ocorridos nas regiões trouxeram para o país.

**Palavras-chave:** Industrialização, Nordeste, Sudeste, desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

This work is an analysis of the industrialization process occurring in the Brazilian Northeast. It tries to identify the theories that explain why the industrialization in the Northeastern region of Brazil did not happen at the same time as Southeastern industrialization. It also explores the difficulties faced by Northeast region in this process of industrialization, as well as the historical reasons that led this region to industrialize late. The analysis relies on a comparison with the process of the Southeast region, in order to understand the socioeconomic differences existing between the two regions, the roots of these disparities and the inheritance that the industrial processes that took place in the regions gave to the country.

**Key-words:** Industrialization, Northeast, Southeast, development.



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	Valor da exportação geral do Brasil no período colonial .....	20
TABELA 2 -	BRASIL - Crescimento populacional na colônia (1690-1798) .....	28
TABELA 3 -	Principais produtos exportados pelo Brasil no século XIX e sua participação sobre o total de exportações.....	33
TABELA 4 -	Distribuição regional da produção brasileira de Cana de açúcar (%) - diversos anos.....	42
TABELA 5 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - indústria de fiação e tecidos - 1907 (Tecidos de algodão) .....	44
TABELA 6 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Receita arrecadada pela emissão de carteiras de trabalho - 1938 .....	76
TABELA 7 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Pessoal ocupado no setor industrial ligado à produção - diversos anos .....	77
TABELA 8 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor nominal do salário pago ao pessoal ligado à produção - diversos anos .....	79
TABELA 9 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor real do salário pago ao pessoal ligado à produção a preços de 1980 - diversos anos .....	80
TABELA 10 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionada - Renda <i>Per Capita</i> do pessoal ligado à produção no setor industrial- diversos anos .....	81
TABELA 11 -	Percentual da população do Brasil, segundo as Grandes Regiões .....	83
TABELA 12 -	BRASIL - Taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões.....	84
TABELA 13 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - População residente, por situação de domicílio e sexo 1940-1970 .....	85
TABELA 14 -	BRASIL e Unidades Federativas selecionadas - Número de Estabelecimentos industriais - diversos anos .....	88
TABELA 15 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Extensão ferroviária em tráfego (km) -diversos anos .....	89
TABELA 16 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Força motriz no setor industrial - diversos anos.....	94
TABELA 17 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Capital aplicado no setor industrial – diversos anos.....	98
TABELA 18 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor nominal da transformação industrial - diversos anos .....	100
TABELA 19 -	BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor real da transformação industrial a preços de 1980- diversos anos .....	101

## LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 -	Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Percentual do pessoal ligado à produção - diversos anos.....	78
GRÁFICO 2 -	Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Massa salarial real do pessoal ligado à produção a preços de 1980.....	81
GRÁFICO 3 -	Percentual da população do Brasil, segundo as Grandes Regiões - diversos anos.....	84
GRÁFICO 4 -	Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Percentual da Força motriz no setor industrial - diversos anos.....	95
GRÁFICO 5 -	Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Percentual do capital aplicado no setor industrial - diversos anos.....	100

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Estações, extensões, tráfego de passageiros e mercadorias das ferrovias da região nordeste e de São Paulo - em 1906 .....	91
QUADRO 2 -	Estações, receitas e despesas das ferrovias da região nordeste e de São Paulo em 1906 .....	92
QUADRO 3 -	Principais usinas, companhias e hidrelétricas criadas no Nordeste até 1965.....	96

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
2.1	Aproveitamento econômico na ocupação territorial .....	16
2.2	Economia Açucareira na região Nordeste: séculos XVI E XVII.....	18
2.2.1	<i>Instalação da empresa açucareira .....</i>	<i>18</i>
2.2.2	<i>Nível de renda e crescimento da economia açucareira no Nordeste .....</i>	<i>20</i>
2.2.3	<i>Declínio da atividade açucareira no Nordeste: século XVII .....</i>	<i>22</i>
2.2.4	<i>Pecuária e economia de subsistência no Nordeste.....</i>	<i>23</i>
2.3	Economia da região Sudeste durante os séculos XVI e XVII.....	24
2.3.1	<i>O bandeirismo.....</i>	<i>25</i>
2.4	Economia colonial do século XVIII.....	26
2.4.1	<i>Ciclo minerador e a mudança do eixo dinâmico da economia para o Sudeste.....</i>	<i>27</i>
2.4.2	<i>Declínio da atividade mineradora.....</i>	<i>29</i>
2.4.3	<i>Economia do Nordeste no final do século XVIII .....</i>	<i>30</i>
2.5	Economia brasileira no século XIX.....	30
2.5.1	<i>Economia cafeeira escravista no Sudeste .....</i>	<i>33</i>
2.5.2	<i>Transição para o trabalho assalariado .....</i>	<i>36</i>
2.6	Economia Brasileira até a segunda metade do século XX .....	38
2.6.1	<i>A Crise da economia cafeeira .....</i>	<i>38</i>
2.6.2	<i>A perda da hegemonia interna do Nordeste na produção de açúcar e algodão.....</i>	<i>40</i>
<b>3.</b>	<b>DIFERENTES VISÕES SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX .....</b>	<b>46</b>
3.1	Wilson Cano .....	46
3.1.1	<i>Complexo cafeeiro paulista x complexo Nordestino .....</i>	<i>46</i>
3.1.2	<i>Desenvolvimento da indústria açucareira no Nordeste .....</i>	<i>47</i>
3.1.3	<i>O mecanismo do crescimento industrial do sudeste .....</i>	<i>48</i>
3.2.	Roberto Simonsen.....	50
3.2.1	<i>Desenvolvimento Industrial do Brasil até o século XVIII .....</i>	<i>51</i>
3.2.2	<i>O Brasil na divisão mundial do trabalho durante o século XIX .....</i>	<i>51</i>

3.2.3	<i>Desenvolvimento industrial no Brasil a partir do século XIX</i> .....	52
3.3.	<b>Celso Furtado</b> .....	54
3.3.1	<i>Desenvolvimento industrial no Brasil durante o Ciclo do Ouro</i> .....	54
3.3.2	<i>Industrialização por substituição de importações - século XX</i> .....	57
3.4	<b>João Manuel Cardoso de Mello</b> .....	60
3.4.1	<i>Desenvolvimento industrial no Brasil em meados do século XIX</i> .....	61
3.4.2	<i>A industrialização retardatária brasileira</i> .....	64
3.5	<b>Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan</b> .....	65
3.5.1	<i>Precondições para o desenvolvimento industrial</i> .....	65
3.5.2	<i>Tendências de longo prazo no crescimento industrial</i> .....	66
3.5.3	<i>Industrialização brasileira anterior a I Guerra Mundial</i> .....	67
3.5.4	<i>Primeiros surtos de industrialização</i> .....	67
3.5.5	<i>Produção industrial (1914-1918)</i> .....	68
3.5.6	<i>Produção industrial (1919-1928)</i> .....	68
3.5.7	<i>Produção industrial (1929-1939)</i> .....	69
3.5.8	<i>A política econômica no processo de industrialização do Brasil</i> .....	70
3.6	<b>Fatores limitantes e condicionantes do processo industrial brasileiro</b> .....	71
4.	<b>ANÁLISE DOS FATORES LIMINTANTES À INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE NO SÉCULO XX</b> .....	73
4.1	<b>Passagem para o trabalho assalariado e a formação do mercado consumidor</b> ...73	
4.2	<b>Urbanização</b> .....	83
4.3	<b>Transporte</b> .....	88
4.4	<b>Energia</b> .....	93
4.5	<b>Nível de investimento no setor industrial</b> .....	97
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106

## 1. INTRODUÇÃO

As ideias sobre o início da industrialização nacional são controversas, ora com ênfase no papel benéfico das exportações de café para a indústria, ora salientando o papel dos choques adversos para esta atividade. Entretanto, ambas as correntes teóricas mostram que o processo industrial no Brasil ocorreu de forma desigual entre as regiões do país, o que leva o Nordeste a se industrializar de forma tardia, quando comparado ao Sudeste.

Esse fato leva a uma disparidade econômica entre as duas regiões em vários aspectos relevantes como desenvolvimento, renda, nível de emprego, forma de inserção das regiões na matriz econômica nacional e internacional, dentre outros, a semelhança das disparidades verificadas entre o processo de industrialização dos Estados Unidos e do Brasil.

Analisar a causa da industrialização tardia do Nordeste em relação ao Sudeste, é identificar as raízes destas disparidades e das consequências socioeconômicas decorrentes delas. É de suma importância conhecer os fatores que levaram a essas desigualdades e que até os dias atuais têm impacto no desenvolvimento social e econômico da região Nordeste do país.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo entender por que o Nordeste se industrializa de forma tardia em relação ao Sudeste do país, a partir de uma análise histórica e econômica das regiões e dos fatores condicionantes para a industrialização. A partir desta discussão pode-se compreender as raízes das desigualdades regionais verificadas entre as duas regiões, o que auxilia na condução de políticas econômicas no intuito de atenuá-las.

As hipóteses levantadas e que serão analisadas durante o desenvolvimento deste trabalho são que a concentração industrial na região sudeste se deve ao impulso do capital oriundo do setor exportador do café para o desenvolvimento do processo industrial e que a industrialização tardia do nordeste se deve ao declínio de sua principal atividade econômica, a atividade açucareira, sem o surgimento de outra atividade que pudesse substituí-la e manter a acumulação de capital na região em padrões elevados.

Dentro deste lógica, optou-se por estudar a visão histórica de João Manuel Cardoso de Mello sobre o processo de industrialização, a visão cepalina de Celso Furtado, a visão regional dos estudos sobre industrialização de Wilson Cano, as ideias do patrono da indústria, Roberto Simonsen, bem como a influência da política econômica no processo de industrialização a partir da teoria de Villela e Suzigan, de forma a ter um amplo horizonte de como se deu esse processo no Brasil. Utilizando, ainda, dados dos Censos Industriais do IBGE de 1907, 1920, 1940, 1950,

1970, 1980 e também de anuários estatísticos da instituição de forma a identificar as controvérsias existentes entre os processos de industrialização das regiões Nordeste e Sudeste através de pesquisas literais e coletas de dados sobre o processo de industrialização dessas regiões. Segue-se a organização proposta para o trabalho.

A primeira parte fará uma análise da formação econômica da região Sudeste e Nordeste do país a partir do século XVI, identificando as diferenças no processo de formação econômica das duas regiões aos longo dos séculos até o desenvolvimento do setor industrial no século XX.

Na segunda parte serão analisadas as diferentes visões para o processo de industrialização do país ocorrido no século XX, bem como dos fatores que foram condicionantes para o sucesso do desenvolvimento industrial na região Sudeste e também as teorias propostas para que o país não tivesse se industrializado antes deste período, identificando os fatores que limitaram o desenvolvimento industrial no país.

A terceira parte trará uma análise dos fatores limitantes para a industrialização do Nordeste, comparando os resultados obtidos com o Sudeste do país de modo a identificar as deficiências do nordeste no processo de industrialização até meados do século XX e os fatores que foram condicionantes para o desenvolvimento dessas limitações nos séculos anteriores.

## **2. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL**

### **2.1 Aproveitamento econômico na ocupação territorial**

A descoberta do Brasil coincidiu com o início da etapa de evolução comercial marítima, nesse período, para Portugal as expedições à Índia, onde era grande o número de especiarias de valor e à costa da África, onde se abasteciam de ouro, marfim e escravos eram mais vantajosas que a exploração da nova terra descoberta.

A possível indústria extrativa não justificaria uma ocupação mais efetiva do novo território, principalmente por um país de população escassa, defrontando uma inundação de riquezas sem precedentes proveniente do comércio com o continente mais populoso e de mais antiga civilização mundial, e ainda, do saque e dos tributos impostos e correntes naquele tempo. [...] as dificuldades de transporte e o meio físico brasileiro não justificavam que se fizesse naquele instante, um esforço para a implantação da agricultura, somente permissível em ambiente de maior segurança, aliada a uma fácil e abundante mão-de-obra e a outras circunstâncias. (SIMONSEN, 1936, p.49)

O início da ocupação econômica do território se deve a grande pressão exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias, que não aceitavam que portugueses e espanhóis tivessem direitos às terras que não estavam efetivamente ocupadas por eles. A intensificação da presença estrangeira em terras portuguesas, coincidiu com a decadência dos lucros oferecidos pela rota das Índias, no final da década de 1520, segundo Freitas Neto e Tasinafo (2006) autores de “História Geral e do Brasil”.

Por motivos religiosos e com apoio governamental, os franceses realizam sua primeira expedição com o objetivo de criar uma colônia de povoamento nas novas terras portuguesas. Os portugueses, então, realizam esforços de modo a ocupar as terras permanentemente, segundo Furtado (1959), a miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil pesou na decisão tomada por Portugal para conservá-las.

Em 1530, tem início a primeira grande expedição colonizadora por parte de Portugal, com o objetivo de expulsar os franceses do litoral brasileiro, as expedições anteriores tiveram caráter apenas exploratório. Em 1532, no litoral de São Paulo, Martim Afonso de Souza fundou a Vila de São Vicente, a primeira Vila Brasileira, conforme relatam Freitas Neto e Tasinafo (2006). “Parece ter sido, portanto, precipuamente ao objetivo mercantil de maiores lucros, à



busca de metais preciosos que ficamos devendo a preferência da escolha das terras paulistas para uma maior ocupação portuguesa.” (SIMONSEN, 1936, p. 57).

Entretanto, para Freitas Neto e Tasinafo (2006), os principais problemas não estavam resolvidos, seriam eles: a falta de uma estrutura administrativa para o vasto território e a falta de recursos em escala suficiente para montá-la, por parte de Portugal. “[...] Sem embargo, os recursos de que dispunham Portugal para colocar improdutivamente no Brasil eram limitados e dificilmente teriam sido suficientes para defender as novas terras por muito tempo.” (FURTADO, 1959, p. 27).

Por essa razão, a economia colonial deveria se organizar de modo a cumprir a função de ser instrumento de acumulação de capital para Portugal, para isso deveriam ser estabelecidos mecanismos capazes de ajustar a economia colonial “à sua razão de ser”, conforme conclui Mello (1982), e os mecanismos de exploração deveriam permitir:

- 1) Que a economia colonial produzisse um excedente que se transformasse em lucros ao ser comercializado no mercado internacional;
- 2) A criação de mercados coloniais a produção metropolitana;
- 3) Que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase que integralmente pela burguesia metropolitana.

Para Mello (1982) a produção colonial deveria ser mercantil, de forma a gerar excedente e não concorrente com a produção metropolitana. Com relação à força de trabalho tem-se, que se o objetivo da empresa colonial era o lucro, dever-se-ia rebaixar ao máximo os custos com a força de trabalho, o que seria permitido através da utilização de trabalho escravo.

[...] Havendo abundância de terras apropriáveis, os colonos contariam com a possibilidade de produzirem a própria subsistência, transformando-se em pequenos proprietários [...]. Nestas condições, obter produção mercantil em larga escala significava assalariar a sua força de trabalho, o que exigiria que a taxa de salários oferecida fosse suficientemente elevada para compensar, aos olhos dos colonos, a alternativa de autossubsistência. Assim sendo, o trabalho compulsório era mais rentável que o emprego de trabalho assalariado. (MELLO, 1982, p 39-40)

O outro mecanismo utilizado para alcançar o objetivo de acumulação da metrópole seria o monopólio do comércio. Com exclusividade na compra a burguesia rebaixava ao

máximo o preço dos produtos coloniais, ao passo que estabelecia para os produtos metropolitanos os mais altos preços possíveis, uma vez que possuía o monopólio das vendas.

Segundo Furtado (1959), existiram um conjunto de fatores que tornaram possível o êxito da empresa colonial agrícola europeia, nos moldes citados acima: com produção mercantil e a base do trabalho escravo. Os portugueses já haviam iniciado nas Ilhas do Atlântico a produção do açúcar, logo, conheciam as técnicas de produção e possuíam uma indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros.

Além disso, tiveram a contribuição dos flamengos que eram especializados no comércio intra-europeu e financiaram a refinação e comercialização do açúcar, Furtado (1959) ressalta ainda que existem indícios de que os flamengos também financiaram as instalações produtivas no Brasil, bem como a importação de mão-obra e que o conhecimento dos portugueses no mercado africano de escravos, mediante a ampliação de recursos no negócio, por parte dos portugueses, possibilitou o acesso a mão-de-obra barata, sem a qual a produção seria economicamente inviável, pelo motivos já citados anteriormente.

Mas o verdadeiro início da cultura parece ter sido empreendido por Martim Afonso de Sousa, em 1533, com a fundação em São Vicente, do Engenho do Governador. Conta-se que tanto ele como Pero Lopes de Sousa e Pero Lopes Silveira se associaram com os flamengos para a instalação de alguns engenhos. (SIMONSEN, 1936, p.96).

A implantação da atividade açucareira ocorre na Capitania de São Vicente, que no início da colonização prosperou com os engenhos de açúcar, entretanto, esse empreendimento não resistiu ao polo açucareiro do Nordeste, instalado posteriormente, seja pela maior distância da metrópole, seja pela qualidade inferior do solo. Em pouco tempo essa capitania voltou-se para a economia de subsistência. Dessa forma, a produção de açúcar teria ficado restrita as regiões próximas ao litoral do Nordeste.

## **2.2 Economia Açucareira na região Nordeste: séculos XVI E XVII**

### ***2.2.1 Instalação da empresa açucareira***

Durante o período de instalação da empresa agrícola, para aqueles que instalassem engenhos foram concedidos isenções de tributos, garantias contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias, títulos, etc.

Estabelecida com o governo central uma maior segurança para o trabalho, procurou o próprio governo português fomentar o desenvolvimento da indústria no Brasil. Assim, na Capitania Real de São Salvador, estabelecia-se a isenção de impostos por 10 anos para engenhos que ali se constituíssem e eram outorgados, mais tarde, privilégios de nobreza e impenhorabilidade aos senhores de engenho. (SIMONSEN, 1936, p 97)

Para Simonsen (1936), a iniciativa particular caracterizou o desenvolvimento da indústria açucareira. Os negociantes portugueses, juntamente com os esforços dos donatários, adiantavam dinheiro aos colonos para a montagem de seus engenhos. O autor afirma ainda que, no Brasil, devido às grandes despesas das instalações coloniais com todo o aparelhamento de defesa, transporte e embarque, nos primeiros tempos não se justificava a montagem de pequenos engenhos. Por essa razão, desde logo foram construídos engenhos médios, produzindo acima de 3 mil arrobas anuais, aos quais foram se desenvolvendo pela construção de instalações com produção acima de 10 mil arrobas.

Devido às dificuldades de locomoção, e aos riscos de ataques por índios, evitava-se o afastamento da costa, e os engenhos eram estabelecidos de preferência na faixa litorânea, junto aos pequenos rios, onde eram utilizadas barcas para o serviço de transporte. E, em um primeiro momento, foi utilizada mão-de-obra indígena. Furtado (1959) explica da seguinte forma a importância desta atividade para as regiões que não produziam açúcar e sua relação com a atividade açucareira:

Observada de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Aí onde a produção de açúcar falhou – caso de São Vicente – o pequeno núcleo colonial conseguiu subsistir graças à relativa abundância de mão-de-obra indígena. O homem da terra não somente trabalhava para o colono como também constituía sua quase única mercadoria de exportação. Contudo, não fora o mercado de escravos da região açucareira, e de suas pequenas dependências, e a captura destes não chegaria a ser uma atividade econômica capaz de justificar a existência dos colonos de São Vicente. Portanto, mesmo aqueles comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira (FURTADO, 1959, p 76-77)

Furtado (1959) conclui que a mão-de-obra africana chegou para expandir a empresa açucareira, uma vez que essa já estava instalada, de modo que os africanos se tornaram base de um sistema de produção mais eficiente e capitalizado gerando uma maior rentabilidade a

produção e um novo mercado, o de escravos africanos. Entretanto, apesar de gerar maiores lucros que a atividade assalariada, a utilização de mão de obra escrava se constituirá em um fator limitante para o fluxo de renda e a formação de um mercado consumidor na colônia.

### **2.2.2 Nível de renda e crescimento da economia açucareira no Nordeste**

Após a etapa de instalação, ocorre um rápido desenvolvimento. No que se refere ao preço do artigo, segundo Simonsen (1936), em 1506 o preço do açúcar havia caído para 300 réis por arroba, pouco mais de duas gramas de ouro, e foi subindo até alcançar, no final do século XVI, preço em ouro seis vezes maior.

No final do século XVI “Tratando-se da principal produção do Brasil naquela época, a do açúcar, contavam-se em Pernambuco sessenta e seis engenhos; na Bahia trinta e seis, e nas outras capitanias, juntas, metade deste número, total dos engenhos: cento e vinte.” (SIMONSEN, 1936, p. 112).

A produção de açúcar provavelmente superava 2 milhões de arrobas, o capital aplicado na etapa produtiva era próximo de 1,8 milhões de libras, e a inversão em mão-de-obra era cerca de 375 mil libras, conforme indica Furtado (1959). O autor estima ainda que o capital empregado na mão de obra escrava aproximava-se de 20 por cento do capital fixo da empresa.

Nos três séculos do período colonial o valor da exportação de açúcar é de 300 milhões de libras. Em valor, para o Brasil, o açúcar produziu mais que a mineração, que está avaliado em menos de 200 milhões de libras. Conforme tabela abaixo:

**TABELA 1 - Valor da exportação geral do Brasil no período colonial**

<b>PRODUTO</b>	<b>VALOR EM LIBRAS</b>
<b>AÇÚCAR</b> - valor de sua exportação	300.000.000
<b>MINERAÇÃO:</b> ouro e diamantes	170.000.000
<b>COUROS</b> - valor de sua exportação	15.000.000
<b>PAU-BRASIL</b> - valor de sua exportação	15.000.000
<b>TABACO</b> - valor de sua exportação	12.000.000
<b>ALGODÃO</b> - valor de sua exportação	4.500.000
<b>ARROZ</b> - valor de sua exportação	4.000.000
<b>CACAU, ESPECIARIAS, OUTRAS DROGAS</b>	3.500.000
<b>TOTAL</b>	536.000.000

Fonte: SIMONSEN, História econômica do Brasil, São Paulo: Editora Nacional, 1959, p.381.

Todavia o crescimento da economia açucareira se realizava sem que mudanças estruturais acontecessem no modo de produção, dada a grande disposição de terra e mão-de-obra, para crescer bastava utilizar uma maior quantidade desses insumos, logo, o crescimento não trazia consigo avanços tecnológicos (crescimento extensivo). Uma vez instalada a expansão ocorria através da importação de equipamentos, material de construção e mão-de-obra escrava, segundo Furtado (1959).

Sobre o montante de renda gerado por essa economia, o autor estima que o valor total do açúcar exportado, em um ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras e admitindo-se que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a sessenta por cento desse montante e que a atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras, logo, tendo que a população de origem europeia não seria superior a 30 mil habitantes, o autor conclui que “tornasse evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica” (FURTADO, 1959, p. 79)

Referente às estimativas acima citadas por Celso Furtado, Simonsen (1936) afirma que “Em 1600 seriam 100.000 os habitantes do Brasil, dos quais 30.000 da raça branca. Em 1700 a população de colonos e homens livres não deveria exceder os 200.000. Nunca teve o país uma tão grande produção e exportação *per capita!*” (SIMONSEN, 1936, p. 121).

Simonsen (1936) salienta o número relativamente grande de colonos ricos na região norte (onde hoje é o Nordeste), comparados com a pobreza existente na região sul. Explica que no sul, não se podia desenvolver a indústria açucareira em condições favoráveis para a exportação, enquanto o Norte, além da terra mais favorável contava ainda com a proximidade dos centros consumidores. A esse fator se deve o relativo isolamento em que evoluía a Capitania de São Vicente.

Entretanto, a renda excedente que se gerava na colônia era concentrada na classe de proprietários de engenhos. Para Furtado (1959) tudo indica que pelo menos 90 por cento da renda gerada dentro do país se concentrava na mão da classe de proprietários de engenho e de plantações de cana e que não era utilizada dentro da colônia, uma vez que os senhores de engenho importavam grande parte do que consumiam e que parte dos capitais aplicados na produção açucareira pertenciam a comerciantes, ou seja, renda de não-residentes.

Referente à renda gerada na colônia que constituía os ganhos de Portugal, Simonsen (1936) calcula em 25 por cento sobre as exportações do açúcar, as rendas diretas e indiretas,

aferidas pela metrópole. Para o autor foi no império do açúcar que Portugal se apoiou durante os séculos XVI e XVII. “Havia terminado o período deficitário da Terra de Santa Cruz, que, desde então, e por duzentos anos, ia proporcionar fortes saldos à metrópole portuguesa” (SIMONSEN, 1936, p, 121)

### ***2.2.3 Declínio da atividade açucareira no Nordeste: século XVII***

Segundo Cano (1975) os preços do açúcar que eram de 120 libras por tonelada no início do século XVII, caíram ao longo desse século, atingindo 72 libras, por volta de 1710, devido a depressão geral dos preços que se registrava na Europa somada à baixa dos preços do artigo, o açúcar brasileiro sofre, nesse período, uma forte concorrência do açúcar antilhano, produzido no Caribe pelos holandeses.

Em 1621, os holandeses interessados no açúcar brasileiro, criaram a Companhia das Índias Orientais com o objetivo de explorar o açúcar da América. Segundo Freitas Neto e Tasinafo (2006), em 1624 tomaram a Bahia, mas não obtiveram êxito, realizando uma nova investida contra Pernambuco, onde permaneceram de 1630 a 1654. Os holandeses realizavam alianças com os senhores de engenho, fornecendo-lhes empréstimos o que para os autores explica a longa permanência em terras brasileiras.

“Os grandes proventos que os holandeses auferiram do artigo explicavam o seu interesse em conservar o torrão de ouro de que se tinha apossado. As narrativas da época exaltam o luxo e a riqueza que se ostentava no Bahia e no Brasil Holandês” (SIMONSEN, 1936, p. 114). Entretanto, com a saída de Maurício de Nassau do governo do território ocupado, os novos administradores passam a pressionar os senhores de engenho para que paguem suas dívidas, diminuindo o apoio aos holandeses, que são expulsos do território brasileiro.

Possuindo o controle de grande parte do comércio europeu realizado pelo mar, tendo obtido durante sua permanência no Brasil conhecimento dos aspectos técnicos e organizacionais da atividade açucareira, os holandeses desenvolvem uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. Furtado (1959) conclui que a partir deste momento o Brasil perde o monopólio da produção de açúcar que tinha como base a relação dos produtores portugueses com os grupos financeiros holandeses.

A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno de 1650. E essas reduzidas exportações se liquidavam a preços que não superavam a metade daqueles que haviam prevalecido na etapa anterior. Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época. (FURTADO, 1959, p. 44).

Dessa forma, segundo Furtado (1959), menos de dez anos após a expulsão dos holandeses, já era considerável a produção de açúcar nas Antilhas, que se beneficiava da utilização de equipamentos novos, que permitiam produzir de maneira mais eficiente e da posição geográfica privilegiada, que reduzia os custos com frete, logo, mesmo com os preços baixos do açúcar, o artigo era lucrativo para a produção antilhana que contava com custos menores que o açúcar brasileiro.

#### ***2.2.4 Pecuária e economia de subsistência no Nordeste***

“Foi o gado o elemento do comércio por excelência em toda a hinterlândia brasileira, na maior parte da fase colonial” (SIMONSEN, 1936, p. 186). Para o autor, apesar da pecuária se constituir em uma atividade mais pobre que a do açúcar, essa atividade tinha a peculiaridade de utilizar mão-de-obra livre e capital próprio, logo, sua produção bem como os seus rendimentos ficavam dentro do país.

A economia açucareira necessitava de animais no seu processo de produção, entretanto, não se podia criá-los na faixa litorânea, ou seja, dentro dos limites da produção açucareira. Segundo Furtado (1959), o próprio governo português proibiu a criação de animais na faixa litorânea devido aos conflitos que a sua presença gerava. Ocorre, então, a separação das duas atividades: a criatória e a açucareira. Dessa forma, a atividade criatória no nordeste é uma projeção da açucareira, logo seu desenvolvimento estava atrelado a expansão do açúcar.

Diferente da atividade açucareira que necessitava de importação de mão-de-obra e equipamentos para manter sua capacidade produtiva, a pecuária não exigia gastos monetários significativos. Conforme Furtado (1959), as condições de trabalho e alimento permitiam o crescimento vegetativo da população, uma vez que para alimentar o gado bastava apenas que encontrassem pastos, o que tonava a atividade itinerante e a reprodução estava assegurada pelo próprio gado que também servia como alimento, além do seu couro poder ser comercializado ou utilizado na produção de roupas e utensílios.

Dessa forma, com o declínio da atividade açucareira durante meados do século XVII, parte da população migra pra atividade criatória. Furtado (1959) explica que como a rentabilidade desta atividade estava relacionada com a açucareira, a transferência dessa população convertia a pecuária em uma economia de subsistência. Dadas as circunstâncias a economia de exportação do nordeste, com o declínio da atividade, converte a economia da região a um regime de produção de subsistência.

A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmos nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e de sua precária economia de subsistência, estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos. (FURTADO, 1959, p.106)

Entretanto, a ideia defendida por Furtado da pecuária como extensão da atividade açucareira não é unanimidade no meio acadêmico. Para Silva (1997), por exemplo, a definitiva expulsão do gado para os sertões, permitiu a formação, por parte dos colonizadores, de uma vasta rede de propriedades: as fazendas de gado. Ou seja, para o autor, surge uma outra atividade econômica sem ligação com a açucareira e, dessa forma, não teria a rentabilidade atingida pelo declínio dos preços do açúcar.

Segundo o autor, a base para ocupação das terras, entre 1670/80-90, foi a mesma estrutura fundiária da *plantation* açucareira: as sesmarias, a maior parte das terras era apropriada sem qualquer referência concreta à área ou localização, principalmente porque as terras dos sertões eram menos cobiçadas que as do litoral.

Em relação à predominância de trabalho livre na pecuária, Silva (1997) destaca um estudo realizado por Mott, em 1979, que faz uma análise demográfica das fazendas de gado no Piauí, onde constatou-se que o trabalho escravo nas fazendas de criação correspondia 55,1% da mão-de-obra, em 1762.

### **2.3 Economia da região Sudeste durante os séculos XVI e XVII**

“A primeira expedição colonizadora do Brasil, a de Martim Afonso, deu preferência para a fixação de sua gente, a provável ‘costa do ouro e da prata’ distribuindo-se entre a Vila de São Vicente e o planalto de Piratininga.” (SIMONSEN, 1936, p. 205). A ocupação da região



se dá no período em que os portugueses decidem realizar esforços com o objetivo de ocupar as novas terras de forma permanente. E a primeira vila do Brasil é fundada na região, Vila de São Vicente. A escolha teria sido estratégica, uma vez que, nesse ponto, além de ser mais fácil impedir as invasões estrangeiras também se podia controlar os escoadouros da América espanhola: o rio da prata, além da provável presença de metais preciosos na região.

Na Vila de São Vicente foram fundados os primeiros engenhos de açúcar, que Simonsen (1936) afirma serem os mais rentáveis da época. O autor estima que antes de 1557 já existiam dez engenhos nas proximidades da vila e que o mais importante seria o Engenho do Governador fundado por Martim Afonso de Sousa. Entretanto, com a produção do artigo no nordeste, contando com condições mais favoráveis, a atividade perde rentabilidade para o sudeste.

Dessa forma, com o fracasso da produção de açúcar na região, passa-se a operar o regime de subsistência, onde eram produzidos artigos como trigo, cevada, vinha, milho, mandioca, frutos, além da criação de gado. “[...] verifica-se que São Paulo, o século XVII, foi o centro de um enxame de fazendolas de pequena cultura e de pastoreio de diminutos rebanhos” (SIMONSEN, 1936, p. 216).

Em relação ao comércio da região, o que se produziu de maior valor foram os escravos e o ouro de lavagem que existiam nas capitânicas paulistas. Entretanto, as exportações desses artigos não eram suficientes para cobrir as importações que eram realizadas, gerando desequilíbrios no balanço comercial da região.

### ***2.3.1 O bandeirismo***

Sem um comércio e produtos de exportações que fossem de fato rentáveis, dadas às circunstâncias, possibilitando uma maior capacidade de importar, os colonos da região não podiam pagar pelos escravos africanos, restando-lhes a utilização dos indígenas. Por essa razão, se especializam no aprisionamento de índios, uma vez que eram necessários para o trabalho nas fazendas.

Com a invasão holandesa no Nordeste brasileiro e a tomada do entreposto africano por eles, houve uma redução no número de escravos dentro do país, de forma que o aprisionamento de índios se constitui em uma atividade econômica para a região, que já realizava a atividade anteriormente, iniciando, assim, as bandeiras de apresamento, que não teriam respeitado o Tratado de Tordesilhas, levando à ocupação de terras que, teoricamente, pertenciam a Espanha.

Simonsen (1936) ressalta que os rendimentos dessa atividade eram pequenos, se comparados aos esforços para sua realização, uma vez que o valor do escravo indígena era apenas um quinto do africano, para o autor, um único engenho no Nordeste rendia anualmente bem mais que as expedições. O autor estima que o total de índios aprisionados com as bandeiras seja cerca de 300.000, que teriam rendido em torno de 2 milhões de libras, o que seria menos de 1% do rendimento do açúcar em igual período, e um pouco mais de 1% do que rendeu a mineração em 70 anos.

No entanto, por uma dessas ironias da história, essa mesma gente que despovoara os sertões em busca do ‘remédio para sua pobreza’, levando-lhes os habitantes para as suas fazendas ou para os mercados de escravos, como máquinas de trabalho ou artigo de comércio, promoveria o repovoamento deles, após os descobertos de ouro em Minas, Goiás e Mato Grosso. As bandeiras no século XVIII, tomaram o caráter repovoador, transformadas em expedições mineradoras e colonizadoras [...]. (SIMONSEN, 1936, p. 215)

Em 1648 os portugueses retomam o entreposto africano dos holandeses, o que faz com que a atividade de apresamento perca relevância e no final do século XVII a atividade estava extinta. Entretanto, o bandeirismo permanece, e nesse período se intensificam as bandeiras com o objetivo de encontrar ouro e metais preciosos. Relatam Freitas Neto e Tasinafo (2006) que em 1682 o bandeirante Borba Gato, encontrou ouro, em grande quantidade, no Rio das Velhas, em Minas Gerais, seguiram-se a essa outras descobertas na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. E a partir das bandeiras, tem início a nova atividade da colônia e da região Sudeste: a exploração do ouro, que se constituirá como a principal atividade da colônia durante o século XVIII.

#### **2.4 Economia colonial do século XVIII**

A região Nordeste chega ao século XVIII ainda com o declínio da sua atividade exportadora iniciado em meados do século anterior. Os preços do açúcar que atingiram 72 libras em 1710, chegam a 30 libras ao longo deste século e a média anual exportada de 30 mil toneladas no século XVII cai para 20 mil, conforme estimativas de Cano (1975). A etapa de declínio da atividade exportadora da região Nordeste, coincide com o início da mineração no Sudeste do país.

Com a descoberta de ouro na região das minas, além da constituição de uma nova atividade econômica no país, essa região se torna um grande mercado consumidor, uma vez que

a especialização da atividade, não permitia que os trabalhadores se dedicassem a outras atividades, como a produção de alimentos, por exemplo, além da localização da atividade imprimir a necessidade de transporte.

Dessa forma, as regiões em sua volta passam a suprir essas necessidades. Segundo Freitas Neto e Tasinafo (2006), São Paulo e Rio de Janeiro se constituem em importantes centros onde as mercadorias são comercializadas, durante este período e destaca Sorocaba onde se estabeleceu a maior feira de gado muar da colônia.

#### ***2.4.1 Ciclo minerador e a mudança do eixo dinâmico da economia para o Sudeste***

Com as sucessivas descobertas de ouro que aconteceram em Minas Gerais, a produção do artigo cresce no país e, entre 1720 e 1726, passa a ter contribuição também da produção nas regiões de Mato Grosso e Goiás, conforme relata Simonsen (1936). Ocorre, também, um crescimento na concentração da população no sul do país, de forma que a concentração da população na região passa de 30% no último decênio do século XVII para 50% durante o século XVIII.

A atividade era caracterizada pela exploração do ouro de aluvião, que ficava depositado no fundo dos rios, exigindo uma baixa imobilização de capital, além de um reduzido capital fixo, uma vez que era organizada de forma a poder se deslocar a medida que fosse se reduzindo a oferta de ouro, para explorá-lo em novas regiões, explica Furtado (1959).

A localização e o nível de especialidade da economia, caracterizam-na como um grande mercado consumidor no período, integrando a produção do ouro com a pecuária e agricultura das regiões próximas. Localizada em regiões montanhosas e distantes do litoral, impulsiona a pecuária na região sul do país, com o aumento da demanda por gado para transporte. Ademais, a grande lucratividade fazia com que os esforços dos trabalhadores se concentrassem na produção de ouro, sendo os outros artigos produzidos fora da região das minas.

Segundo Furtado (1959), o próprio gado Nordestino deslocou-se para as regiões das minas, devido a decadência do mercado na economia açucareira. O autor afirma que, considerando o mercado de gado para corte e muares para transporte, o mercado mineiro teve proporções maiores que o do açúcar, entretanto seus benefícios foram maiores para a região criatória do sul que para o Nordeste.

Dadas as características da atividade, quanto à sua alta lucratividade e a baixa imobilização de capital necessária para iniciar a exploração, houve um grande ciclo migratório

européu para as regiões produtoras. Além dos europeus, os homens livres e escravos, que devido ao declínio da atividade açucareira se constituíam em “recursos excedentes” na região Nordeste também migravam em busca de melhores condições, uma vez que nessas regiões o homem livre e até mesmos os escravos, encontravam oportunidades diferentes daquelas que oferecia a atividade açucareira.

Enquanto o senhor de engenho necessitava possuir grandes cabedais, para se instalar, o minerador das aluviões brasileiras poderia ser um homem de poucas posses. Daí a multiplicidade dos exploradores e proprietários de catas. Não obstante repousarem os serviços no braço escravo, é inegável que se operou no sertão brasileiro uma ‘divisão de trabalho’ muito mais intensa do que permitia a organização social do nordeste brasileiro. (SIMONSEN, 1936, p. 291)

Os escravos circulavam em meio social mais complexo chegando a trabalhar por conta própria, para isso pagavam uma quantia fixa ao seu dono, o que abria a possibilidade de compra de sua liberdade, enquanto os homens livres tinham a possibilidade de ascensão social, que na atividade açucareira estava restrita aos senhores de engenhos e grandes proprietários de terras. E, com o declínio das atividades no nordeste, as possibilidades de ascensão eram ainda mais remotas, conforme relata Furtado (1959). Com a forte migração durante o período, a população colonial cresce substancialmente, não sendo superior a 300 mil habitantes no final do século XVII, passa a mais de 3 milhões de habitantes em fins do século XVIII.

**TABELA 2 – BRASIL - Crescimento populacional na colônia (1690-1798)**

ANOS	ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO
1690	184.000 A 300 MIL
1780	2.523.000
1798	3.250.000

Fonte: SIMONSEN, História econômica do Brasil, São Paulo: Editora Nacional, 1959, p.271.

Furtado (1959) estima que o apogeu das exportações de ouro ocorreu em 1760 quando a produção chega a 2,5 milhões de libras. O autor estima ainda que quatro quintos do valor das exportações de ouro correspondia à renda gerada na região mineradora e que a renda anual da atividade não era superior a 3,6 milhões de libras, logo, considerando a população livre em torno de 300 mil habitantes, a renda média desta atividade era inferior a economia açucareira durante o período de auge da atividade exportadora do Nordeste.

Entretanto, apesar da renda média ser menor nesta atividade quando comparada a açucareira, Furtado (1959) salienta para a maior potencialidade que representava a atividade mineira na formação de um mercado interno, tendo em vista que, tinha um menor gasto com importação, uma menor concentração de renda e uma grande distância da região em relação aos portos que tornava os produtos importados relativamente mais caros nessa região.

No que se refere aos rendimentos de Portugal durante o período, Simonsen (1936) relata que além do quinto e dos rendimentos das jazidas de diamantes, que eram monopólios de Portugal, o crescimento da população teve como consequência a aumento das exportações de escravos, gerando rendimentos através do comércio negreiro, além dos rendimentos gerados através dos impostos recolhidos sobre a circulação de mercadorias, estimando em 500 mil libras esterlinas o rendimento da coroa por volta de 1770, sem considerar os rendimentos do ouro e dos diamantes.

Dadas as circunstâncias, as descobertas de ouro na região das Minas promoveram o deslocamento do eixo econômico, político e administrativo do Nordeste para o Sudeste do Brasil.

#### ***2.4.2 Declínio da atividade mineradora***

No terceiro quartel do século XVIII as jazidas começam a dar sinais de exaustão. Para Furtado (1936), tiveram maiores prejuízos aqueles que investiram grandes capitais em escravos, uma vez que com o declínio da atividade os braços escravos ficavam ociosos, perdendo sua rentabilidade o que empobrecia seus donos.

Simonsen (1936) compara a declínio da atividade mineradora no Brasil, com o que ocorreu na Califórnia e na Austrália, onde as terras eram férteis, o que permitiu que a atividade de mineração fosse substituída pela agricultura, fato este que não ocorreu no Brasil, uma vez que as terras da região mineira eram pobres e as cidades formadas nas proximidades tinha sua prosperidade atrelada com a expansão das produções das jazidas. “A pobreza do meio contribuiu também para que os mineradores esgotassem rapidamente, na procura infrutífera de novas jazidas, os recursos auferidos nos tempos de prosperidade.” (1936, p.292)

Diferente da economia açucareira, que devido à grande imobilização de capital, nos momentos de declínio não é desarticulada, mantendo a produção mesmo com níveis inferiores de rentabilidade, na atividade mineira a rentabilidade tendia a zero e a desagregação foi total, Segundo Furtado (1959). Poucas décadas foram necessárias para que essa desagregação

acontecesse, entretanto, a atividade se iguala à açucareira quanto a “evolução” para uma economia de subsistência e, segundo o autor, em nenhuma parte do continente americano ocorreu uma involução tão rápida de um sistema econômico.

O ouro do Brasil incrementou o progresso mundial, enriqueceu a Inglaterra e proporcionou um século de fartura a coroa portuguesa. Para a colônia ficou representado no custeio das correntes migratórias, que ocuparam os sertões brasileiros, na importação de mais algumas centenas de milhares de escravos, nas construções das primeiras cidades e estradas dos nossos sertões, no desenvolvimento do Rio de Janeiro, na formação de correntes comerciais no interior do país, promovidas e mantidas principalmente pelos paulistas. (SIMONSEN, 1936, o. 294)

### ***2.4.3 Economia do Nordeste no final do século XVIII***

No Nordeste, a região Maranhense durante o final do século XVIII é beneficiada por fatores internos e externos à sua economia. Internamente ocorre a criação da Companhia de Comércio, por Pombal, que teria como objetivo financiar o desenvolvimento da região, e externamente, a Guerra da Independência nos EUA e a Revolução Industrial na Inglaterra, beneficiam a produção da região. O primeiro evento retira do mercado com a Inglaterra, um dos principais ofertantes, e o segundo aumenta a demanda dos artigos: algodão e arroz, que passam a ser produzidos em maior escala na região.

Dado o aumento da demanda por algodão, segundo Furtado (1959), o Nordeste segue os passos do Maranhão e se dedica ao cultivo do artigo. Além disso, devido aos acontecimentos externos, como o colapso da atividade açucareira no Haiti e as Guerras Napoleônicas, as exportações do açúcar brasileiro crescem na última década do século. Dessa forma os principais produtos do Nordeste são beneficiados durante o período por fatores exógenos, entretanto, essa etapa de prosperidade estava diretamente ligada a momentos de anormalidade do mercado mundial, conforme conclui Furtado (1959).

### **2.5 Economia brasileira no século XIX**

O Nordeste inicia o século XIX ainda enfrentando o declínio dos preços do açúcar, que continua caindo e alcança 30 libras no início do século XIX, caindo para 16 libras na metade dele, entretanto, a média anual de toneladas exportadas, que era de 20 mil no século XVIII chega a 100 mil neste conforme estimativas de Cano (1975), o aumento da demanda no início do século ocorre devido aos fatores exógenos relatados anteriormente, como o fim da atividade

açucareira no Haiti e as guerras Napoleônicas. Todavia, essa expansão nas exportações do açúcar brasileiro, encontrará uma forte concorrência no mercado internacional no decorrer do século XIX.

Devido ao contra bloqueio da Europa, os franceses desenvolvem a indústria do açúcar de beterraba, e com o fim das guerras, o artigo se consolida no mercado internacional. Segundo Cano (1975), o açúcar de beterraba chega a dominar 75% do mercado no final do século XIX. Além disso, a produção da cana de açúcar em Cuba que desfrutava de fretes extremamente baixos para os EUA, também ampliava a concorrência internacional do produto.

O algodão, por sua vez, se constitui em uma importante atividade para a região Nordeste durante o período. Para Cano (1975), a atividade teve um crescimento lento, porém foi contínuo. Estima que a produção cresce de 110 para 190 mil toneladas durante o século XIX e início do século XX. Sobre a importância desta atividade para a região o autor discorre:

Operando também com trabalho livre e induzindo uma importante atividade industrial de beneficiamento parece ter sido o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica, em termos de urbanização, comércio, e industrialização, do que o açúcar. Acrescente-se a isso, o fato de que a baixa de preços do algodão, seu alto custo de transporte e o tipo de embalagem requerida (tela de enfiamento), teriam estimulado a instalação local das primeiras fábricas têxteis de algodão, que produziam sacos e tecidos grossos, já a partir de meados da década de 1850. (CANO, 1975, p. 94)

Stein (1979), confirma as estimativas de Wilson Cano, segundo o autor a localização das primeiras fábricas foi na Bahia, primeiro núcleo de indústria têxtil algodoeira, desde 1844 até o fim da década de 1860, tendo em vista que a região possuía matéria-prima, capital nacional e estrangeiro, excelente sistema portuário que facilitava a importação de máquinas e equipamentos, fontes hidráulicas de energia e uma enorme população escrava e de trabalhadores livres para consumir tecidos grossos.

O tipo de tecido facilitou o progresso da indústria, tendo em vista que atendia ao maior mercado disponível na economia: roupas para trabalhadores, escravos e livres e panos para ensacar açúcar e café. Além disso, entre as décadas de 1840 e 1850 existiam taxas suplementares para produtos de exportação ensacados com panos importados. Segundo Stein (1979), a fabricação de tecidos grossos de algodão serviu como aprendizado para as primeiras indústrias e estima que, em 1866, cinco das nove fábricas existentes no Brasil estavam na Bahia.

Todavia, o algodão, assim como o açúcar, enfrenta durante o período a perda de rentabilidade associada a queda dos preços no mercado internacional. A produção norte-americana, operando com níveis maiores de eficiência, faz com que o preço do artigo caia. Para Cano (1975), o nível médio de preços foi trinta por cento abaixo do que havia sido verificado no início do século.

Dadas as circunstâncias de baixa dos preços dos artigos produzidos no Nordeste no mercado internacional, o mercado interno passa a ser uma alternativa para estas atividades nesse período. Em relação ao algodão Cano (1975) estima que já no final do século o consumo interno do artigo produzido no país chegava a 60% e o açúcar não contava com concorrentes no mercado interno, dessa forma a região conseguiu manter a sua acumulação de capital, mesmo com níveis mais baixos de produtividade e de preços.

Durante o século XIX ocorre na região Nordeste a implantação ferroviária, feita durante a década de 1860, basicamente com capital britânico. Todavia, o seu financiamento através de capital externo, fez com que o empreendimento tivesse pouco relevância na ampliação das oportunidades de inversão locais, conforme conclui Cano (1975), e apesar das ferrovias terem reduzido os custos do transporte do açúcar e do algodão no período, possuíam uma pequena rentabilidade operando com garantias de juros.

Com os produtos de exportações sofrendo com a queda dos seus preços no mercado internacional que reduziam a rentabilidade dos negócios para os produtores brasileiros e a desarticulação da economia mineira no final do século XVIII, Furtado (1959) conclui que teria sido o estancamento das exportações o principal fator que gerou o relativo atraso em que se encontrava a economia na primeira metade do século XIX e que o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do mercado internacional.

Furtado (1959) estima que durante a primeira metade do século XIX o crescimento médio anual das exportações não superou 0,8 por cento, enquanto a população crescia a uma taxa anual de 1,3 por cento, estima ainda que o valor das exportações por habitante livre era uma pouco mais que uma libra, tendo alcançado duas libras no final do século XVIII. “Também é provável que a renda *per capita* por essa época haja sido mais baixa do que em qualquer período da colônia, se se consideram em conjunto as várias regiões do país.” (1959, p.163)

O desenvolvimento com base no mercado interno não era possível, uma vez que necessitava de uma relativa autonomia tecnológica, que o país não possuía, e não se podia contar com financiamento externo em uma economia estagnada, conforme conclui Furtado



(1959) que via no comércio internacional a única alternativa para o desenvolvimento do século XIX.

Entretanto, as possibilidades de que as exportações dos produtos tradicionais do Brasil recuperassem seu dinamismo de forma que o país entrasse em uma nova etapa de desenvolvimento eram pequenas. Todavia, na metade do século XIX se define a predominância de um produto relativamente novo: o café.

É no meio dessas grandes dificuldades que o café começa a surgir como nova fonte de riqueza para o país. [...] graças a essa nova riqueza, forma-se um sólido núcleo de estabilidade na região central mais próxima da capital do país, o qual passa a constituir verdadeiro centro de resistência contra as forças de desagregação que atuam no norte e no sul. (FURTADO, 1959, p.147)

### **2.5.1 Economia cafeeira escravista no Sudeste**

As primeiras sementes de café chegaram ao Brasil no século XVIII e foram introduzidas no Pará por Francisco de Mello Palheta. Algumas décadas mais tarde, o café foi trazido para a região do Rio de Janeiro, onde era plantado de forma quase artesanal. Em 1840, entretanto, já havia se espalhado pelo Vale da Paraíba, no Rio de Janeiro.

Apesar de se ter iniciado o plantio do café ainda no século XVIII, este era feito apenas para fins de consumo local, e somente no século XIX passa a assumir importância comercial devido à alta de seus preços em consequência da desarticulação da produção realizada no Haiti e da demanda externa, de forma que “Todo aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no decorrer da primeira metade do século XIX, deve-se estritamente a contribuição do café” (FURTADO, 1959, p. 169). Conforme tabela abaixo, a partir de 1831 o café passa a ser principal artigo exportado, correspondendo a 64,5% das exportações do país no final do século.

**TABELA 3 - Principais produtos exportados pelo Brasil no século XIX e sua participação sobre o total de exportações**

<b>PRODUTO</b>	<b>1821/30</b>	<b>1831/40</b>	<b>1841/50</b>	<b>1851/60</b>	<b>1861/70</b>	<b>1871/80</b>	<b>1881/90</b>	<b>1891/ 1900</b>
<b>CAFÉ</b>	18,4	43,4	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5	64,5
<b>AÇUCAR</b>	30,1	24	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9	6,6
<b>ALGODÃO</b>	20,6	20,8	7,5	6,2	18,3	9,5	4,2	2,7
<b>FUMO</b>	2,5	1,9	1,8	2,6	3	3,4	2,7	2,2
<b>CACAU</b>	0,5	0,6	1	1	0,9	1,2	1,6	1,5
<b>TOTAL</b>	<b>72,1</b>	<b>81,1</b>	<b>78,4</b>	<b>79,8</b>	<b>80</b>	<b>82,5</b>	<b>79,9</b>	<b>77,5</b>

Fonte: CANABRAVA, A.P. A grande Lavoura. In: FREITAS NETO e TASINAFO, História geral e do Brasil, São Paulo: Harbra, 2006, P.509.

Apesar desta atividade se assemelhar a açucareira na utilização intensiva de mão-de-obra escrava, se baseia mais amplamente na utilização do fator terra, tendo, por consequência, um menor grau de capitalização, Furtado (1959) explica que mesmo seu capital estando imobilizado nos cafezais suas necessidades monetárias são menores, devido a utilização de equipamentos mais simples e, em geral, de fabricação local.

O cultivo do café se deu, inicialmente, aproveitando da relativa abundância de mão-de-obra que estava disponível devido à desarticulação da economia mineira que ficava próximo da região onde se concentrou as plantações, região esta que também favoreceu em relação ao transporte, tendo em vista sua proximidade com os portos. Dessa forma, o segundo e terceiro quartel do século XIX constituem a fase denominada por Furtado (1959) de “gestação da economia cafeeira”.

A produção no Estado do Rio de Janeiro, que fora de 1 milhão de sacas em 1835 passava de 1,5 milhões em 1840, crescendo lentamente para 1,8 milhões em 1870, e atingindo seu auge em 1882 com 2,6 milhões conforme estimativas de Cano (1975). Entretanto, a região onde se deu inicialmente a expansão do artigo, Vale da Paraíba, passa a enfrentar dificuldades devido à baixa produtividade física dos seus cafezais e as limitações impostas pela oferta de terras que possuíam condições favoráveis para o plantio do artigo.

Além disso, a mão-de-obra que na primeira fase de expansão do plantio do café foi favorecida pelos estoques de escravos disponíveis na região das minas, passa a constituir um problema para a continuação da expansão do artigo. Em 1830, período em que ocorre a expansão do plantio, começam também as repressões por parte da Inglaterra ao comércio negreiro, o que encarece o preço dos escravos aumentando os custos de produção. E em 1850, o comércio negreiro é proibido no país. Segundo Cano (1975), a oferta de escravos passa a ser atendida basicamente pelo estoque que existia no Nordeste brasileiro.

Dadas as circunstâncias, em busca de solucionar o problema da oferta de terras, uma parte da produção dirige-se para a região oriental do Rio de Janeiro, segundo Cano (1975), penetrando também na Zona Mineira e no Espírito Santo e outra parte dirige-se em direção ao Oeste-Paulista, região onde “a terra seria na verdade um ‘livre conduto’ a expansão cafeeira, tanto no que se refere a sua disponibilidade quantitativa, quanto ao seu principal aspecto que é o das condições de clima, fertilidade e topografia” (CANO, 1975, p.31).

O problema da mão-de-obra era enfrentado no oeste-paulista através da utilização de técnicas agrícolas mais modernas, como o arado e máquina carpideira, que com um homem e um animal substituía o trabalho de seis escravos. Somada às técnicas agrícolas mais eficientes, a maior fertilidade da terra e a menor idade das plantações, Cano (1975) estima que produtividade física do oeste-paulista era cerca de cinco vezes maior que a verificada no Vale da Paraíba.

Assim, a produção de café paulista que representava apenas 16% do total brasileiro, a partir do deslocamento da produção, que tem como consequência uma grande expansão da produção, alcança em 1875 cerca de 25% da produção nacional, chegando, dez anos depois, a 40% da produção nacional, conforme estimativas de Cano (1975).

A produtividade das terras do oeste-paulista aumentam ainda mais com a introdução das máquinas de beneficiamento do café, cuja fabricação já se desenvolvia em São Paulo, na década de 1870, as máquinas poupavam mão-de-obra escrava além de melhorar a qualidade do produto. Todavia, a alta produtividade das terras, que gerava aumentos dos lucros no setor, passava a demandar a ocupação de novas terras para inversão dos investimentos e a ocupação de terras cada vez mais distantes, tem como consequência um novo problema a ser enfrentado: o transporte.

A superação desse obstáculo se deu pela implantação das ferrovias na região, que vão desempenhar o papel de viabilizar a ocupação de terras mais distantes e de rebaixar os custos com transporte, anteriormente feito pelo gado mular. Cano (1975) estima que em algumas regiões os custos com transporte ficavam em torno de 40% a 50% do valor da exportação, e com a implantação das ferrovias, esses custos reduziram para 20% do preço da saca de café exportada. Além disso, as ferrovias melhoraram também a produtividade física do café, uma vez que uma grande parte da produção era perdida devido a deficiência dos transportes.

Mello (1982) ressalta a importância do comportamento dos preços a partir de 1869, para o aumento da rentabilidade da atividade, segundo o autor, ocorre um aumento dos preços internacionais devido à quebra da safra brasileira e da América Central e o crescimento dos preços se acelera em 1870 com a forte geada que ocorre nos cafezais de modo que em 1873 o preço do artigo é duas vezes maior que o verificado em 1868 e internamente os preços passam de 20 para 40 mil réis, entre 1870 e 1873.

Em 1874, os preços voltam a cair, entretanto, a desvalorização cambial mantém os preços internos, enquanto as condições climáticas, no Brasil, não permitem que os preços

externos se deprimam o quanto seria esperado no período, logo, a rentabilidade está assegurada, ainda que a níveis mais baixos.

Dessa forma, com as máquinas de beneficiamento, aumentando a produtividade, com a implantação das ferrovias, responsável pela redução nos custos e com o comportamento dos preços no mercado, há um aumento nas margens de lucro do setor, somado a esses fatores, a disponibilidade de terras, nesse período ocorre um estímulo para a ampliação da acumulação cafeeira, o que implica em uma maior demanda por mão-de-obra e no agravamento do problema, que necessitava de soluções urgentes.

“O essencial é que se estimulou a acumulação, e a acumulação repõe, a cada instante, o ‘problema da falta de braços’, que assume, a cada momento, maior gravidade” (MELLO, 1982, p. 83). Dessa forma, ao mesmo tempo que as máquinas e as ferrovias ajudam a solucionar os problemas enfrentados pela economia escravista, criam condições para o surgimento de uma nova relação de trabalho: o trabalho assalariado.

### ***2.5.2 Transição para o trabalho assalariado***

Em meados do século XIX com a repressão inglesa ao tráfico negreiro, e posteriormente, com sua proibição, a oferta de escravos passa a se tornar inelástica, contando apenas com os escravos que restavam dentro do país e com o crescimento dessa população. Furtado (1959) estima que nesse período a massa de escravos era de aproximadamente 2 milhões de indivíduos.

Dessa forma, o aumento da demanda por mão-de-obra na região sudeste para as plantações de café, é atendida, a priori, pela tráfico interno de escravos. A região Nordeste sofre no período uma grande migração da sua mão-de-obra escrava, segundo Furtado (1959), as regiões algodoeiras teriam sofrido uma maior perda, uma vez que a atividade açucareira, por ter uma maior imobilização de capital, não é desarticulada facilmente.

Todavia, as plantações de café continuam demandando cada vez mais mão-de-obra para expandir seu processo de acumulação e com as limitações no mercado de escravos o problema da oferta de mão-de-obra se agrava. O país possuía ainda uma oferta potencial de trabalhadores livres no seu setor de subsistência e também nas zonas urbanas que poderiam ser recrutados para o trabalho nas plantações de café.

Sendo o setor de subsistência caracterizado por sua organização social e dispersão, os trabalhadores estavam diretamente ligados ao proprietário da terra em que plantavam para sua

subsistência, ou seja, para recrutá-los seria necessário a cooperação do proprietário das terras, que não o faria, uma vez que não seria interessante para o proprietário perder a mão-de-obra que estava a sua disposição, enquanto os trabalhadores da zona urbana tinham dificuldades de adaptação ao trabalho e à vida nas fazendas.

“As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a “grande lavoura” (FURTADO, 1959, p. 179). Assim, não evolui a ideia de um recrutamento interno, e passa-se a enxergar na importação externa de mão-de-obra a solução do problema enfrentado pelo aumento da demanda nas lavouras de café.

Em 1847 ganha expressão o sistema de parceria, que permitia ao parceiro o plantio de alimentos e a divisão dos lucros do café e dos produtos agrícolas produzidos pelo parceiro, entre este e o proprietário, entretanto, esse sistema entra em declínio em 1860, devido as queixas dos parceiros em relação a lhe serem atribuídos os piores cafezais, as pesadas dívidas, as precárias condições de moradia, entre outras, esse sistema é substituído pelo salário fixo, e mais tarde pelo de colonato, um sistema misto onde o colono recebia um salário fixo, pelo trato dos cafezais, e um variável pela colheita de café, além do direito de plantio e criação de animais.

Dessa forma, abandonada a via de parcerias, era necessário gerar um fluxo abundante de mão-de-obra formado por homens pobres, conclui Mello (1982), abundantes para que se pudesse obter baixas taxas de salários, e pobres pra que não tivessem condições de comprar terras e abrir negócios, e assim, serem submetidos ao trabalho nas fazendas. Condições estas que foram atendidas pelo lado da oferta devido às transformações sofridas por algumas economias europeias, no período, que geraram nessas regiões uma grande quantidade de homens pobres e dispostos a emigrar.

A partir de 1870, o governo passa a se encarregar dos gastos relacionados aos imigrantes que fossem servir às lavouras de café, ficando como responsabilidade dos fazendeiros cobrir os gastos dos imigrantes durante seu primeiro ano de atividade, bem como colocar a sua disposição terras para o plantio de subsistência para manutenção da família (sistema de colonato).

A expansão do processo imigratório acelera a partir de 1885, quando a elevação dos preços do café pressiona novamente a demanda por mão-de-obra, Mello (1982) estima que entre 1885 e 1888 o número de imigrantes foi em torno de 260 mil, e Furtado (1959) que o número de imigrantes no último quartel do século XIX era de 803 mil. O grande número de imigrantes

permitiu a queda dos salários e um grande impulso a expansão cafeeira. Dessa forma, o trabalho assalariado torna-se dominante e base para a continuação da acumulação cafeeira, e em 1888 a escravidão é abolida no Brasil.

Segundo Cano (1975), com a solução do problema da mão-de-obra, há partir de 1886 ocorre uma grande expansão do plantio de café, o novo plantio totaliza 465 milhões de cafeeiros, o que triplica o estoque anterior (220 milhões), situando a capacidade produtiva em 685 milhões. Dessa forma a participação de São Paulo na produção nacional salta de 40% em 1885, para 60% no início do século seguinte.

## **2.6 Economia Brasileira até a segunda metade do século XX**

### ***2.6.1 A Crise da economia cafeeira***

Com a grande expansão da cultura cafeeira, no final do século XIX o Brasil passa controlar  $\frac{3}{4}$  da produção mundial. Ao comprovar-se a primeira crise de superprodução, nos anos iniciais do século XX, os empresários brasileiros perceberam sua posição privilegiada, uma vez que o café era o principal produto de exportação do país, e usam dessa posição para conseguir recursos com a finalidade de manter parte da produção fora do mercado, contraindo artificialmente a oferta.

A partir da crise de 1883 nos EUA, os preços do café começam a declinar, e o efeito da crise nesse período é absorvido por meio de depreciação externa da moeda, gerando uma pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que levou adoção de políticas com o objetivo de recuperação da taxa de câmbio, segundo Furtado (1959), de forma que quando em 1897 ocorre uma nova depressão no mercado mundial, torna-se impraticável utilizar a depreciação do câmbio como forma de amenizar os efeitos da nova crise.

Com os estoques de café crescendo ano a ano e pressionando os preços para baixo, e sem a possibilidade de defesa através do mecanismo cambial, a ideia de retirar parte da produção do mercado amadurece, e em fevereiro de 1906 no Convênio de Taubaté, definem-se as bases para a política de valorização do produto, que visava reestabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda do produto, através da intervenção do Estado, que compraria o excedente e sendo financiado através de empréstimo estrangeiro, que por sua vez, seria coberto por um novo imposto cobrado sobre a saca de café exportada, e como objetivo de longo prazo, a política deveria desencorajar a expansão das plantações.

Entretanto, segundo Cano (1975) a recuperação dos preços a partir de 1910, teria estimulado novos plantios, totalizando mais de 99 milhões de cafeeiros entre 1911-1913, durante a primeira guerra mundial, os preços permaneceram baixos e estáveis até meados de 1917, ano em que a floração dos cafezais anunciava uma super safra para 1918. De modo que foi instituído um segundo plano de valorização, financiado com recursos do Governo Federal.

A intervenção do Estado e a geadas de 1918 elevaram violentamente os preços, estimulando um plantio de 50 milhões de cafeeiros, em 1919. O que gera, segundo Cano (1975), a perspectiva de uma nova grande safra em 1921 e com a crise nos Estados Unidos entre 1920 e 1923, ocorre uma nova queda nos preços externos. Internamente os preços se recuperam após 1922 através da desvalorização da taxa de cambio, e nesse mesmo ano, é instituída, pelo governo federal, a defesa permanente do café.

A desvalorização cambial e a firme intervenção do Estado a partir de 1921, comprando excedente não exportável, dessa vez através de recursos internos e externos, teve como consequência o plantio de 157 milhões de cafeeiros, conforme Cano (1975).

Em fins de 1929, além da expectativa de uma grande safra, se dá a eclosão da crise mundial, que reduz o preço do café no mercado internacional. Segundo o autor, em 1930 os preços estavam 45% menor que em 1928, entretanto, estavam superiores aos vigentes durante a crise de 1897. Esse fato associado à defesa permanente do artigo, permite que a expansão do plantio tenha continuidade, terminando apenas em 1930, com a crise mundial já instalada.

Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava a cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para os empresários a necessidade de seguir com suas inversões [...] Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro de um problema que se tornaria cada vez mais grave. (FURTADO, 1969, p. 256)

Furtado (1959) conclui que cumularam-se o efeito de duas crises, uma do lado da oferta, devido a superprodução do café, e outra, pelo lado da demanda, estabelecida pela crise mundial de 1929. A produção máxima seria alcançada em 1933, reflexo da expansão do plantio durante os anos de 1926 a 1930. Entretanto, devido à crise no mercado internacional, era

impossível obter crédito para a retenção dos estoques e o crédito do governo desaparece devido a fuga de capitais do país.

A depreciação da moeda nesse período, ajuda a atenuar o impacto da baixa do preço do mercado internacional sobre o produtor brasileiro, entretanto, fazia-se indispensável evitar que o excesso de produção pressionasse ainda mais os preços. Sem a possibilidade de financiamento externo e sem reserva, a solução encontrada foi a expansão de crédito, e à medida que era utilizada, agravava o desequilíbrio externo, contribuindo para uma maior depreciação da moeda. Tendo em vista que os estoques não tinham possibilidade de ser vendidos, a destruição do excedente se mostra como uma consequência de continuar colhendo café.

Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego da economia exportadora, e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se a contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam proporcionalmente, os efeitos do multiplicados do desemprego sobre os demais setores da economia. (FURTADO, 1959, p. 268)

Dessa forma, conclui Furtado (1959), que a recuperação da economia brasileira a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política adotada pelo país, e, como consequência dessa política, que manteve a procura interna com melhores condições que a externa, o setor interno da economia passa a oferecer melhores condições de inversão que o setor exportador, de modo que o setor ligado ao mercado interno se torna predominante na formação de capital. Ou seja, o fator dinâmico passa a ser o mercado interno.

A produção industrial que se destinava ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10%, e já em 1933 recupera os níveis de 1929, segundo Furtado (1959). Vale ressaltar que o setor ligado ao mercado interno também é, em parte, prejudicado pela depreciação da moeda, uma vez que necessita importar máquinas e equipamentos.

### ***2.6.2 A perda da hegemonia interna do Nordeste na produção de açúcar e algodão***

O Nordeste segue enfrentando a crise na sua economia, devido à baixa dos preços dos seus principais produtos de exportação no mercado internacional. Os preços do açúcar que foram de 120 libras no início do século XVII, são de apenas 9 libras no início deste século. Além disso, o mercado interno, que no século passado se mostrava promissor, uma vez que não possui concorrentes, deixa de ser, com o início da produção do açúcar no Sudeste do país.



Segundo Machado (2003), os imigrantes europeus que vieram para São Paulo suprir o problema de mão-de-obra da região cafeeira, foram adquirindo pequenos pedaços de terras onde podiam plantar sua própria atividade agrícola e grande parte optou pela produção de aguardente a partir da cana-de-açúcar. Dessa forma inúmeros engenhos passam a se concentrar nas regiões de Campinas, Itu, Moji-Guaçu, Piracicaba e Ribeirão Preto.

Machado (2003) relata que a partir de 1910 os engenhos de aguardente se transformam em usinas de açúcar, impulsionados pelo crescimento da economia paulista e nessa época também é formada Cia. União dos Refinadores, uma das primeiras refinarias de grande porte do Brasil. Em 1914 a eclosão da I Guerra Mundial prejudica a indústria de açúcar europeia, em especial a da norte da França, dessa forma, o preço do açúcar aumenta no mercado internacional incentivando a construção de novas usinas no Brasil. Segundo o autor, essa ampliação foi notória em São Paulo, tendo em vista que os fazendeiros de café buscavam diversificar sua produção. Em 1920 é fundada em Piracicaba uma oficina mecânica que se transformou na primeira fábrica de equipamentos para a produção de açúcar do Brasil, por Mario Denini, segundo Machado (2003).

A expansão na produção verificada em São Paulo e também no Nordeste, concentrada nos estados de Pernambuco e Alagoas, indicava uma superprodução, e, com o intuito de controlar a produção, foi criado em 1933 o Instituto do Açúcar e Alcool (IAA). O mecanismo adotado para o controle foi o regime de cotas, atribuindo a cada usina brasileira uma determinada quantidade de cana a ser moída e a quantidade de açúcar e álcool a ser produzida, conforme explica Machado (2003). Além disso, a aquisição de novos equipamentos também deveria ser autorizada.

Por ocasião da II Guerra Mundial, as usinas paulistas reivindicam o aumento da produção, tendo em vista que as dificuldades do transporte marítimo prejudicavam a importação da produção nordestina para os centros consumidores no centro-sul do país. Segundo Machado (2003), nos dez anos posteriores essas usinas aumentaram em seis vezes sua produção. Dessa forma em meados do século XX a produção paulista ultrapassa a do Nordeste e a região perde a hegemonia na produção do açúcar.

Essa demanda insatisfeita dos principais centros consumidores criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente importavam de outras, basicamente do nordeste. E foi essa expansão dos anos da Segunda Guerra que deu origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para os estados do sudeste do país [...]. (SZMRECSÁNYI E MOREIRA, 1991)

Conforme Tabela 4, pode-se verificar o crescimento da participação paulista na produção nacional em detrimento da queda do maior produtor do nordeste, Pernambuco. Na safra de 1956 a produção paulista ultrapassa a pernambucana e a partir de então ultrapassa toda a produção do norte e nordeste. Durante esse período surgem as maiores unidades produtoras brasileiras como a Usina Da Barra, São Martinho, Iracema, Santa Elisa, Costa Pinto, entre outras.

**TABELA 4** - Distribuição regional da produção brasileira de Cana de açúcar (%) - diversos anos

ESTADOS E REGIÕES	ANOS- SAFRA	ANOS- SAFRA	ANOS- SAFRA	ANOS- SAFRA	ANOS- SAFRA
	1946/47	1956/57	1966/67	1976/77	1986/87
<b>Rio Grande do Norte</b>	0,61	0,9	0,68	0,82	1,57
<b>Paraíba</b>	3,06	2,16	1,66	1,79	2,71
<b>Pernambuco</b>	30,43	28,98	19,98	18,03	11,32
<b>Alagoas</b>	10,37	8,73	9,49	16,48	13,28
<b>Sergipe</b>	3,69	2,27	1,1	0,93	0,93
<b>Bahia</b>	4,86	2,83	1,39	0,71	0,63
<b>Outros</b>	0,29	0,17	0,21	0,48	0,83
<b>Total Norte/ Nordeste</b>	53,33	46,04	34,52	39,26	31,27
<b>Minas Gerais</b>	4,08	3,31	4,28	3,66	4,53
<b>Rio de Janeiro</b>	15,96	12,78	9,61	6,16	3,74
<b>São Paulo</b>	24,28	34,66	47,18	47,05	50,28
<b>Paraná</b>	0,95	2,42	2,77	2,61	4,79
<b>Mato Grosso</b>	0,25	0,13	0,07	0,09	2,18
<b>Goiás</b>	0,08	0,06	0,22	0,28	2,11
<b>Outros</b>	1,07	0,59	1,34	0,89	1,1
<b>Total Centro-Sul</b>	46,67	53,96	65,47	60,74	68,73
<b>BRASIL (1000 TM)</b>	11895	24378	47347	88133	227875

Fonte: SZMRECSÁNYI E MOREIRA, O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, São Paulo, R. Estudos Avançados, 1991.

O algodão, que também passa a ter no mercado interno, durante o século XVIII, ambiente mais promissor, devido à queda de seus preços no mercado internacional, sofre, assim

como açúcar, a concorrência no mercado interno para a produção do artigo no Sudeste de país. Segundo Cano (1975) o algodão produzido em São Paulo, até 1915, representava apenas 30% do consumo das fiações paulistas, e o restante da demanda era suprido com o algodão produzido no Nordeste, entretanto, a partir de 1916/1917 (I Guerra Mundial), os preços externos do artigo se elevam, o que implica em um aumento do preço do algodão nordestino e nos custos da indústria paulista.

Dadas as circunstâncias, durante esse período cresce a produção de algodão em São Paulo, Cano (1975) estima que a produção passa de uma média de 6 mil toneladas entre 1913 e 1915 para 30 mil toneladas entre 1919 e 1921, e a produção paulista passa a atender cerca de 70% da demanda das indústrias têxtil de São Paulo. A produção paulista reduz quando os preços do artigo caem no mercado internacional ficando abaixo de 10 mil toneladas a partir de 1926, todavia, a Crise de 1929, com a queda de preços do café, aumenta, novamente, a rentabilidade da produção de algodão na região e São Paulo passa a dominar esta atividade. O Paraná, posteriormente, também irá produzir o algodão.

Entretanto, como já se viu, a cotonicultura paulista, avançaria no século XX, inclusive operando em bases tecnicamente mais eficientes, fazendo com que, a partir da 'crise de 29' São Paulo dominasse amplamente essa atividade. O Nordeste, que era um produtor/exportador marginal no mercado internacional passava agora a sê-lo, também, no mercado nacional. (CANO. 1975, p.95)

Dessa forma, o Nordeste que já havia perdido a rentabilidade da produção de seus principais artigos no mercado externo, devido à concorrência e a queda dos preços, a perde também no mercado interno, devido a produção em São Paulo, que para ambos os artigos contava com técnicas mais eficientes, uma vez que apesar da expansão cafeeira em São Paulo, não se verifica uma redução na sua produção agropecuária, que continua se desenvolvendo e conquistando mercados, como no caso do açúcar e do algodão, conforme conclui Cano (1975).

Além de perder a hegemonia na produção dos seus principais artigos, açúcar e algodão, a indústria têxtil, que em meados do século XIX estava concentrada no estado da Bahia, aproveitando das condições favoráveis em relação à disponibilidade de matéria-prima, fontes de energia e mercado consumidor, também transfere-se para o sudeste do país. Segundo Stein (1979), em 1885 trinta e três das quarenta e oito fábricas brasileiras estavam localizadas no sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).

Stein (1979) explica que a transferência se deve à expansão da população nas cidades do sudeste do país, a substituição da força hidráulica pelas turbinas de vapor como fonte de energia, a partir de 1860, e a construção de ferrovias ligando o Rio de Janeiro à São Paulo e Minas Gerais, o autor destaca esse último fator como decisivo para o deslocamento da supremacia têxtil da Bahia para o sudeste. Além disso, alguns fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro investiram em fábricas de tecido de algodão nos anos setenta e oitenta devido a ameaças em relação a estabilidade da agricultura cafeeira como o preço do artigo, a erosão dos solos e a escassez de mão-de-obra escrava.

Conforme tabela 5, em 1907, apenas 30% das indústrias de fiação e tecidos nacionais estão localizadas no nordeste no início do século XX, e o estado da Bahia corresponde a apenas 7% do total. O sudeste corresponde a 58% dos estabelecimentos indústrias de fiação e tecido que utilizam o algodão como matéria-prima, e o Rio de Janeiro, considerando o estado e o Distrito Federal, corresponde a 21%. O estado de Minas Gerais possui um maior número de estabelecimentos, entretanto, é importante ressaltar que tanto o capital quanto o valor da produção são superiores no Rio de Janeiro, ou seja, pode-se inferir que os estabelecimentos do Rio de Janeiro são maiores e com produção mais elevada.

**TABELA 5 - BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - indústria de fiação e tecidos - 1907**  
(Tecidos de algodão)

ESTADOS	Nº Estabelecimento	Nº de operários	Capital (contos de réis)	Valor da produção (contos de réis)
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	34	15.938	114.751.716	56.206.232
<b>Distrito Federal</b>	15	9.358	70.452.259	36.737.332
<b>Rio de Janeiro</b>	19	6.580	44.299.457	19.468.900
<b>Minas Gerais</b>	36	4.637	17.284.372	11.271.151
<b>São Paulo</b>	23	7.887	88.946.190	29.150.510
<b>NORDESTE</b>	<b>48</b>	<b>21.456</b>	<b>60.119.125</b>	<b>35.272.575</b>
<b>Alagoas</b>	5	2.080	5.489.887	4.134.764
<b>Bahia</b>	12	3.880	15.758.400	10.412.320
<b>Ceará</b>	6	962	2.405.000	1.668.600
<b>Maranhão</b>	12	3.612	10.482.900	4.342.992
<b>Paraíba</b>	1	561	1.778.000	1.151.921
<b>Pernambuco</b>	6	8.464	17.801.660	9.219.673
<b>Piauí</b>	4	1.288	4.458.400	2.616.105
<b>Rio Grande do Norte</b>	1	320	875.000	739.500
<b>Sergipe</b>	1	289	1.069.878	986.700
<b>BRASIL</b>	<b>161</b>	<b>45.942</b>	<b>284.428.403</b>	<b>135.025.668</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censo industrial 1907.

Conclui-se, pois, que a região Nordeste que já havia perdido o monopólio para a produção externa, no mercado internacional, perde a hegemonia interna na produção do açúcar e do algodão devido ao desenvolvimento da produção dos artigos a níveis mais elevados de eficiência, fazendo com que a produção dos artigos, apesar de lucrativa para o exterior e, a partir do século XX, para o estado de São Paulo, não possua a mesma rentabilidade para o nordeste.

Além disso, em relação a indústria têxtil, os mesmo fatores que fizeram com que houvesse uma concentração do setor na Bahia no século XIX, energia, mercado consumidor e matéria-prima, foram responsáveis pela transferência do setor para o Rio de Janeiro durante o século XX, que também contou com o desenvolvimento do transporte como fator decisivo para a transferência.

### **3. DIFERENTES VISÕES SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ATÉ A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Neste capítulo serão apresentadas as teorias dos cinco autores estudados para interpretar o processo de industrialização do país. Parte-se do estudo regional do processo industrial no Brasil, abordado por Wilson Cano, em seguida enfatiza-se a teoria dos surtos industriais, defendida pelos autores Roberto Simonsen e Cardoso de Mello. Segue-se com as ideias de Villela e Suzigan, ressaltando que os surtos industriais ocorridos no país são consequências, indiretas, até 1945, das políticas econômicas adotadas, até a teoria de industrialização por substituição de importações defendida por Celso Furtado.

Além disso, serão apresentadas, também, a visão dos referidos autores sobre os fatores que limitaram o processo de industrialização no Brasil até o século XX. Dessa forma, a partir do conhecimento dos fatores limitantes e condicionantes para o processo industrial, serão analisados seus impactos no âmbito regional no capítulo 4.

#### **3.1 Wilson Cano**

##### ***3.1.1 Complexo cafeeiro paulista x complexo Nordestino***

Segundo Cano (1975), na etapa colonial, a alocação interna de excedente teria duas limitações: o mercado interno, dado que as relações eram escravistas; e a apropriação, por parte da metrópole, da maior parte do excedente. Passada essa etapa, o escravismo permanece e no complexo nordestino surge outra limitação: a queda dos preços de seus produtos básicos (açúcar e algodão).

Entretanto, com o complexo paulista, as altas margens de lucro da cafeicultura, a alta produtividade e a grande disponibilidade de suas terras, imprimem um alto ritmo na acumulação de capital no café, nesse período em que a atividade no Nordeste está em declínio, e a expansão do plantio, gera um grave problema de demanda por mão-de-obra, solucionado pela imigração de mão-obra e pela expansão do trabalho assalariado, que segundo o autor gerou os seguintes benefícios para o complexo paulista:

- a) A diminuição dos custos de produção cafeeira e o aumento de sua produtividade permitindo um uso mais intensivo e extenso de equipamentos agrícolas;
- b) A cessão de terras para plantio sem o ônus do regime de parceria, permitiu um aumento da renda em espécie dos colonos e implicou na diversificação agrícola do complexo;

- c) O regime de salários permitiu, ainda, o surgimento de uma ampla camada social com poder aquisitivo capaz de dilatar o mercado para bens de consumo corrente, ampliando dessa forma, as oportunidades internas de inversão do complexo;
- d) Proporcionou também o alargamento da disponibilidade de mão-de-obra para a expansão urbana-industrial, tanto pela entrada direta de migrantes não-agrícolas como pelo próprio movimento de atração e fuga de imigrantes, gerado pelas crises do café.

Todavia, no complexo Nordeste, a passagem do trabalho escravo para o assalariado, teria sido mais formal que efetiva, não desfrutando este complexo dos efeitos dinâmicos que a introdução do trabalho assalariado gerou no complexo paulista, assim também ocorre com a implantação da ferrovia nos dois complexos, usufruindo o complexo paulista de efeitos mais dinâmicos que o Nordeste.

Além disso, para o autor, as ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades do complexo, preenchendo múltiplos papéis. Em um primeiro momento, cabe destacar sua atuação desbravadora da fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis terras virgens do oeste paulista. Exerceu, também, um papel fundamental ao rebaixar os custos de produção, reduzindo os custos com transporte e contribuíram para elevar economicamente a produtividade física do café, uma vez que devido à deficiência do transporte parte da produção perecia nas fazendas mais distantes e era extraviada ou destruída durante o percurso, dadas às precárias condições do transporte.

Entretanto, no Nordeste, embora tenham reduzido os custos do transporte, pouco significaram em termo de oportunidade de inversão de capitais local e a lucratividade era baixa. Segundo Cano (1975), a expansão ferroviária na década de 1860 se deu a partir de capital britânico, e no início do século XX já estava encampada pelo governo federal. Estima que a relação despesa/ receita era em torno de 80% nas ferrovias do complexo nordestino, enquanto não chegava a 50% no complexo paulista.

Assim, Cano (1975) conclui que pelo menos até a primeira década do século vinte, o complexo nordestino não conseguiu superar sua conformação estrutural. Perpetuando, portanto, a baixa eficiência, a baixa produtividade e os baixos salários.

### ***3.1.2 Desenvolvimento da indústria açucareira no Nordeste***

Para Cano (1975), o comportamento dos preços do açúcar no mercado internacional, as condições do mercado internacional e ainda as condições para a renovação técnica, teriam sido

fundamentais para a limitação da expansão da indústria açucareira, tendo em vista que os preços do artigo caem no mercado internacional a partir do final do século XVII. Além da queda dos preços, o açúcar enfrenta uma forte concorrência, a priori, do açúcar antilhano e, posteriormente, da produção do açúcar de beterraba e da produção de açúcar em Cuba.

Outro fator determinante é a dificuldade de acumulação de capital do setor açucareiro, limitada inicialmente pelo mercado interno e pela apropriação, por parte da metrópole, da maior parte do excedente, como citado anteriormente. E, em um segundo momento, a acumulação é limitada pela baixa dos preços do artigo. Dessa forma, Cano (1975) explica a imensa dificuldade da atividade açucareira renovar tecnologicamente a sua capacidade produtiva.

“Operando historicamente a preços baixos e em condições adversas no mercado internacional, não contaria com grande excedente que lhe permitisse realizar a inversão” (CANO, 1975, p.100). O autor salienta ainda, que o setor não contaria nem mesmo como uma taxa de lucros que lhe permitisse realizar empréstimo para este fim, sendo necessária a intervenção do governo assumindo os riscos e dando garantia de juros para que fossem instalados os modernos Engenhos Centrais, durante a década de 1880.

### ***3.1.3 O mecanismo do crescimento industrial no Sudeste***

Segundo Cano (1975), a atividade cafeeira teria possibilitado o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. O café era o principal produto de exportação do país, ditando a dinâmica de acumulação e ainda permitindo a capacidade de importar e mesmo em períodos em que o preço desse artigo caía no mercado internacional, devido ao excesso de oferta do produto, por exemplo, a lucratividade era assegurada por meio de políticas de valorização do café (1906, 1917, 1921).

Dessa forma, a atividade gerou os pré-requisitos para a atividade industrial, uma vez que a acumulação de capital do setor, permitia o investimento na atividade industrial; gerando capacidade para importar, permitia a importação de máquinas e equipamentos para a indústria; através da abundância de mão-de-obra, gerou mercado de trabalho para o setor industrial; e o trabalho assalariado, mercado consumidor para os produtos industrializados.



A subordinação da expansão industrial ao capital cafeeiro além de exprimir na capacidade para importar, que, obviamente, se refere à importação de alimentos, matérias-primas e bens de capital para a indústria reaparece também na questão do mercado, do suprimento de mão-de-obra e dos níveis salariais. (CANO, 1975, p. 125)

Segundo Wilson Cano (1975), a atividade cafeeira tinha um caráter cíclico:

**Expansão:** grande parte dos recursos é investida em novas plantações.

**Recessão:** baixa a lucratividade média, criam-se condições para que uma parte dos lucros sejam investidos em outros segmentos, como a indústria.

Entretanto, o autor irá salientar para a possibilidade de que as inversões de capital migrem para outros segmentos mesmo em momentos de expansão da atividade cafeeira, explicando, que quando é realizada uma expansão no plantio (exemplo, a de 1886/87), as plantações feitas no início do ciclo, só começam a produzir e gerar lucros 5 anos depois (1891), em um período em que ainda se segue o ciclo de expansão, assim, conclui que parte dos novos lucros e dos lucros gerados por produção mais antigas, podem ser transferidos para outras atividades, mesmo em momentos de expansão.

Para o autor, quando os preços estão altos e em situações normais de câmbio e capacidade para importar, para que as transferências das inversões de capital do setor cafeeiro para o industrial, que denomina de “vazamento de lucro do café”, adquiram maior importância é fundamental a existência de um protecionismo tarifário para as indústrias que não têm condições de competir com os similares importados e que sem essa condição, as transferências do setor cafeeiro para outras atividades, em momentos de expansão, migrariam para setores com rentabilidade mais certa.

Quando os preços do café caem, na crise de 1929, por exemplo, momento de recessão da atividade e o governo desvaloriza a taxa de câmbio, de forma a manter as margens de lucros dos cafeicultores, os preços dos produtos importados se tornam relativamente mais caros em relação aos artigos produzidos internamente, aumentando a rentabilidade do setor industrial, e tornando atrativa a inversão de capital nesse setor, todavia, nessa fase, Cano (1975) afirma que a condição essencial para a transferência do capital para o setor industrial será a existência de uma capacidade para importar que viabilize a importação de bens de produção.

O autor ressalta ainda, que quando a capacidade para importar está reduzida, as inversões de capital no setor industrial se concentram nas indústrias com relação reduzida de

capital/ produto, ou ainda, podem-se alocar as inversões para a integração da indústria, por exemplo, a indústria têxtil investir em fiação que integre uma tecelagem pré-existente. Na impossibilidade de se importar bens de produção necessários à expansão industrial, o estímulo gerado pela depressão dos preços do café, se converteriam em expansão do uso da capacidade produtiva já instalada a priori.

Cano (1975) explica que os empréstimos externos agravavam a situação da dívida externa, o que por sua vez comprimia a capacidade para importar, e que o problema era ampliado quando o aumento da dívida coincidia com a queda dos preços do café. Além disso, o autor salienta para o freio a expansão industrial que se constituía a instituição de políticas monetárias restricionistas, concordando com a visão de Villela e Suzigan (1973) de que “foi a política monetária, talvez, a maior responsável pelo limitado crescimento industrial no Brasil, antes de 1945 (1973, p. 59).

Dessa forma, Cano (1975) conclui que a relação entre capital cafeeiro e industrial não se davam em apenas um sentido, exemplificando as situações que poderiam ocorrer com os setores:

- 1) Apenas o setor industrial está em expansão: 1906 a 1910, quando a indústria cresce e o plantio de café estanca devido à baixa dos preços, internos e externos, do café;
- 2) Ambos os setores estarem em expansão: período de 1890 a 1894, nesse período, segundo Mello (1982), a acumulação financeira teria ultrapassado a taxa de acumulação produtiva, logo, bastava apenas que os industriais assegurassem uma taxa de rentabilidade positiva, para que se transformassem em decisão de investir;
- 3) Apenas o setor cafeeiro está em expansão: 1924 a 1926, a deterioração tarifária e a política de valorização cambial desfavorecem a indústria, Villela e Suzigan (1973) explicam a política adotada no período, enquanto os altos preços, externos e internos, beneficiavam o café;
- 4) Ambos os setores estarem em declínio: Anos iniciais da crise de 1929.

### **3.2. Roberto Simonsen**

Para Simonsen (1973), a indústria traz progresso, o autor sugere que os ganhos de produtividade auferidos com o desenvolvimento da indústria permitiriam o pagamento de salários maiores aos trabalhadores elevando o padrão de vida e consumo da sociedade. E é sobretudo pela capacidade de elevar o padrão de vida dos trabalhadores que Simonsen (1973) justifica a necessidade da indústria.

Querer negar que o desenvolvimento e a consolidação do parque industrial brasileiro concorrem para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação da nossa própria raça, é desconhecer os mais comezinhos princípios de política econômica e social. A grande indústria por toda parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo. Traz ainda mais, como consequência, a intensificação das relações comerciais, dos meios de transporte, e a marcha vitoriosa da civilização. (SIMONSEN, 1973, p.57)

### ***3.2.1 Desenvolvimento Industrial do Brasil até o século XVIII***

Simonsen conclui que pela própria natureza da época em que se estabeleceu a produção de açúcar não se poderia surgir manufaturas de valor, uma vez que a colônia era escassamente povoada, os transportes eram extremamente difíceis e o regime de trabalho era escravista. Dessa forma, nas grandes propriedades, além do açúcar, eram produzidos a maioria dos artigos que se consumiam, através de processos manuais ou com instrumentos rudimentares.

Assim é que, além dos engenhos de açúcar, muito dos quais alcançaram notável progresso, para o tempo, e dos vários estaleiros navais em que se construíam numerosos barcos, todos de madeira, não houve indústria de importância na era colonial. (SIMONSENS, 1973, p. 13)

Além dos fatores limitantes impostos pela própria natureza da produção, Simonsen (1973) ressalta as políticas coloniais adotadas como freios à expansão industrial, como a política adotada em fins do século XVIII, 1785, onde, por carta régia, foram proibidas todas as manufaturas de fios, panos e bordados na colônia, uma vez que a produção na colônia acarretava prejuízos às fábricas de Portugal, e também reduzia as rendas da metrópole com os impostos de importação dos artigos. Essa proibição durou 23 anos, sendo revogada em 1808 com a chegada da família real.

### ***3.2.2 O Brasil na divisão mundial do trabalho durante o século XIX***

Segundo Simonsen (1973), antes da revolução industrial os países buscavam produzir os gêneros a sua alimentação e progresso, dessa forma a produção de produtos tropicais e metais preciosos tinham preferência e grande valor para o mercado internacional. Todavia, quando se dá a revolução industrial, esta promove uma nova divisão de trabalho mundial, em que os

países passam a se dividir em: centros industriais, centros produtores de combustíveis e centros agrícolas produtores de alimentos e matérias-primas.

Enquanto os Estados Unidos, possuindo grandes minas de carvão e minério de ferro, expandem a siderurgia, o seu clima e sua proximidade com o continente europeu favorecem o cultivo e exportação de cereais, para os centros industriais europeus, além da plantação de algodão, que eram utilizadas nas manufaturas inglesas, e das correntes migratórias aumentavam a capacidade produtora e consumidora, se constituindo, em fins do século XIX na maior potência industrial do mundo, conforme conclui Simonsen (1973), o Brasil se constituía, no mesmo período, em um produtor de produtos agrícolas tropicais.

### ***3.2.3 Desenvolvimento industrial no Brasil a partir do século XIX***

Com a chegada da família real ao Brasil, foram tomadas uma série de medidas econômicas favoráveis à indústria, como a isenção de impostos para matérias-primas destinadas a indústria. Entretanto, o tratado de comércio com a Inglaterra, impedia a evolução de qualquer atividade industrial que possuísse concorrente no mercado inglês.

E, mesmo após a independência do Brasil, por motivo de ordem política internacional, o acordo comercial com a Inglaterra é mantido e até 1844 o país adota um regime livre-cambista. Simonsen (1973) conclui que as exportações de mercadorias não cobriam as importações e o país enfrentava sérias dificuldades cambiais, sendo superadas apenas por volta de 1860 quando o acordo comercial chega ao fim e através da expansão das exportações de café, que permitiu ao país superávit na balança comercial. Segundo o autor, foi nessa época que foram implantados os principais estabelecimentos industriais.

Foi nesse período, entre 1850 e 1870, que Visconde de Mauá, implantou uma série de empreendimentos no país, de forma a estimular a expansão industrial, como a construção de estradas de ferro, portos, fábricas, bancos, entre outros. Segundo Simonsen (1973), Mauá teria lutado contra a mentalidade agrária da época, entretanto, foi vencido e fracassou.

Em meados do século XIX, também ocorre uma grande onda de imigração europeia para o país e, em 1888, é decretado a abolição na escravatura. A partir desse ano também, conforme Simonsen (1973), passam a ser adotadas medidas protecionistas, que teriam como objetivo maior a arrecadação para o tesouro, do que de fomentar a industrialização, essa medidas serão melhor explicadas por Villela e Suzigan (1973) na próxima seção.

Dessa forma, no período de 1890 a 1895, ocorre o primeiro surto industrial, devido à expansão na produção de café, como reflexo da situação mundial, do aumento no fluxo de capitais, e dos meios de pagamentos, que acarretaria o encilhamento. Para Simonsen (1973), o encilhamento foi uma época de grandes especulações em que muitas indústrias foram formadas, estima que foram fundadas, entre 1880 e 1884, 150 indústrias e mais 248 estabelecimentos, entre 1885 e 1889, existindo nesse último ano 636 estabelecimentos, e ainda foram fundadas mais 452 fábricas no país, entre 1890 e 1895. Entretanto, entre 1894 e 1904 o país enfrenta crises políticas, econômicas e financeiras, e a adoção de políticas deflacionistas a partir de 1898. Em 1898 ocorre a primeira moratória.

O barateamento do ferro e do aço pelos grandes aperfeiçoamentos introduzidos na indústria metalúrgica, na Europa e nos Estados Unidos, a nova política imperial de fomento imperial de fomento a várias indústrias, o advento da tarifa Belizário, a primeira, talvez, que teve alguma tonalidade protecionista, a prosperidade da cultura cafeeira, concorreram, principalmente, para a eclosão desse primeiro surto industrial (SIMONSEN, 1973, p. 20)

Segundo Simonsen (1973), nesse período, a instituição de tarifas parciais em ouro na alfândega (1899) teria se constituído em uma medida protecionista a indústria, de forma que a partir de 1905 se observa um crescimento no ritmo de crescimento industrial, que teria se concentrado entre 1910 e 1919, período que compreende a I Guerra Mundial.

Nesse ponto, o autor discorda da visão dos autores Villela e Suzigan (1973) que não acreditam que houve uma expansão do processo industrial no período, e sim, um aumento da demanda, que teria cessado com a volta dos ofertantes tradicionais ao mercado no período pós-guerra.

Os progressos da eletricidade e a construção de usinas de energia elétrica, principalmente em São Paulo, que permitia acesso a fontes de energia barata; e o progresso e barateamento das máquinas, somados a melhores meios de transporte, a abundância de mão-de-obra não absorvidas pela produção de café que se encontravam em regime de superprodução, e as depressões cambiais ocasionadas pela política econômica adotada, permitiram a eclosão de um novo surto no século XX, durante o período da crise de 1929.

Simonsen (1973) estima que a produção industrial quadruplicou entre os anos de 1919 e 1938, e que o aumento contínuo do meio circulante, verificado a partir de 1934, aliado à contínua baixa do poder aquisitivo no exterior, estimularam a indústria, ressaltando que o

parque industrial de São Paulo, teria sido chamado a fornecer ao país os artigos indispensáveis ao consumo, que não podiam ser importados, de forma que o Brasil se constitui em mercado consumidor para a produção industrial paulista.

### **3.3. Celso Furtado**

#### ***3.3.1 Desenvolvimento industrial no Brasil durante o Ciclo do Ouro***

O mercado consumidor interno, um dos fatores que será apontado por Cardoso de Mello como limitante da industrialização no Brasil durante o período colonial, passa a oferecer um maior dinamismo para a economia durante o século XVIII. A exploração do ouro na região das minas, pelo seu alto grau de lucratividade, tem duas consequências importantes para a formação desse mercado: primeiro que a alta lucratividade atraiu um grande número de imigrantes para o país, que passaram de cerca de 300 mil em 1700 para 3,25 milhões em 1800; e segundo, que imprimiu um alto grau de especialização na atividade de exploração do ouro, de forma que o trabalho era totalmente dedicado a esta atividade, aumentando a demanda por outros artigos de consumo, como alimentação, por exemplo.

Além de ser responsável por expandir o mercado interno e a demanda por artigos de consumo, a atividade mineradora possuía ainda outras características que foram determinantes para impulsionar a produção interna, tendo em vista que nas regiões onde ficavam localizadas as minas a maior parte da população estava concentrada em regiões semiurbanas ou urbanas, e a grande distância dessas regiões para os portos tornava os artigos importados relativamente mais caros, de modo que além de impulsionar a formação de um mercado consumidor, impulsiona o consumo de artigos produzidos internamente em detrimento dos importados.

Entretanto, Furtado (1959) afirma que o desenvolvimento da região mineira com base no mercado interno foi praticamente nulo durante o período. O autor discorda da opinião de que teria sido as políticas adotadas por Portugal, em 1785, proibindo as manufaturas na colônia, o fato responsável pelo não desenvolvimento da indústria no período, tendo em vista que o desenvolvimento manufatureiro na colônia anterior essa proibição era praticamente nulo, esta não poderia ter gerado impactos significativos durante este período, concluindo que a causa principal para o não desenvolvimento industrial durante o século XVIII teria sido a falta de capacidade técnica dos imigrantes para iniciar a industrialização.

[...] Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer. (FURTADO, 1959, p. 126)

Para Furtado (1959), a condição fundamental para o desenvolvimento manufatureiro no Brasil nesse período, seria o desenvolvimento manufatureiro de Portugal, uma vez que se Portugal acumulasse técnicas manufatureiras, essas seriam transferidas ao Brasil. Todavia, o desenvolvimento desse setor em Portugal no final do século XVII, foi interrompido em 1703, pelo Tratado de Methuen, acordo realizado entre Portugal e Inglaterra.

Com o declínio da atividade açucareira no século XVII, reduziu-se também a capacidade para importar de Portugal, o que fomentou a produção interna dos artigos que anteriormente o açúcar permitia importar, impulsionando a instalação de manufaturas em Portugal. Segundo Furtado (1959), a partir de 1684, Portugal praticamente aboliu a importação de produtos ingleses. Contudo, os ingleses aliaram-se ao grupo produtor de vinhos portugueses, para cancelar as medidas protecionista adotadas por Portugal. Assim, o acordo de 1703, concedia ao vinho português uma redução de imposto, no mercado inglês, e em contrapartida, Portugal retirava o embargo às importações de tecido inglês.

Com o acordo, os ingleses passaram a exportar para Portugal, e também para o Brasil, produtos têxteis e outros produtos manufaturados. A qualidade superior dos tecidos ingleses quando comparados aos produzidos por Portugal, somada às vantagens fiscais representadas pelo Tratado de Methuen, fizeram com que a produção inglesa dominasse o mercado e a produção interna portuguesa, que estava em desenvolvimento, fosse prejudicada com o acordo.

Além da estagnação do setor manufatureiro em Portugal, o acordo também foi desfavorável ao país no que se refere ao equilíbrio de sua balança comercial, já que as exportações de vinhos eram inferiores às importações de tecidos ingleses, de forma que Portugal não poderia pagar com vinhos, os tecidos que necessitava. Segundo Furtado (1959), nessa situação, o desequilíbrio da balança comercial levaria a uma desvalorização da moeda portuguesa e a outras dificuldades que conduziriam a restauração das políticas protecionistas. Entretanto, a exploração do ouro no Brasil, viabilizou a permanência do acordo, e nesse cenário, grande parte do ouro explorado no Brasil, é transferido para a Inglaterra.

[...] Criaram-se assim de imprevisto as condições necessárias requeridas para que o acordo funcionasse, permitindo-se que operasse como mecanismo de redução do efeito multiplicador do ouro sobre o nível de atividade econômica de Portugal. Por um lado, a procura crescente de manufaturas que vinha da colônia se transferia automaticamente para a Inglaterra sem nenhum efeito sobre a economia portuguesa que não fosse a renda criada por algumas comissões e impostos. [...] (FURTADO, 1959, p. 128)

A Inglaterra é amplamente beneficiada com o acordo, além do mercado consumidor português e de sua colônia para exportação dos seus produtos manufaturados, tinha suas exportações saldadas em ouro, o que segundo Furtado (1959) adjudicava a economia inglesa uma maior flexibilidade para operar no mercado europeu, encontrando as condições de adquirir os materiais de construções e matérias-primas de que necessitava, indiretamente, com sua manufatura, e assim, os investimentos se concentravam nesse setor, que era o mais indicado para uma evolução tecnológica. Ademais, o grande fluxo de ouro brasileiro na Inglaterra fortaleceu os bancos ingleses e transferiu o centro financeiro da Europa para Londres.

Dessa forma, a exploração do ouro no Brasil, possuindo características importantes para o fomento da atividade manufatureira interna, encontrou um freio constituído pela falta de mão-de-obra com conhecimentos técnicos necessários para realizar o desenvolvimento da atividade, tendo em vista que não se constituiu na metrópole um núcleo manufatureiro que pudesse ser transferido à sua colônia. Isto é uma consequência do acordo realizado entre Portugal e Inglaterra durante o período, que foi viabilizado pela exploração do ouro, ou seja, em última instância, a exploração do ouro no Brasil que gerou condições propícias para a instalação manufatureira, a um só tempo, gerou as condições para que os fatores limitantes a essa instalação se fortalecessem, e assim, o impulso para o desenvolvido manufatureiro foi transferido para a Inglaterra.

Assim, a atividade mineradora, apesar de ampliar o mercado interno não obteve êxito no desenvolvimento industrial do país durante o período, e com o declínio desta atividade no final do século XVIII, a produção de café na região sudeste passa a desenvolver o papel de principal atividade econômica do país. É o café, segundo o autor, o responsável por fomentar o desenvolvimento industrial no país, a partir da segunda metade do século XIX, com a ampliação do mercado interno, através da imigração europeia e com importante modificação no âmbito da produção do país: a introdução do trabalho assalariado.



### *3.3.2 Industrialização por substituição de importações - século XX*

“O fator de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX foi, sem dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado.” (FURTADO, 1959, p.218). Segundo Furtado (1959), os salários pagos no setor exportador tornar-se-ão o núcleo de uma economia de mercado interno, tendo em vista que os assalariados gastam toda sua renda com consumo e os gastos com consumo se constituem na renda de pequenos produtores e comerciantes, dinamizando o mercado interno.

Furtado (1959) explica que, dada a relativa elasticidade da oferta de terra e mão-de-obra, a expansão do novo sistema econômico seguia sem encontrar obstáculos nos salários ou na renda da terra. O setor cafeeiro conseguiu manter seu salário real praticamente estável durante a sua expansão, sendo necessário apenas que esse salário fosse, em termos absolutos, maiores que os pagos nos demais setores da economia. Dessa forma, Furtado (1959) conclui que a abundância de mão-de-obra teve importância fundamental no novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado. Entretanto, o novo sistema possuía uma tendência ao desequilíbrio externo.

O funcionamento do novo sistema econômico, baseado no trabalho assalariado, apresentava uma série de problemas que, na antiga economia exportadora escravista apenas se haviam esboçado. Um desses problemas – aliás comum a outras economias de características similares – consistiria na impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro, base de toda a economia internacional no período que aqui nos ocupa. (FURTADO, 1959, p.223)

O problema, segundo Furtado (1959) consistia em saber a que preço as regras do padrão-ouro poderiam ser aplicadas a um sistema especializado na exportação de produtos primários e com elevado coeficiente de importação. No sistema escravista a procura monetária é igual as exportações, ou seja, a renda poderia se transformar em importação sem que gerasse desequilíbrios, entretanto, no sistema assalariado, o aumento da renda é gerado em duas etapas: pela setor exportador e pelo efeito multiplicador, ou seja, a procura monetária não é igual a exportações, e, segundo o autor, parte desse aumento de renda será satisfeito com importações, conforme a relação existente entre aumento da renda e das importações.

Além disso, as crises têm consequências distintas entre economias industrializadas e economias dependentes, como era o caso do Brasil. Furtado (1959) explica que em economias industrializadas a crise ocasionava uma redução no volume de inversões, que, por sua vez,

reduzia a procura global contraindo as importações, a queda na demanda por esses produtos provoca a baixa de seus preços, além disso há entrada de capitais vindo dos fundos que se encontravam no exterior.

Todavia, em economias dependentes, a crise tem início com a queda do valor da exportações, o que gera um desequilíbrio inicial no balanço de pagamentos, tendo em vista que a importações não reduzem de forma simultânea, além disso a queda dos preços dos produtos manufaturados, importados por essas economias, é menor que a queda dos produtos primários, exportados por essas economias, somado a isto, Furtado (1959) ressalta a rigidez dos capitais estrangeiros e a redução da entrada desses capitais.

E foi o que ocorreu com desequilíbrio externo gerado pela crise de 1929. Segundo Furtado (1959), no momento que a crise mundial é deflagrada os preços do artigo caem no mercado internacional, entretanto, produção de café se encontrava em altos níveis e a tendência era que continuasse crescendo, isso devido às políticas de valorização do artigo, que incentivaram a sua produção em larga escala, mantendo o lucro alto de forma artificial.

Além disso, foram necessários apenas alguns meses para que as reservas metálicas acumuladas fossem levadas pelo capital em fuga do país. Nesse cenário, era bastante difícil conseguir crédito externo para a retenção de novos estoques, e o crédito do governo havia desaparecido com a evaporação das reservas (em 1931). Ou seja, conforme explicado por Furtado (1959), a crise tem início com a queda dos preços, e a consequência é a saída de capital do país, entretanto, a política econômica adotada possibilita mais uma consequência: a mudança do eixo dinâmico da economia para o mercado interno.

A política de defesa do café contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia, e ao manter a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a ser mais vantajoso que o setor exportador. A solução encontrada foi a destruição de parte da produção, como forma de evitar que esse excedente pressionasse ainda mais os preços do artigo no mercado internacional, já que isso levaria ao abandono da produção e a concentração das perdas no setor cafeeiro.

Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego da economia exportadora e, indiretamente nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se a contração de grandes proporções da renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. (FURTADO, 1959, p.269)

Assim, a produção industrial que, segundo Furtado (1959), era destinada em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de dez por cento, se recuperando já em 1933, uma vez que com as políticas de defesa do café adotadas, o preço dos produtos importados se eleva, fazendo com que a produção interna passasse a substituir esses produtos, além disso a produção agrícola para o mercado interno também supera a crise com igual rapidez. Dessa forma, o setor interno aumentava sua taxa de rentabilidade a medida que os lucros caíam no setor exportador, impulsionando um desvio de capitais do setor exportador para o setor interno.

Todavia, com o aumento dos preços dos produtos importados, a indústria interna também encontrava dificuldade para ampliar sua produção, uma vez que a desvalorização cambial, como não tinha o objetivo de proteger a indústria, e o fazia de forma indireta, também encarecia a importação de máquinas e equipamentos para a indústria. Dessa forma, a primeira fase da expansão da produção, para Furtado (1959) se deu através do aproveitamento da capacidade ociosa e da possibilidade de comprar equipamentos de segunda mão no exterior, vindos de fábricas que haviam fechado.

Segundo Furtado (1959), a produção de bens de capital no Brasil, medida pela produção de ferro aço e cimento, recomeça a crescer já em 1931. O autor relata que em 1932, ano mais baixo da crise no Brasil, a produção de bens de capital havia aumentado sessenta por cento em relação a 1929 e, no mesmo período, as importações desses artigos reduzem a pouco mais da quinta parte. O autor conclui que:

O nível da renda nacional havia sido recuperado, não obstante esse corte pela metade nas importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva. (FURTADO, 1959, p.280)

A região Nordeste não foi beneficiada pelo processo de industrialização pelo qual passou o país, já que a industrialização por substituição de importação se dá pela utilização da capacidade ociosa, o que requer um parque industrial já existente a priori. Por essa razão, a industrialização se limita às regiões produtoras de café.

A região Sudeste, por sua vez foi duplamente beneficiada durante o período de industrialização por substituição de importação, já que ao mesmo tempo que tinha sua produção industrial protegida pelo aumento dos preços dos produtos importados, tinham o setor exportador beneficiado pela desvalorização cambial que reduzia o impacto da crise internacional.

### **3.4 João Manuel Cardoso de Mello**

João Manuel Cardoso de Mello (1982) utiliza a história para analisar a trajetória do processo industrial na economia brasileira, chegando à conclusão que o Brasil, como as outras economias Latino-americanas passaram por um processo de industrialização diferente do sofrido pelos países desenvolvidos. O autor pensará a industrialização Latino-Americana como uma determinada industrialização capitalista: uma industrialização capitalista retardatária.

Mello (1982) argumentava que havia duas fases no processo de industrialização, a primeira seria a industrialização pela expansão das exportações, ocorrendo em um momento de auge do setor exportador, e a segunda seria a industrialização por substituição de importação, que ocorreria em um momento de declínio do setor exportador e possibilitaria a mudança do centro dinâmico da economia.

A industrialização induzida pela expansão das exportações, dependia dos mercados gerados pelo setor exportador, uma vez que não era diversificada o suficiente para gerar sua própria demanda, e quando os mercados gerados pelo setor exportador fossem ocupados a expansão industrial se debilitaria.

A industrialização por substituição se dá pela ruptura da relação de oferta do setor exportador latino com a estrutura da demanda global, causada de um lado pela crise de 29 e do outro pela defesa do nível de renda através de políticas econômicas do Estado. Com isso, os preços das importações aumentam violentamente, favorecendo a produção interna, e tornando rentáveis os investimentos no setor industrial. Sobre essa questão, em relação ao Brasil, Furtado relata:

Nos anos da depressão, ao mesmo tempo que se contraíam as rendas monetária e real, subiam os preços relativos das mercadorias importadas, conjugando-se o dois fatores para reduzir a procura de importações. [...] Depreende-seacialmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa da depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. (FURTADO, 1969, p.276)

O autor divide a fase de industrialização por substituição de exportação em duas etapas:

**Industrialização extensiva:** a substituição ocorre na fase de bens de consumo corrente, baixa tecnologia, baixa densidade de capital, expansão horizontal, uso abundante de mão-de-obra.

**Industrialização intensiva:** a substituição ocorre nos bens de produção "pesados" e bens de consumo duráveis, utilização de técnicas intensivas de capital, diminui o ritmo de emprego industrial, expansão vertical, por meio do aumento da concentração de renda.

Cardoso de Mello (1982) conclui que de toda essa dependência do setor externo, que o núcleo da questão, acaba se concentrando entre a oposição da plena constituição da nação e a divisão de trabalho internacional que a transforma em uma economia dependente e reflexa, apoiada no setor externo, e sem um esquema de acumulação interno.

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, o modo de produção capitalista se tornou dominante na América Latina, porém não se constituem forças produtivas capitalistas, logo, a reprodução do capital não está assegurada dentro da nação, visto que não há base material de produção de bens de capital e outros meio de produção.

Para Mello (1982), a industrialização na América Latina é específica, e sua especificidade é determinada tanto pelo seu ponto de partida (as economias primário-exportadoras) quanto pelo seu momento (economia mundial capitalista constituída).

### ***3.4.1 Desenvolvimento industrial no Brasil em meados do século XIX***

Dados os problemas enfrentados pela economia cafeeira durante meados do século XIX devido a relativa escassez de mão-de-obra escrava decorrente das pressões inglesas a partir de 1830, do fim do tráfico negreiro a partir de 1850 e da deficiência dos transportes associados a utilização de terras cada vez mais distantes, Mello (1982) analisa o porquê que a grande indústria não surgiria nesse momento.

Discordando da opinião de que a ausência de indústria era consequência da falta de proteção, Mello (1982) argumenta que tarifa não seria sinônimo de proteção e que os altos custos de transportes dos produtos importados e as desvalorizações da taxa de câmbio se constituíam em uma barreira a entrada, uma vez que ambos os fatores tornavam os preços destes produtos relativamente mais caros no mercado interno, favorecendo a produção interna dos artigos.

Expirado o tratado com Inglaterra, é decretada, em 1844, a tarifa Alves Branco, que tributava em 30% a maioria dos artigos estrangeiros. Mas a isto não se reduz a ação do Estado. Foram dispensados, em 1846, às fábricas de tecidos de algodão, vários incentivos, tais como a isenção de tarifa para a importação de máquinas e equipamentos, isenção de impostos sobre transporte interno e externo, etc.; e, em 1847, confirmou-se a dispensa de direitos alfandegários sobre matérias-primas destinadas às fábricas nacionais. (MELLO, 1982, p. 73/74)

Dessa forma, o autor conclui que não houve falta de proteção à indústria após 1844 e que o problema estava em explicar por que o nível de proteção, não sendo baixo, não teria sido suficiente para que instalasse a indústria? Mello (1982) acredita que apesar da proteção que contava a produção interna, não existia, no mercado interno, fontes de mão-de-obra adequadas à instalação da indústria no país, de forma que pudesse, a produção interna, competir no mercado internacional, contando com utilização de mão-de-obra escrava ou de trabalhadores livres inseridos em um regime de subsistência.

Segundo o autor, a indústria tendo como base a utilização de mão-de-obra escrava, teria custos superiores aos custos da indústria capitalista, mesmo considerando todos os fatores iguais, ainda sim a taxa de lucro seria inferior, já que o pagamento da força de trabalho é inteiramente adiantado na escravista, e a rotação do capital variável é mais rápida do que o capital fixo representado pelos escravos.

No entanto, não se pode igualar as eficiências. O trabalho escravo é realizado através coação, enquanto o trabalho livre é retribuído com o salário, o que faz com que a eficiência dos trabalhadores tenda a ser diferente, e que a indústria escravista conte com um custo adicional referente a vigilância dos escravos. Dessa forma, os custos da manutenção dos escravos na indústria escravista seriam superiores às taxas de salários aplicadas na indústria capitalista.

E a instalação de uma indústria nos moldes capitalistas, utilizando-se da mão-de-obra livre existente no país, seria bloqueado pelo mercado de trabalho diminuto. A grande

abundância de terras permitia ao homem livre viver de sua própria subsistência, logo para submetê-lo ao trabalho monótono das indústrias, era necessário além de salários elevados, que eles fossem removidos da terra, obrigando, dessa forma, a trabalharem na indústria. Não havendo condições para transformação da força de trabalho em mercadoria, a indústria capitalista no Brasil estava bloqueada.

Além das razões apontadas no âmbito da produção, a disposição de um mercado interno também se constituiria em um fator limitante para o desenvolvimento da indústria no país nesse período. Em uma sociedade escravista, tendo em vista que grande parte da população é escrava e não dispõe de renda, o mercado interno é limitado, enquanto nas sociedades capitalistas à medida que os mercados são ampliados, as indústrias dispõem de economias de escalas cada vez mais significativas, conforme explica Mello (1982). Dessa forma, a indústria em uma sociedade escravista não poderia concorrer com a capitalista no longo prazo.

Todavia, os dois fatores que limitam a industrialização: a escravidão e a abundância de terras, são, ao mesmo tempo, favoráveis ao regime de agricultura de exportação, tendo em vista que a utilização de trabalho compulsório aumentava a rentabilidade da atividade, enquanto a abundância de terras permitia a produção em larga escala, não podendo, assim, a indústria, competir com a agricultura no que se refere às inversões de capital, mesmo em momento de crise, tendo em vista que a agricultura de exportação, dotada de processos de produção mais simples, conseguia concorrer, com a produção externa, no mercado internacional, mesmo em regime escravista.

Durante esse período serão a introdução das ferrovias e das máquinas de beneficiamento, responsáveis pelo rebaixamento nos custos dos transporte e pelo aumento da produtividade do setor, os fatores determinantes para remover os obstáculos que bloqueavam a acumulação do setor de agricultura de exportação, além do aumento dos preços do café, a partir de 1869 e, assim as inversões continuam concentradas nesse setor.

A análise do autor para o século XIX, pode ser utilizada para entender os motivos que levaram a indústria a não se instalar no país, de forma efetiva, durante todo o período em que a utilização de mão-de-obra escrava foi dominante, séculos XVI, XVII, XVIII, XIX. Conclui-se, pois, que esse regime limitava a formação de um mercado interno em condições de impulsionar a produção industrial, ao mesmo tempo que inseria os homens livres em um regime de subsistência, o que era permitido pela grande abundância de terra, ou seja, em última instância,

teria sido o escravismo o responsável pela bloqueio a indústria, pela limitação dos dois mercados essenciais para esta atividade, o mercado interno e o mercado de trabalho.

### **3.4.2 A industrialização retardatária brasileira**

Cardoso de Mello (1982) analisa o processo industrial em ciclos e afirma que a grande indústria não atraiu o capital em momento de crise, mas em um momento de auge do setor exportador. Entre 1890 e 1894 a acumulação financeira ultrapassou a taxa de acumulação produtiva, logo, bastava apenas que os industriais assegurassem uma taxa de rentabilidade positiva, para que se transformassem em decisão de investir. Além disto, esse movimento do capital cafeeiro ao industrial beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento gerado pela política econômica do Estado. Villela e Suzigan (1973) descrevem a política econômica adotada no período citado por Cardoso de Mello:

As mais importantes medidas adotadas foram a expansão do crédito à agricultura, a criação de bancos de emissão e arrecadação, em ouro, dos direitos aduaneiros. [...] Mas não há dúvida de que a mais importante medida da política econômica então adotada foi a apressada execução da lei bancária de 1888, que dispunha sobre os bancos de emissão. Determinando que os direitos de emissão dos bancos fossem imediatamente utilizados o Governo provocou um aumento do papel-moeda emitido muito acima das necessidades. [...] A febre de incorporações de novas empresas, que já vinha se manifestando deste o fim do império, tomou impulso. (VILLELA E SUZIGAN, 1973, p. 13)

Para Cardoso de Mello (1982) o complexo exportador cafeeiro, ao acumular capital, gerou capital-dinheiro que se transformou em capital industrial. Sobre o café ser o fator gerador dos requisitos para formação do setor industrial, Wilson Cano conclui:

O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo anterior à crise de 1930. Isso se deveu, não só ao alto nível de renda gerado, mas, principalmente, por ser elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira do período. (CANO, 1975, p. 122)

Logo, os autores concordam no que se refere a formação do capital industrial, Mello (1982) completa acrescentando que o café também criou as condições necessárias a essa



transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho, capacidade para importar alimentos, meios de produção e capitais, o que só foi possível porque estava atravessando um auge exportador, em sua etapa de ascensão.

O autor dividia o período de acumulação cafeeira em dois momentos:

**Primeiro:** a taxa real de acumulação cafeeira cresce menos que a financeira, devido ao aumento do lucro bruto, as margens de lucro do café são superiores às da indústria, mas há capital monetário disponível para ser transferido e aumenta a oferta de bens de produção para expandir a capacidade produtiva da indústria.

**Segundo:** A taxa de acumulação real se acelera respondendo aos preços. A excessiva imobilização em cafezais e a tendência à superprodução requerem mais capital do que possuem, dada a impossibilidade de se desmobilizar o capital industrial, faz-se apelo ao auxílio estatal ou ao capital estrangeiro. As entradas de capital são abundantes, aumenta a capacidade para importar e se supre a economia cafeeira de meios financeiros para aguentar a taxa de acumulação, ao mesmo tempo aumenta a possibilidade de concorrência à indústria já instalada.

Quando os preços do café começam a cair, pressionados pela superprodução, inicia-se a etapa declinante do ciclo, a taxa de rentabilidade do capital industrial sobe ajudando a manter a taxa de acumulação da economia. No instante em que a crise se instala definitivamente, tanto o setor exportador quanto o industrial são atingidos.

Entretanto, a desvalorização cambial protege de certa forma a indústria que consegue se recuperar lentamente usando a capacidade ociosa. Quando os preços começam a subir, os dois setores tornam a se expandir iniciando um novo ciclo. O período de 1888 e 1933 marca o nascimento e consolidação do capital industrial, segundo o autor.

### **3.5 Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan**

#### ***3.5.1 Precondições para o desenvolvimento industrial***

Para Villela e Suzigan (1973) há fortes indicações de que os primeiros surtos industriais foram financiados por capital vindo do café. A contribuição do capital estrangeiro também teve grande importância. A crise do café provocou um êxodo de mão-de-obra europeia para as cidades e o aumento da oferta de mão-de-obra para o setor industrial, além de favorecer a formação da classe empresarial e contribuir para a formação de um mercado consumidor nas cidades.

A fraqueza na infraestrutura básica era o maior obstáculo à industrialização, para Villela e Suzigan (1973). As ferrovias foram desenvolvidas em função das culturas de exportação, de maneira isolada e com raras ramificações. Contudo, em termos regionais, as indústrias se beneficiaram das ferrovias.

Quanto às fontes energéticas, a característica era o reduzido aproveitamento do imenso potencial hidráulico. Segundo os autores, até o final do século XIX, cerca de metade de sua capacidade instalada era representada por energia de origem térmica, utilizando carvão importado. A partir dos primeiros anos do século XIX passou a crescer rapidamente a potencial instalada de origem hidráulica. O crescente aproveitamento do potencial hidrelétrico beneficiou o crescimento industrial a partir de 1920, mas teria sido, mais uma vez, em termos regionais que esse crescimento produziu mais impacto.

Segundo os autores, o desenvolvimento industrial no Brasil foi restringido, pelo menos até o final da década de vinte, pela falta de instituições financeiras adequadas ao financiamento da indústria, e sobretudo, pelo crescimento da capacidade de produção na indústria ser condicionado ao comércio exterior.

### ***3.5.2 Tendências de longo prazo no crescimento industrial***

Para Villela e Suzigan (1973) não houve um processo contínuo de industrialização no Brasil antes de 1945, aconteceram surtos industriais em alguns períodos, surtos esses, ligados ao comércio exterior, e devido a essa ligação eram interrompidos pelas crises referentes a ele: duas guerras, oscilações no preço do café, Grande Depressão, mudanças na política econômica e cambial.

Os autores acreditam que tenham havido surtos industriais ainda nas primeiras décadas da república, já que nesse período a estrutura de importações foi alterada diminuindo as importações de bens de consumo e, mesmo com as desvalorizações cambiais, aumentando a quantidade importada de matéria-prima, bens de capital, e carvão para produzir energia, esse surto teria sido interrompido pelas políticas contencionistas de 1898. Entretanto, não há evidências diretas. No entanto, para Villela e Suzigan (1973) há evidências que os primeiros surtos de industrialização, antes de 1945, tenham ocorrido nos períodos de 1903-1913, 1920-1929, 1933-1939.

### ***3.5.3 Industrialização brasileira anterior a I Guerra Mundial***

A atividade industrial no Brasil data de 1808 com a chegada da família real, entretanto, seu impulso se deu em 1850 devido ao espírito empresarial de Mauá, e somente durante a república alcançou um ritmo de desenvolvimento mais elevado.

Os autores analisam os fatores que permitiram o aparecimento do setor industrial, através de observações referentes ao estado de São Paulo. Essas observações mostram que o responsável pelo surto industrial ocorrido em São Paulo e em outros estados a partir da república foi a própria monocultura de café, gerando poupança aos fazendeiros que possibilitava o investimento em infraestrutura e também na indústria.

Além disso, os autores ressaltam que o fluxo de geração de renda do café foi intensificado desde os primeiros anos de república devido a imigração dos colonos europeus, que eram assalariados e tinham um consumo diversificado, e ao saírem do campo para a cidade, tornavam-se mão-de-obra industrial, chegando a competir com fazendeiros e importadores como empresários industriais.

Para Villela e Suzigan (1973) um grupo de empresários estrangeiros, a maioria de origem europeia, pelo menos até a I Guerra, tiveram grande importância na modernização da economia brasileira, uma vez que investiam em indústrias de dimensões e tecnologia superiores aos empresários locais.

### ***3.5.4 Primeiros surtos de industrialização***

Segundo os autores, os primeiros anos da república são, talvez, o único período, antes dos anos 30, em que houve interesse em promover o desenvolvimento industrial. Acreditavam que a criação de uma classe industrial era importante para a implantação da república.

Tudo indica que ocorreu um surto na primeira década da República devido a efeitos indiretos da política governamental, que, primeiro devido a tarifa ouro e depois a substanciais aumentos nas alíquotas sobre a importação, contribuíram para a proteção da indústria que processava matéria-prima local. As desvalorizações cambiais também contribuíram para esse fim. Esse teria sido o surto citado anteriormente pelo autor João Manuel Cardoso de Mello, que acredita ter ocorrido entre 1890-1894 e Roberto Simonsen, que cita o período de 1885-1892.

Esse surto industrial teria sido favorecido pela expansão do mercado interno, devido às imigrações; a rede de transporte ferroviário, que passava por um impulso; e o início da

exploração de energia hidráulica, e teria sido interrompido pelas políticas contracionistas de 1898, explicam Villela e Suzigan (1973).

Embora as políticas contencionistas tenham tido continuidade, não impediram um novo surto em 1903-1913. Nesse período, o aumento das despesas do governo contribuíram para o aumento da atividade econômica geral e beneficiaram indiretamente a indústria devido ao desenvolvimento dos transportes. Entretanto Villela e Suzigan (1973) acreditam que os fatores mais importantes tenham sido derivados do café.

Com a crise do café no início do século, os imigrantes foram para a cidade, aumentando o mercado consumidor e a oferta de mão-de-obra para a indústria, e ainda contribuindo para a formação de uma nova classe empresarial. O resultado foi uma significativa substituição de importação, passando a se importar produtos das indústrias dinâmicas e a diminuir as importações para as indústrias tradicionais. Os efeitos da crise internacional de 1913 e a I Guerra Mundial de 1914-1918 impediram a continuação desse surto.

### ***3.5.5 Produção industrial (1914-1918)***

No estudo da evolução do Brasil, a opinião geral é que foi no período de 1914-1918 que ocorreu o primeiro surto industrial, entretanto, para os autores, a evidência empírica não leva a essa conclusão, uma vez que os indicadores do produto industrial para quatro gêneros industriais, que processavam matéria-prima local, não mostram aceleração marcante durante esse período.

Villela e Suzigan (1973) analisam que nesse período houve uma drástica redução nas importações de bens de capital, no consumo de aço e cimento, combustíveis e matéria-prima e concluem que parece ter ocorrido foi um impacto positivo do aumento da demanda externa por certos produtos industrializados.

É importante assinalar que as exportações de produtos industrializados ou semi-industrializados, praticamente cessaram no pós guerra, uma vez que os exportadores tradicionais reapareceram.

### ***3.5.6 Produção industrial (1919-1928)***

No início dos anos vinte a estrutura de produção industrial brasileira ainda era basicamente composta de indústrias de bens de consumo, que continuaram ganhando importância na década de vinte, o que é notado pelo fato de que as importações de bens de consumo não duráveis caiu fortemente e as importações de bens de capital e matéria-prima para

a indústria aumentaram e as indústrias siderúrgicas e de cimento só começam a ter importância na segunda metade da década, segundo Villela e Suzigan (1973).

Nesse período, acontece o deslocamento crescente da localização industrial do Rio de Janeiro para São Paulo. E o desenvolvimento na indústria de energia elétrica, através de potência hidráulica, fez com que a capacidade geradora instalada no país se expandisse. Para Villela e Suzigan (1973), as modificações na política monetária, cambial e fiscal se refletiam nas oscilações da produção industrial. Explicam que os anos de 1922-1923 são o período em que a produção industrial atinge seus níveis mais elevados, devido ao aumento dos meios de pagamento, déficits orçamentários e desvalorização cambial. A estagnação de 1924-1926 coincide com a política de contenção adotada.

As alterações na política cambial parecem ter exercido efeitos contrários sobre a produção industrial e a formação de capital. Nos anos de 1921-1923 de desvalorizações cambial, a produção aumenta e a formação de capital diminui. No período de 1923-1926, de valorização cambial, a produção cai e a formação de capital aumenta. A desvalorização de 1927 coincide com a recuperação da indústria de 1926-1928.

### ***3.5.7 Produção industrial (1929-1939)***

Os efeitos da depressão sobre a produção industrial foram menos severos que sobre a produção agrícola. A produção industrial permaneceu praticamente estagnada de 1929-1932, os setores industriais que mais sentiram os efeitos da Grande Depressão foram os que possuíam maior elasticidade-renda. A indústria começou a se recuperar antes dos demais setores em 1933.

A situação da indústria é explicada pela condição do comércio exterior durante o período. Villela e Suzigan (1973) explicam que rápida deterioração das relações de troca levou a dificuldades com o balanço de pagamentos, que dependia do saldo balança comercial, uma vez que a partir de 1931 cessaram as entradas de capital.

A partir de 1933 as políticas cambiais implicaram em constantes desvalorizações da moeda, que constituíram proteção à indústria pela elevação dos preços dos produtos importados. Logo, os autores concluem que a redução impacto depressivo foi uma combinação de vários fatores:

- 1) saldo da balança comercial;
- 2) grandes déficits orçamentários.

Do lado da oferta, os controles cambiais estimularam a aceleração da substituição de importações, sendo intenso o ritmo do desenvolvimento industrial a partir da Grande Depressão. Os autores estimam que em 1940 de 49418 indústrias, 34691 haviam sido fundadas depois de 1930, e 56,4 % dos estabelecimentos recenseados ocupavam menos de 5 pessoas e que o índice da produção industrial nos anos 1933-1939 tenha alcançado um crescimento de 11,2% ao ano, crescimento que ocorreu apesar da limitação imposta pelo governo, para importação de máquinas e equipamentos para inúmeras indústrias.

### ***3.5.8 A política econômica no processo de industrialização do Brasil***

Segundo Villela e Suzigan (1973), não houve no Brasil, até 1945, uma política com medidas que incentivassem o setor industrial explicitamente. A defesa do café e a implantação de políticas contencionistas muitas vezes inibiam o seu desenvolvimento, entretanto, algumas vezes a produção interna era beneficiada pela proteção decorrente das desvalorizações cambiais.

A própria política tarifária não era protecionista, era mais um instrumento de tributação, já que os impostos de importação eram a maior fonte de receita do governo, ressaltam os autores. Contudo tinha um efeito protecionista, mas como incidiam sobre bens de consumo, matéria-prima e bens de capital também eram prejudiciais, o que era atenuado em períodos de isenção para importação de matéria-prima e produtos industrializados.

A política cambial, por outro lado, teve importantes fases em que beneficiou a produção interna. Devido às desvalorizações cambiais em 1889-1898, durante a I Guerra Mundial, em 1920-1921 e em 1931. Tendo em vista que os preços das matérias-primas e bens de capital também aumentavam, a proteção só era efetiva para indústria de processamento de matéria-prima local, como a têxtil, por exemplo.

Todavia, para Villela e Suzigan (1973), foi a política monetária, talvez, a maior responsável pelo limitado crescimento da indústria no Brasil, antes de 1945, e principalmente até o final dos anos vinte, devido às frequentes políticas de estabilização e redução do papel-moeda e à falta de uma instituição financeira adequada ao financiamento do desenvolvimento industrial. Sobre o tema Fritsch relata:

Assim, o equilíbrio do balanço de pagamentos, do qual o equilíbrio monetário em última instância dependia, tornava-se cada vez mais dependente da manutenção de preços favoráveis do principal produto de importação e da propensão dos investidores estrangeiros a emprestar ao Brasil. Dada a velocidade com que ambas essas variáveis podem mudar, vale dizer que a posição externa brasileira ficava cada vez mais vulnerável. Quando, eventualmente, os empréstimos estrangeiros e os preços de exportação entevam em colapso após um processo de vigoroso crescimento das importações ter ganho impulso e erodido substancialmente o superávit comercial, a brusca contração monetária que inevitavelmente se seguia tinha efeitos reais extremamente dolorosos, como testemunhado em 1913-1914 e 1929-1930. (FRITSCH, 2014, p. 76)

Segundo os autores somente nos anos trinta passou a haver maior preocupação da política econômica com o problema da industrialização, a crise do café e o surto industrial despertaram a atenção do governo para a industrialização como uma saída para a crise instalada no país.

### **3.6 Fatores limitantes e condicionantes do processo industrial Brasileiro**

Os principais fatores limitantes ao processo industrial no Brasil até o século XIX foram o regime escravista, que limitava ao mesmo tempo o mercado consumidor e o mercado de trabalho, as dificuldades de transporte e energia, a mentalidade predominantemente agrária, as políticas coloniais adotadas por Portugal, e a falta de políticas econômicas adequadas ao desenvolvimento industrial após a independência do país. Além disso, para o Nordeste, podemos citar o declínio do preço do açúcar no mercado internacional atrelado a forte concorrência que restringiu a acumulação de capital diminuindo a capacidade do setor de renovar-se tecnologicamente.

A atividade cafeeira possibilita o processo de acumulação de capital durante o período anterior à Crise de 1929, e acumulação de capital do setor permite o investimento no setor industrial, além disso, o aumento na demanda por mão-de-obra associado às restrições no mercado de escravos possibilitaram a introdução do trabalho assalariado, além da imigração europeia, o que por um lado aumenta a oferta de mão-de-obra para o setor industrial, e por outro aumenta a demanda por produtos industrializados, tendo em vista que ocorre um aumento do mercado consumidor. O setor cafeeiro também favorece a importação de máquinas e equipamentos ao ampliar a capacidade de importar do país, além dos investimentos em infraestrutura que levaram ao progresso da eletricidade e dos meios de transportes.

Conclui-se, pois, que o processo industrial no Brasil tem início a partir da segunda metade do século XIX, existindo dois pontos principais em que as teorias dos autores convergem: a importância do capital cafeeiro para o processo industrial e o desenvolvimento do setor industrial ocorrido a partir da Crise de 1929.



#### **4. ANÁLISE DOS FATORES LIMITANTES À INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE NO SÉCULO XX**

A partir da análise regional de Wilson Cano, infere-se que os fatores limitantes e condicionantes ao processo industrial tiveram efeitos dinâmicos diferentes nas duas economias, não tendo a região Nordeste os mesmo impactos positivos, com relação aos fatores condicionantes, verificados no complexo paulista.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é analisar, através dos dados coletados, os diferentes impactos que tiveram para as duas regiões a introdução do trabalho assalariado, da urbanização, do desenvolvimento dos transportes, da energia e do nível de investimentos no setor industrial, de forma que seja possível verificar que os diferentes níveis de desenvolvimento regionais destes fatores fazem com que os mesmos limitem a industrialização da região Nordeste ao mesmo tempo que impulsionam o desenvolvimento no Sudeste, ampliando a disparidade entre as duas regiões.

##### **4.1 Passagem para o trabalho assalariado e a formação do mercado consumidor**

A abolição da escravatura em uma região poderia ter duas consequências extremas, segundo Furtado (1959), a depender da elasticidade da oferta de terras em que ocorresse, podendo gerar na região um mercado de trabalho assalariado ou não gerar mudanças estruturais no modo de produção de forma que os trabalhadores passariam de escravos a livres apenas formalmente.

Em um contexto de oferta inelástica de terras, o escravo liberto não teria possibilidade de emigrar, e, nessas condições, a abolição teria um aspecto apenas formal, tendo em vista que o escravo passaria a receber um salário monetário fixado pelo nível de subsistência, de forma que não existiriam modificações na organização da produção e na distribuição de renda: o proprietário da terra continuaria pagando pela subsistência dos seus trabalhadores, agora livres, e os trabalhadores continuariam recebendo apenas a subsistência.

Em um contexto de oferta de terras totalmente elástica, o escravo liberto tenderia a sair do meio em que estava inserido e ocupar novas terras, tendo a possibilidade de manter a si próprio, acarretando grandes modificações na organização do sistema produtivo, a rentabilidade cairia, tendo em vista que migração provocaria uma queda da oferta de mão-de-obra e conseqüentemente a elevação dos salários, como forma a conseguir reter parte dos escravos inseridos no sistema produtivo. Nesse caso, os escravos libertos passariam a trabalhadores

assalariados e a abolição promoveria uma redistribuição de renda na sociedade em favor dos trabalhadores.

Segundo Furtado (1959), nenhum dos casos extremos ocorreu no país, entretanto, a passagem do trabalho escravo ao assalariado no Nordeste se aproxima mais do primeiro contexto, enquanto no Sudeste se assemelha mais ao segundo.

No Nordeste, a maior parte das terras já estavam ocupadas pela atividade açucareira, na região urbana já havia um excedente de população que se constituía em um problema social, e a economia de subsistência se desenvolvia a grande distâncias com grande pressão demográfica sobre as terras do semiárido e caatinga, nessas condições a mão-de-obra migra apenas de um engenho a outro, e se torna fácil fixá-la a níveis baixos de salários.

Vale ressaltar que em 4 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico negreiro e que sinalizava para a abolição da escravatura, somado a isto, devido ao aumento da demanda por mão-de-obra, se tem início as imigrações para o Brasil. Os grandes fazendeiros se antecipam com o objetivo de impedir que os negros e imigrantes se tornassem donos da terra, assim, em 18 de setembro foi sancionada por D. Pedro II a lei das terras de 1850.

A lei tinha como objetivos estabelecer a compra como única forma de posse de terras públicas, a arrecadação de mais impostos e taxas com a necessidade de registro e demarcação de terras, dificultar a compra e posse de terras por pessoas pobres favorecendo seu uso para a produção agrícola, entre outros. Segundo Gadelha (1989), a principal finalidade da lei foi destruir as formas antigas de apropriação da terra, de forma que a terra passa a possuir valor, e sua posse se torna uma fonte de renda para os proprietários.

Nessa perspectiva, Barros (2011) relata que na região canavieira foi aprofundada a experiência adotada no período colonial, em que os trabalhadores livres recebiam um pequeno pedaço de terra e ficavam sujeitos às necessidades do proprietário, de forma que o trabalho dedicado a cana-de-açúcar seria gratuito ou pago com salários extremamente baixos. E, em momentos de declínio da atividade, o proprietário liberava os trabalhadores, que passavam a se dedicar, predominantemente, ao cultivo de subsistência. Os roçados permitiam aos proprietários de terra reterem grandes reservas de trabalhadores sem maiores despesas.

No Sudeste, por sua vez, além da expansão da atividade cafeeira que demandava cada vez mais mão-de-obra, a introdução da estrada de ferro permitia a utilização de terras mais

distantes, possibilitando a migração da mão-de-obra livre para as novas regiões em expansão, com salários relativamente mais altos e mesmo na antiga região cafeeira a situação dos escravos libertos era melhor que no Nordeste. Ou seja, no sudeste a abolição teria provocado uma redistribuição de renda e a formação de um mercado de trabalho assalariado e, em última instância, a formação de um mercado consumidor, fator essencial para impulsionar a formação da produção industrial.

Além desses fatores, no período também ocorre uma grande corrente migratória europeia para a região o que amplia a oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho, o mercado consumidor na região e a demanda por bens de consumo, além de provocar uma diversificação da demanda na região, tendo em vista que os europeus tinham demandas diferentes que os escravos libertos, pela diferença de culturas entre os dois trabalhadores.

A escravidão, principal fator responsável pela limitação da industrialização do Brasil, apontado por Cardoso de Mello (1982) no capítulo 2, é abolida. Entretanto, no nordeste, a abolição não foi capaz de realizar mudanças estruturais, uma vez que não se formam nenhum dos dois mercados essenciais para impulsionar o desenvolvimento industrial na região (mercado consumidor e mercado de trabalho), inserindo a mão-de-obra livre em uma regime de subsistência, agora, pela limitação da oferta de terras e de outras possibilidades.

Em 1938, durante a década em que se deu a mudança do centro dinâmico da economia para o mercado interno, pode-se observar o reflexo da passagem meramente formal do escravismo para o trabalho livre no Nordeste. A tabela 6 mostra qual a receita arrecadada, por estado, com a emissão de carteiras de trabalho. No nordeste o total arrecadado equivale 163.890 milhões de réis, o que representa apenas 87,9% do valor arrecado no estado de São Paulo, e 35,5% do que foi arrecado no Rio de Janeiro, considerando o estado e o Distrito Federal.

Passados cinquenta anos da abolição no Brasil, a formação de um mercado de trabalho na região Nordeste ainda era limitada, mesmo considerando os nove estados que a compõem a região não estava no mesmo nível da região Sudeste. Vale ressaltar que, além da abolição da escravatura, a região Sudeste recebeu um grande fluxo de imigrantes, o que ajudou a ampliar o número de trabalhadores. Outra questão que pode ser atribuída ao número exíguo de trabalhadores cadastrados é o caráter agrário da região nordeste, tendo em vista que os trabalhadores rurais não dispunham de carteira de trabalho, ou seja, o número reflete o mercado de trabalho para atividades urbanas e industriais.

**TABELA 6 – BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Receita arrecadada pela emissão de carteiras de trabalho – 1938 (em réis)**

<b>1938</b>				
	<b>Processadas</b>	<b>Reconstituídas</b>	<b>Emitidas por extravio</b>	<b>Total</b>
<b>Nordeste</b>				
Maranhão	11:500\$	—	320\$	11:820\$
Piauí	4:070\$	5\$	10\$	4:085\$
Ceará	25:250\$	—	—	25:250\$
Rio Grande do Norte	8:620\$	—	80\$	8:700\$
Paraíba	22:480\$	—	—	22:480\$
Pernambuco	9:815\$	60\$	50\$	9:925\$
Alagoas	11:250\$	5\$	10\$	11:265\$
Sergipe	13:315\$	—	—	13:315\$
Bahia	45:765\$	—	110\$	45:875\$
Espirito Santo	11:150\$	5\$	20\$	11:175\$
<b>Sul</b>				
Rio de Janeiro	111:585\$	385\$	550\$	112:520\$
Distrito Federal	320:645\$	9:475\$	18:830\$	348:950\$
São Paulo	184:939\$	1:493\$	—	186:432\$
<b>Brasil</b>	<b>1 056:825\$</b>	<b>12:273\$</b>	<b>20:880\$</b>	<b>1 089:978\$</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Anuário estatístico do Brasil 1939/40.

Assim, a formação do mercado de trabalho no setor industrial concentrou-se no sudeste do país. Conforme tabela 7, no início do século XX, a maior parte dos trabalhadores industriais estava concentrada no Rio de Janeiro, mais precisamente no Distrito Federal, que por ser o centro político e econômico do país teve vantagens em relação ao seu processo de urbanização e industrialização. Conforme indicaram Villela e Suzigan (1973) no capítulo anterior, na década de 1920 ocorre a mudança do polo industrial do Rio de Janeiro para São Paulo e, a partir de então, o estado de São Paulo passa a liderança no que se refere ao mercado de trabalho do setor industrial.

No início do século XX, a região Nordeste representava cerca de 18% do total de trabalhadores ligados à produção industrial do país, que estavam concentrados nos estados de Pernambuco e Bahia, correspondendo a 82% do total da região. A partir da década de 1920 ocorre uma certa desconcentração e os dois estados passam a representar, em média, 54% do pessoal ligado à produção industrial da região Nordeste. Todavia, há um aumento da disparidade entre a região e o estado de São Paulo. No início do século XX, o número total de trabalhadores na região nordeste era superior ao verificado no estado de São Paulo, entretanto, a partir da década 1920, São Paulo ultrapassa o nordeste que passa a representar 81% do total

do estado, caindo para 51% em 1940, até alcançar exíguos 19% na década de 1970. O gráfico 1 mostra o percentual da região nordeste e do estado de São Paulo no total nacional, ficando evidente as disparidades entre a região e o estado a partir de 1920.

Conclui-se, pois, que existe uma concentração nacional do mercado de trabalho no setor industrial no sudeste, que, no início do século XX, concentra-se no estado do Rio de Janeiro, e com a mudança do centro industrial, passa a concentrar-se em São Paulo e que provoca uma grande disparidade entre a região sudeste e o nordeste do país. Além disso, na região nordeste também existe uma forte concentração desse mercado nos estados de Pernambuco e Bahia.

**TABELA 7 - BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Pessoal ocupado no setor industrial ligado à produção - diversos anos**

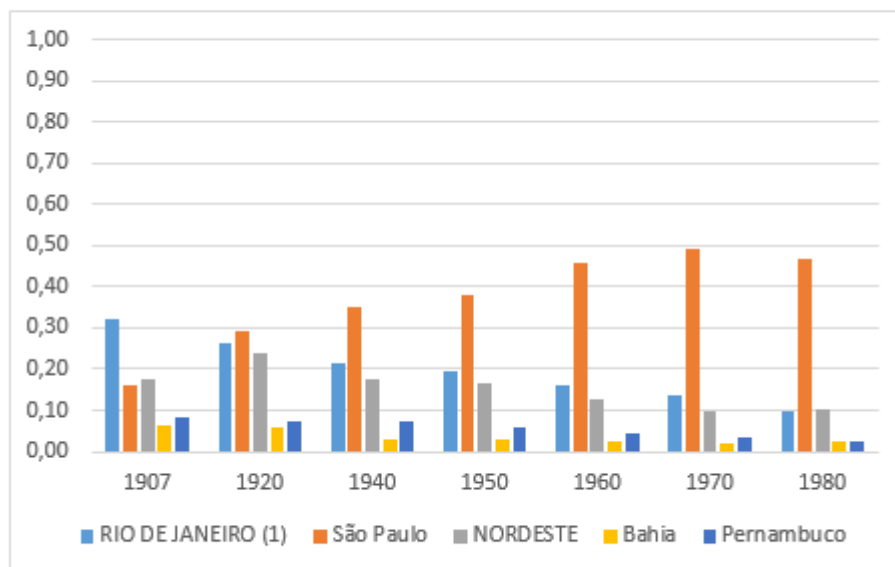
<b>Pessoal Ligado à produção</b>							
<b>ESTADOS</b>	<b>1907</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	47.884	76.943	168.942	250.094	228.490	299.921	402.099
<b>Rio de Janeiro</b>	13.216	20.714	45.483	78.631	228.490	299.921	402.099
<b>Distrito Federal</b>	34.668	56.229	123.459	171.463	-	3.470	10.263
<b>Minas Gerais</b>	9.555	18.848	74.267	111.513	114.575	164.592	337.601
<b>Rio Grande do Sul</b>	15.426	24.661	60.908	99.945	105.134	183.424	387.008
<b>São Paulo</b>	24.186	85.466	272.865	488.633	650.072	1.091.278	1.942.734
<b>NORDESTE</b>	<b>26.402</b>	<b>69.492</b>	<b>138.652</b>	<b>215.148</b>	<b>179.241</b>	<b>213.552</b>	<b>428.258</b>
<b>Alagoas</b>	3.775	7.930	12.563	22.143	16.616	17.537	31.472
<b>Bahia</b>	9.764	16.698	23.361	35.719	35.313	42.960	96.891
<b>Ceará</b>	1.207	4.717	7.859	17.352	16.572	31.666	77.955
<b>Maranhão</b>	4.545	3.575	6.425	8.757	11.084	7.894	16.650
<b>Paraíba</b>	1.431	3.295	13.210	26.215	14.479	15.639	33.110
<b>Pernambuco</b>	12.042	22.248	57.327	76.483	60.331	72.888	109.299
<b>Piauí</b>	355	1.175	1.590	1.913	3.087	3.984	10.433
<b>Rio Grande do Norte</b>	562	2.146	4.879	12.034	9.993	12.667	35.582
<b>Sergipe</b>	3.027	7.708	11.438	14.532	11.766	8.317	16.866
<b>BRASIL</b>	<b>149.140</b>	<b>293.673</b>	<b>781.185</b>	<b>1.279.184</b>	<b>1.425.886</b>	<b>2.225.526</b>	<b>4.155.986</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos.

Nota: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal até 1950.

II - Em 1960 e 1970 Rio de Janeiro corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais Guanabara.

**GRÁFICO 1 - Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Percentual do pessoal ligado à produção – diversos anos**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos

A passagem meramente formal para o trabalho assalariado também tem impacto na formação do mercado consumidor da região Nordeste. Os salários se consolidaram em nível baixo durante a passagem do trabalho escravo para o assalariado e essa tendência a níveis baixos de salários que recebiam os trabalhadores rurais transfere-se para o setor industrial. Conforme tabela 8, São Paulo é o estado com a maior massa salarial, referente ao pessoal ligado a produção industrial, durante todo período avaliado. Enquanto a massa salarial no nordeste, considerando os nove estados que o compõem, é, em média, 15% do valor verificado no estado de São Paulo entre 1940 e 1980.

O estado do Piauí possui a menor massa salarial do Nordeste, representando, em média, um por cento da soma dos salários pagos na região nordeste, enquanto considerando os três estados com maiores massas salariais em cada ano analisado, 1940 (Pernambuco, Bahia e Paraíba), 1950 e 1960 (Pernambuco, Bahia e Alagoas), 1970 e 1980 (Pernambuco, Bahia e Ceará), a média é de 73% de toda massa salarial da região nordeste, o que demonstra uma forte concentração do setor industrial nesses estados, principalmente na Bahia e em Pernambuco, que juntos representam, em média, 63% do total.

**TABELA 8 - BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor nominal do salário pago ao pessoal ligado à produção - diversos anos**

	<b>Salários (Cr\$ 1 000)</b>				
	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	470.865	3.079.232	20.069.521	1.419.354	61.021.082
<b>Rio de Janeiro</b>	92.944	793.454	20.069.521	1.419.354	61.021.082
<b>Distrito Federal</b>	337.921	2.285.778	-	13.127	1.534.971
<b>Minas Gerais</b>	138.195	815.248	6.835.805	583.207	46.693.014
<b>Rio Grande do Sul</b>	147.045	996.788	7.081.502	588.191	42.886.004
<b>São Paulo</b>	666.065	5.997.671	53.335.323	5.475.214	337.061.664
<b>NORDESTE</b>	<b>158.856</b>	<b>1.106.737</b>	<b>7.252.384</b>	<b>475.744</b>	<b>38.726.693</b>
<b>Alagoas</b>	13.872	103.545	639.182	36.509	2.344.254
<b>Bahia</b>	27.705	219.965	1.830.679	116.074	15.503.660
<b>Ceará</b>	7.419	74.584	515.641	55.420	4.477.797
<b>Maranhão</b>	6.945	35.507	264.033	9.716	902.555
<b>Paraíba</b>	14.643	97.675	489.840	24.586	2.047.592
<b>Pernambuco</b>	70.805	465.036	2.773.835	193.222	9.445.017
<b>Piauí</b>	1.830	7.475	64.237	4.790	506.222
<b>Rio Grande do Norte</b>	5.475	44.582	344.963	21.006	2.162.076
<b>Sergipe</b>	10.162	58.368	329.974	14.421	1.337.520
<b>BRASIL</b>	<b>1.688.380</b>	<b>12.897.354</b>	<b>102.802.744</b>	<b>9.380.563</b>	<b>593.636.875</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Industriais diversos anos.

Nota: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal até 1950.

II - Em 1960 e 1970 Rio de Janeiro corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais Guanabara.

Na tabela 9, os valores dos salários pagos ao pessoal ligado a produção foram atualizados à preços de 1980, para isto foi utilizado o índice IPC (FIPE), tendo em vista que entre os índices de inflação este possui um maior histórico (início em 1940), segundo o IBGE. Dessa forma, pode-se observar a taxa de crescimento do total dos salários no setor industrial entre 1940 e 1980.

A taxa de crescimento da massa salarial no setor industrial entre 1940 e 1980 para o nordeste foi de 788%, enquanto em São Paulo a taxa de crescimento foi de 1742%. Destacam-se no nordeste os estados da Bahia e Ceará, onde os salários cresceram, durante o período analisado, acima da taxa nacional e de São Paulo, apresentando crescimento de 1937% e 2098%, respectivamente. A taxa nacional foi de 1208% entre 1940 e 1980. Em termos absolutos, o montante pago ao pessoal ligado a produção aumentou 14.742.730 mil cruzeiros na Bahia, 7.500.325 mil cruzeiros em Pernambuco e 4.274.730 mil cruzeiros no Ceará, estados

que mais se destacaram na região nordeste, enquanto em São Paulo o aumento foi de 318.767.886 mil cruzeiros.

**TABELA 9 - BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor real do salário pago ao pessoal ligado à produção a preços de 1980 - diversos anos**

	<b>Salários (Cr\$ 1 000)</b>				
	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	12.932.522	21.288.362	17.029.210	33.180.793	61.021.082
<b>Rio de Janeiro</b>	2.552.749	5.485.568	17.029.210	33.180.793	61.021.082
<b>Distrito Federal</b>	10.379.772	15.802.794	-	306.875	1.534.971
<b>Minas Gerais</b>	3.795.589	5.636.241	5.800.256	13.633.858	46.693.014
<b>Rio Grande do Sul</b>	4.038.658	6.891.323	6.008.733	13.750.371	42.886.004
<b>São Paulo</b>	18.293.778	41.465.076	45.255.610	127.996.218	337.061.664
<b>NORDESTE</b>	<b>4.363.052</b>	<b>7.651.459</b>	<b>6.153.728</b>	<b>11.121.653</b>	<b>38.726.693</b>
<b>Alagoas</b>	381.001	715.861	542.353	853.485	2.344.254
<b>Bahia</b>	760.930	1.520.735	1.553.351	2.713.507	15.503.660
<b>Ceará</b>	203.766	515.639	437.527	1.295.575	4.477.797
<b>Maranhão</b>	190.748	245.479	224.035	227.135	902.555
<b>Paraíba</b>	402.177	675.279	415.635	574.757	2.047.592
<b>Pernambuco</b>	1.944.692	3.215.040	2.353.630	4.517.026	9.445.017
<b>Piauí</b>	50.262	51.679	54.506	111.978	506.222
<b>Rio Grande do Norte</b>	150.373	308.219	292.705	491.065	2.162.076
<b>Sergipe</b>	279.104	403.529	279.987	337.125	1.337.520
<b>BRASIL</b>	<b>46.372.125</b>	<b>89.166.239</b>	<b>87.229.262</b>	<b>219.293.088</b>	<b>593.636.875</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Industriais diversos anos.

Notas: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal até 1950.

II - Em 1960 e 1970 o Rio de Janeiro corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais Guanabara.

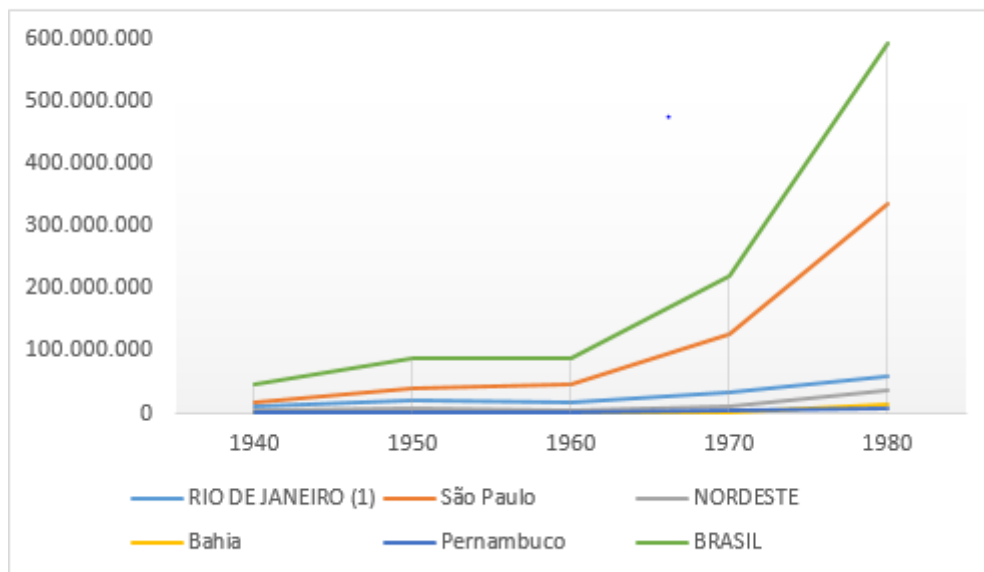
III - Valores corrigidos pelo índice de preços IPC (FIPE).

IV - correção de 1000 unidades monetárias até 1960 em virtude da mudança de padrão monetário de 1970.

No gráfico 2, podemos observar a dinâmica de crescimento da massa salarial nos principais estado do sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro, da região nordeste e dos estados de Pernambuco e Bahia, sintetizando os resultados da tabela 9.



**GRÁFICO 2 - Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Massa salarial real do pessoal ligado à produção a preços de 1980**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos.

A renda *per capita* no setor industrial segue a mesma tendência de concentração dos trabalhadores e salários. Conforme tabela 10, referente a divisão dos salários reais, à preços de 1980, pelo número de trabalhadores, as maiores rendas *per capita* reais estão concentradas na região sudeste, no Rio de Janeiro até 1960 e em São Paulo a partir de então. É importante ressaltar que São Paulo concentra as maiores massas salariais bem como o maior volume de trabalhadores, por essa razão, em termos de renda *per capita* ocupa a segunda posição até 1960.

Na região Nordeste, Pernambuco e Bahia concentram as maiores rendas *per capita* durante todo período analisado, entretanto, este indicador regional está sempre abaixo da renda nacional e correspondendo a cerca de 50% do estado com a maior renda da região sudeste, o que deixa clara a enorme disparidade no potencial de consumo dos mercados consumidores nas duas regiões.

**TABELA 10 - BRASIL e Unidades da Federação selecionada - Renda Per Capita do pessoal ligado à produção no setor industrial - diversos anos**

<b>Renda per capita do pessoal ligado à produção (Cr\$ 1 000)</b>					
	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	76,55	85,12	74,53	110,63	151,76
<b>Rio de Janeiro</b>	56,13	69,76	74,53	110,63	151,76
<b>Distrito Federal</b>	84,07	92,16	-	88,44	149,56
<b>Minas Gerais</b>	51,11	50,54	50,62	82,83	138,31
<b>Rio Grande do Sul</b>	66,31	68,95	57,15	74,96	110,81
<b>São Paulo</b>	67,04	84,86	69,62	117,29	173,50

<b>NORDESTE</b>	<b>31,47</b>	<b>35,56</b>	<b>34,33</b>	<b>52,08</b>	<b>90,43</b>
<b>Alagoas</b>	30,33	32,33	32,64	48,67	74,49
<b>Bahia</b>	32,57	42,57	43,99	63,16	160,01
<b>Ceará</b>	25,93	29,72	26,40	40,91	57,44
<b>Maranhão</b>	29,69	28,03	20,21	28,77	54,21
<b>Paraíba</b>	30,44	25,76	28,71	36,75	61,84
<b>Pernambuco</b>	33,92	42,04	39,01	61,97	86,41
<b>Piauí</b>	31,61	27,01	17,66	28,11	48,52
<b>Rio Grande do Norte</b>	30,82	25,61	29,29	38,77	60,76
<b>Sergipe</b>	24,40	27,77	23,80	40,53	79,30
<b>BRASIL</b>	<b>59,36</b>	<b>69,71</b>	<b>61,18</b>	<b>98,54</b>	<b>142,84</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos.

Nota: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma dos salários do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal dividida pela soma do número de trabalhadores, até 1950.

II - Em 1960 e 1970 Rio de Janeiro corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais Guanabara.

III - A renda *per capita* está sendo considerada a preços de 1980.

## 4.2 Urbanização

No nordeste, a sociedade era eminentemente agrária devido às principais atividades estabelecidas na região possuírem esse caráter: cana-de-açúcar, algodão e pecuária. Um dos principais fatores para o baixo nível de urbanização da região foi a dificuldade de desarticulação da atividade açucareira, mesmo em momentos de crises. A atividade açucareira necessitava de vultosos gastos para sua instalação, para o processo de transformação do açúcar e também em mão-de-obra. Todavia, Barros (2011) ressalta que em contraste com elevado montante de inversões, as despesas correntes de um engenho eram relativamente reduzidas.

O reduzido gasto corrente e a falta de usos alternativos para a mão-de-obra, dificultavam a desarticulação do sistema em momentos de crise. A consequência da crise era a redução das receitas de exportações e da capacidade de exportar, gerando uma realocação da mão-de-obra entre a produção do artigo e os trabalhos domésticos, mas, sem modificações estruturais significativas, a atividade permanecia inalterada, com menor rentabilidade e a população permanecia nos engenhos. Barros (2011) conclui que vulnerabilidade da unidade rural era reduzida, tanto pela vantagem da produção em larga escala, quanto pelo apego à terra e ao poder político que a propriedade latifundiária imprimia o que impedia, ou pelo menos dificultava, a desarticulação dos engenhos.

Nesse contexto, o algodão, operando com trabalho livre e induzindo uma importante atividade de beneficiamento, em relação à atividade açucareira, foi uma atividade mais dinâmica em termos de industrialização e de urbanização da região. O algodão não exigia uma grande inversão de capital e por possuir um ciclo vegetativo curto, não era rentável a utilização de mão-de-obra escrava na sua produção, podendo o trato e a colheita serem realizados até mesmo por mulheres e crianças, e, a semelhança da atividade açucareira, também possuía uma reduzida despesa corrente.

O fator mais importante para o impulso à urbanização que ofereceu a atividade algodoeira foi o processamento do artigo, que não era realizado na unidade rural, por possuir um processo de industrialização mais barato. Segundo Barro (2011), o beneficiamento do algodão ficava a cargo dos comerciantes que se estabeleciam em cidades e vilas, compravam a matéria-prima do agricultor e vendiam aos exportadores após o beneficiamento.

Com o declínio da atividade açucareira, no final do século XVII e início do século XVIII, intensificado pelo início da exploração de ouro na região das minas, tem-se início também uma migração da população nordestina para outras regiões do país, principalmente a região das minas, em expansão no período. Essa atividade, além de impulsionar a migração nordestina, impulsiona o aumento da população no sudeste do país, devido à forte onda de migração europeia que também ocorre com a expansão da exploração do ouro.

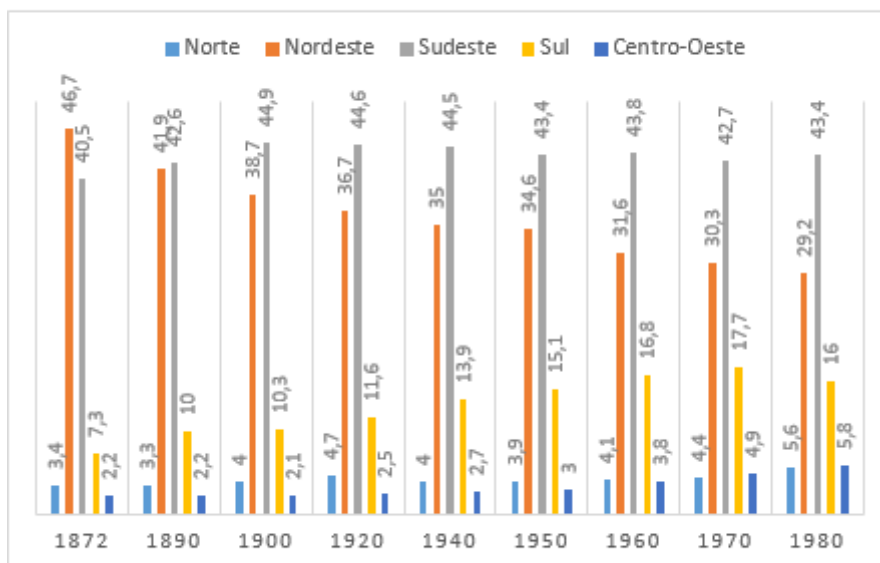
Conforme tabela 11 e gráfico 3, no final do século XIX a região sudeste já representava 40% da população do país, chegando a 44% nos períodos entre 1900 e 1940, e em 1980 representava 43,4% ou seja, a região manteve-se em média, durante o período avaliado, 43% da população, enquanto o nordeste presenciava a queda de sua representatividade, caindo de 46,7% em 1872, para 29,2% em 1980, não apresentando nenhuma recuperação durante todo o período, o que reflete a baixa capacidade de retenção da população.

**TABELA 11** - Percentual da população do Brasil, segundo as Grandes Regiões - diversos anos

<b>REGIÃO</b>	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Norte	3,4	3,3	4	4,7	4	3,9	4,1	4,4	5,6
Nordeste	46,7	41,9	38,7	36,7	35	34,6	31,6	30,3	29,2
Sudeste	40,5	42,6	44,9	44,6	44,5	43,4	43,8	42,7	43,4
Sul	7,3	10	10,3	11,6	13,9	15,1	16,8	17,7	16
Centro-Oeste	2,2	2,2	2,1	2,5	2,7	3	3,8	4,9	5,8
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, séries estatísticas.

GRÁFICO 3 - Percentual da população do Brasil, segundo as Grandes Regiões - diversos anos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos

Em detrimento da perda de representatividade no percentual da população, a região nordeste aumenta sua taxa de urbanização de 23,4% em 1940 para 73,1% em 2010. Vale ressaltar, entretanto, que apesar do aumento, o nordeste fica abaixo da taxa de urbanização brasileira durante todo o período avaliado, enquanto a região sudeste se encontra em patamar sempre superior, alcançando, em 2010, uma taxa de urbanização equivalente a 92,95% da população, conforme tabela 12.

TABELA 12 – BRASIL - Taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões - diversos anos

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	76,43	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	71,76	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57	72,68	82,81	88,02	90,52	92,03	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	82,9	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	86,81	88,8
<b>Brasil</b>	<b>31,24</b>	<b>36,16</b>	<b>44,67</b>	<b>55,92</b>	<b>67,59</b>	<b>75,59</b>	<b>81,23</b>	<b>83,48</b>	<b>84,36</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, séries estatísticas.

Conforme tabela 13, a população urbana da região nordeste, somados todos os nove estados que a compõem, aproxima-se da população urbana do estado de São Paulo, no período avaliado, o que reflete a disparidade, na esfera urbana, entre as duas regiões, tendo em vista que apenas um estado da região sudeste tem aproximadamente a mesma população urbana que toda a região nordeste. Em contraste, a população rural do nordeste, que era 2,6 vezes maior que a de São Paulo em 1940, equivale a 4 vezes a população deste estado em 1970.

Enquanto a população rural do nordeste se mantém em 38% do total da população rural do país, ou seja, a população rural nessa região continua aumentando ao longo do tempo, o estado de São Paulo apresenta uma forte redução, passando de 14% em 1940 para 8% em 1970. Dado que a população rural do país aumentou no período, conclui-se, que apesar do aumento da urbanização, o nordeste continua sendo uma região predominantemente rural até a década de 1970 e representando grande parcela dessa população no país.

**TABELA 13 – BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - População residente, por situação de domicílio e sexo 1940-1970 (continua)**

ESTADOS	POPULAÇÃO RESIDENTE 1940					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Rio de Janeiro	1.811.738	1.800.260	1.089.944	1.122.267	721.794	677.993
São Paulo	3.670.605	3.509.711	1.559.008	1.609.603	2.111.597	1.900.608
<b>NORDESTE</b>	<b>7.066.521</b>	<b>7.367.559</b>	<b>1.542.283</b>	<b>1.838.890</b>	<b>5.524.238</b>	<b>5.528.669</b>
Alagoas	461.710	489.590	102.107	127.019	359.603	362.571
Bahia	1.913.868	2.004.244	425.645	511.926	1.488.223	1.492.318
Ceará	1.028.284	1.062.748	218.398	256.630	809.886	806.118
Maranhão	613.938	621.231	85.296	100.256	528.642	520.975
Paraíba	697.800	724.482	143.019	168.383	554.781	556.099
Pernambuco	1.307.240	1.381.000	361.609	426.199	945.631	954.801
Piauí	404.989	412.612	56.603	67.594	348.386	345.018
Rio Grande do Norte	379.945	388.073	75.356	88.892	304.589	299.181
Sergipe	258.747	283.579	74.250	91.991	184.497	191.588
<b>BRASIL</b>	<b>20.614.088</b>	<b>20.622.227</b>	<b>6.164.473</b>	<b>6.715.709</b>	<b>14.449.615</b>	<b>13.906.518</b>
ESTADOS	POPULAÇÃO RESIDENTE 1950					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Rio de Janeiro	2.323.227	2.351.418	1.659.790	1.734.632	663.437	616.786
São Paulo	4.648.606	4.485.817	2.363.739	2.440.472	2.284.867	2.045.345
<b>NORDESTE</b>	<b>8.766.216</b>	<b>9.205.996</b>	<b>2.167.792</b>	<b>2.577.016</b>	<b>6.598.759</b>	<b>6.629.846</b>
Alagoas	526.616	566.521	127.910	158.469	398.706	408.052
Bahia	2.352.821	2.481.754	570.437	680.070	1.782.384	1.801.684
Ceará	1.321.929	1.373.521	311.555	368.049	1.010.374	1.005.472
Maranhão	790.034	793.214	126.890	147.398	663.144	645.818
Paraíba	832.461	880.178	208.879	247.837	623.582	632.961
Pernambuco	1.644.518	1.750.667	536.339	631.061	1.108.179	119.606
Piauí	517.185	528.511	77.879	92.705	439.306	453.806
Rio Grande do Norte	473.861	494.060	116.170	137.595	357.391	356.465
Sergipe	306.791	337.570	91.398	113.586	215.393	223.984
<b>BRASIL</b>	<b>25.885.001</b>	<b>26.059.396</b>	<b>8.971.163</b>	<b>9.811.728</b>	<b>16.913.838</b>	<b>16.147.668</b>
ESTADOS	POPULAÇÃO RESIDENTE 1960					

	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
<b>Rio de Janeiro</b>	3.271.181	3.339.567	2.542.822	2.671.987	738.359	667.580
<b>São Paulo</b>	6.480.421	6.328.810	3.960.036	4.059.707	2.520.385	2.269.103
<b>NORDESTE</b>	<b>10.862.043</b>	<b>11.318.518</b>	<b>3.495.738</b>	<b>4.019.373</b>	<b>7.337.275</b>	<b>7.299.105</b>
<b>Alagoas</b>	611.635	646.472	194.585	225.851	417.050	420.621
<b>Bahia</b>	2.895.194	3.025.253	946.510	1.086.412	1.948.684	1.938.841
<b>Ceará</b>	1.612.774	1.683.662	509.459	589.442	1.083.285	1.094.180
<b>Maranhão</b>	1.252.198	1.217.249	207.263	229.361	1.044.935	987.888
<b>Paraíba</b>	970.772	1.030.079	323.552	373.784	647.220	656.295
<b>Pernambuco</b>	1.982.782	2.112.597	850.562	974.722	1.123.220	1.137.875
<b>Piauí</b>	614.541	627.595	131.821	153.745	482.720	473.850
<b>Rio Grande do Norte</b>	559.410	586.092	198.854	229.259	360.556	356.833
<b>Sergipe</b>	362.737	389.519	133.132	156.797	229.605	232.722
<b>BRASIL</b>	<b>35.055.457</b>	<b>35.015.000</b>	<b>15.120.390</b>	<b>16.182.644</b>	<b>19.935.067</b>	<b>18.832.356</b>

ESTADOS	POPULAÇÃO RESIDENTE 1970					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
<b>Rio de Janeiro</b>	4.409.066	4.585.736	3.837.923	4.068.223	571.143	517.513
<b>São Paulo</b>	8.931.360	8.840.588	7.076.724	7.199.515	1.854.636	1.641.073
<b>NORDESTE</b>	<b>13.718.452</b>	<b>14.392.234</b>	<b>5.522.350</b>	<b>6.229.376</b>	<b>8.196.102</b>	<b>8.162.848</b>
<b>Alagoas</b>	776.923	811.186	296.942	334.797	479.981	476.389
<b>Bahia</b>	3.662.738	3.830.732	1.454.283	1.631.200	2.208.455	2.199.532
<b>Ceará</b>	2.130.241	2.231.362	834.451	945.642	1.295.790	1.285.720
<b>Maranhão</b>	1.495.826	1.496.860	356.860	395.167	1.138.966	1.101.693
<b>Paraíba</b>	1.143.553	1.239.064	464.556	537.600	678.997	701.464
<b>Pernambuco</b>	2.489.712	2.670.928	1.321.030	1.489.803	1.168.682	1.181.115
<b>Piauí</b>	828.107	852.466	252.211	284.401	575.896	568.065
<b>Rio Grande do Norte</b>	754.724	795.520	346.733	390.635	407.991	404.885
<b>Sergipe</b>	436.628	464.116	195.284	220.131	241.344	243.985
<b>BRASIL</b>	<b>46.331.343</b>	<b>46.807.694</b>	<b>25.227.825</b>	<b>26.857.159</b>	<b>21.103.518</b>	<b>19.950.535</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

Os estados da região nordeste que possuem maior população urbana são Bahia, Pernambuco e Ceará que, também representam, os estados com maiores números de estabelecimentos industriais, a partir de 1940, conforme tabela 14, o que aponta para uma forte relação existente entre urbanização e processo de industrialização. O estado de São Paulo, que possuía a maior população urbana de todo o país, também representa, disparado, o maior número de estabelecimento industriais, no período avaliado.

Pode-se observar o número pequeno de estabelecimentos industriais presentes na região nordeste no primeiro Censo Industrial realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Em 1907, o total de estabelecimentos, somado todos os estados da região nordeste, era equivalente a 54% do número de estabelecimentos presentes no Rio de Janeiro, considerando o estado e o Distrito Federal. Nesse período, o Rio de Janeiro era a região mais industrializada do país, tendo em vista que era a região onde ficava localizado o centro político e econômico do país, e que desde 1808, com a chegada da Família Real, teve privilégios que colaboraram para seu desenvolvimento industrial, como maior urbanização e mercado consumidor.

Em 1920, o número de estabelecimentos do nordeste supera, em quantidade, os existentes do Rio de Janeiro. Entretanto, outro estado da região sudeste destaca-se nesse período: São Paulo, que passa a ser o estado com maior número de estabelecimentos industriais do Brasil, correspondendo a 30% de todos os estabelecimentos industriais do país. Em 1907 São Paulo contava com 326 estabelecimentos industriais, esse número aumenta para 4.157 em 1920, um extraordinário crescimento de 1175%. No mesmo período a região nordeste obtém um crescimento de cerca de 488% no número de estabelecimentos industriais, e, em 1920 corresponde a 18,9% do total do país, a Bahia, estado com maior número de estabelecimentos na região, com 511, representava exíguos 3,7% do total.

Em 1930, ocorre a mudança do eixo econômico do Brasil, com um maior dinamismo do mercado interno, devido ao aumento do impulso na produção local, representado pelo aumento relativo nos preços dos produtos importados em consequência da política econômica adotada para amortecer o impacto da crise no setor exportador de café. Não houve um Censo Industrial no período, todavia, a comparação da década seguinte, 1940, com a anterior, 1920, mostra o comportamento do setor industrial no período.

Da década de 1920 para a década de 1940 aumentam em 10.068 o número de estabelecimentos do estado de São Paulo, enquanto no nordeste, o número de estabelecimentos criados no mesmo período é de apenas 5.487, de forma que o crescimento verificado no nordeste corresponde a apenas 54,4% do crescimento do estado de São Paulo, conforme tabela 14. Ou seja, na década de 1930, em que há uma concordância entre todos os autores estudados sobre o impulso industrial ocasionado pelo processo de industrialização por substituição de importações, pode-se concluir que houve uma concentração do impulso industrial na região sudeste do país, em especial, no estado de São Paulo.

**TABELA 14** – BRASIL e Unidades Federativas selecionadas - Número de Estabelecimentos industriais - diversos anos

	1907	1920	1940	1950	1960	1970	1980
--	------	------	------	------	------	------	------

<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	809	2.037	6.574	9.699	9.871	14.097	15.166
<b>Distrito Federal</b>	652	1.541	4.169	5.693	-	403	696
<b>Rio de Janeiro</b>	157	496	2.405	4.006	9.871	14.097	15.116
<b>Minas Gerais</b>	531	1.248	6.224	11.950	12.327	17.256	23.364
<b>Rio Grande do Sul</b>	314	1.773	6.557	13.652	12.629	18.216	19.415
<b>São Paulo</b>	326	4.157	14.225	25.016	36.254	50.556	62.426
<b>NORDESTE</b>	<b>437</b>	<b>2.572</b>	<b>8.059</b>	<b>18.216</b>	<b>21.216</b>	<b>31.052</b>	<b>43.416</b>
<b>Alagoas</b>	45	367	687	1.261	1.594	1.271	1.802
<b>Bahia</b>	77	511	1.766	4.270	5.950	8.038	12.671
<b>Ceará</b>	18	295	789	2.831	2.233	4.043	5.758
<b>Maranhão</b>	18	90	703	1.054	2.440	2.846	3.889
<b>Paraíba</b>	41	253	737	1.891	1.157	2.552	3.526
<b>Pernambuco</b>	118	496	1.877	3.844	3.606	5.905	7.299
<b>Piauí</b>	3	56	164	439	1.189	2.484	3.306
<b>Rio Grande do Norte</b>	14	197	593	1.249	1.161	2.204	2.845
<b>Sergipe</b>	103	307	743	1.377	1.886	1.709	2.320
<b>BRASIL</b>	<b>3.187</b>	<b>13.569</b>	<b>49.418</b>	<b>92.350</b>	<b>110.771</b>	<b>164.793</b>	<b>214.158</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos.

Notas: I - RIO DE JANEIRO (1) é a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal até 1950.

II - Em 1960 e 1970 o número de estabelecimentos do estado do Rio de Janeiro corresponde a soma do estado mais Guanabara.

### 4.3 Transporte

Em 29 de agosto de 1852, tem início a construção da primeira ferrovia do Brasil, Estrada de Ferro de Petrópolis, depois chamada de Estrada de Ferro Mauá, toda a linha até a Raiz da Serra, com extensão de 16.233 quilômetros, custou 1.845:290\$ réis, segundo dados do IBGE. No nordeste, a construção da primeira estrada de ferro, Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco, tem início em 7 de setembro de 1855 e o tráfego foi inaugurado em 9 de fevereiro de 1858. Foi seguida por construções na Bahia em 1856, novas construções em Recife no ano de 1869 e no Ceará em 1872.

No final do século XIX, já é possível verificar a superioridade da região sudeste em relação a quantidade de quilômetros de estrada de ferro. A soma de todos os estados do nordeste, novamente, não ultrapassa o valor de apenas um estado da região sudeste: em 1883, o Rio de Janeiro, e a partir do início do século XX, São Paulo, conforme verificado na tabela 15. Durante o período avaliado, São Paulo tem o crescimento de 6.307 mil quilômetros, e o nordeste de 6.891 mil quilômetros, de forma que novamente, uma região inteira, composta por nove estados, pouco supera os avanços verificados em apenas um estado da região sudeste.



**TABELA 15 – BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Extensão ferroviária em tráfego (km) - diversos anos**

	<b>1883/84</b>	<b>1905</b>	<b>1919</b>	<b>1936</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	1.706	2.661	2.794	2.810	2.848	2.805	3.043
<b>Minas Gerais</b>	662	3.843	6.614	8.038	8.176	8.645	8.561
<b>Rio Grande do Sul</b>	236	1.650	2.705	3.214	3.490	3.757	3.849
<b>São Paulo</b>	1.457	3.790	6.615	7.330	7.440	7.583	7.764
<b>NORDESTE</b>	<b>1.606</b>	<b>3.360</b>	<b>4.908</b>	<b>6.725</b>	<b>6.864</b>	<b>7.809</b>	<b>8.497</b>
<b>Alagoas</b>	127	266	327	347	346	474	474
<b>Bahia</b>	708	1.311	1.728	2.145	2.155	2.603	2.593
<b>Ceará</b>	238	514	891	1.240	1.274	1.395	1.384
<b>Maranhão</b>	-	78	178	451	449	472	499
<b>Paraíba</b>	122	244	329	490	489	561	770
<b>Pernambuco</b>	291	792	833	1.065	1.082	1.157	1.546
<b>Piauí</b>	-	-	-	185	247	244	244
<b>Rio Grande do Norte</b>	120	155	323	499	519	606	690
<b>Sergipe</b>	-	-	299	303	303	297	297
<b>BRASIL</b>	<b>5.708</b>	<b>16.782</b>	<b>28.128</b>	<b>33.521</b>	<b>34.252</b>	<b>36.681</b>	<b>38.339</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

Além disso, os efeitos da introdução da linha férrea foram diferentes nas duas regiões. Segundo Cano (1975), ao contrário do que teria em outras regiões, como no nordeste, em São Paulo, as ferrovias paulista possuíam um padrão de eficiência que contribuiu em grande escala para o processo de acumulação do estado. Um fator importante, é que essas ferrovias contaram com o monopólio do transporte do café, artigo mais importante da economia no período. O autor ressalta que mesmo após a crise de 1929, as ferrovias mantiveram sua lucratividade operando com eficiência. O fato de estarem localizadas na região mais avançada economicamente era decisivo para esse fim.

Nesse contexto, as ferrovias paulistas tiveram dois papéis muito importantes para a economia da região: baixar os custos de produção, tendo em vista que reduziam os custos de transporte além de elevarem a qualidade do produto, antes comprometida pelas péssimas condições de transporte existentes; e constituir uma nova e rentável oportunidade de inversão de capital excedente do complexo cafeeiro. Conforme estimativas de Cano (1975), as receitas ferroviárias do estado de São Paulo, em 1907, totalizavam 84.000 contos de réis, que equivalia a 71% do valor bruto da produção industrial paulista.

Em relação ao nordeste, Cano (1975) ressalta o fato da implantação da ferrovias não terem alcançado efeitos tão dinâmicos quanto os verificados em São Paulo, tendo em vista que a expansão ferroviária no nordeste foi realizada com base em investimentos britânicos e, no

início do século XX, a maior parte já estavam encampada pelo Governo Federal. Outro fator importante é a relação despesa/receita da região nordeste que era em torno de 80% ou mais. O autor estima que, nas ferrovias paulistas, essa relação não é superior a 50%, o que reflete uma margem de lucro maior para as ferrovias paulistas.

Conclui-se, pois, que apesar de terem reduzido os preços do transporte dos principais artigos de exportação da região, açúcar e algodão, não tiveram tanto impacto na formação de oportunidade de inversão do capital, tendo em vista que eram de propriedade externa. Ademais, no nordeste, as ferrovias funcionavam com garantia de lucros, ou seja, além de não ampliarem os lucros, reduziam uma parte, referente as garantias, que era enviada para fora da região.

Nesse contexto, os quadros 1 e 2 mostram as diferenças das regiões tanto no que diz respeito à extensão das linhas ferroviárias nos estados do nordeste e em São Paulo, quanto em relação as receitas e custos que as ferrovias representavam. Em São Paulo foram consideradas as três principais ferrovias, em termo de arrecadação e constata-se que, mesmo considerando as ferrovias dos principais estados da região nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará, que apresentam saldos positivos, os resultados estão distantes dos resultados alcançados em São Paulo.

No quadro 1, a E.F Santos a Jundiahy, apesar de sua extensão de apenas 139 quilômetros, destaca-se na quantidade de passageiros e mercadorias que transporta, com um fluxo de 1.298.099 passageiros e transportando 1.891.988 toneladas de mercadorias no ano analisado, todavia, no nordeste o número médio de passageiros foi de 107.989, excluindo do cálculo a E.F de Recife a Várzea e Dois Irmão que apresentou fluxo de passageiros, 1.523.876, maior que o verificado em São Paulo. Entretanto a ferrovia citada não transporta mercadorias. Em relação ao transporte de mercadorias, a média das ferrovias nordestinas foi de 45.599 toneladas com destaque para a E.F Recife ao São Francisco que transportou 223.085 toneladas. É importante ressaltar que as ferrovias que se destacam na região no transporte de pessoas e mercadorias estão localizadas em Pernambuco.

Em relação ao quadro 2, comparando a maior receita de arrecadação obtida no Nordeste, em Pernambuco, na Estrada de Ferro Recife ao S. Francisco, ferrovia esta que destacou-se no transporte de mercadorias, de aproximadamente 934 contos de réis; com a maior receita obtida em São Paulo, na Estrada de Ferro Paulista, correspondente a 18.450 contos de réis, verifica-se que o montante obtido em Pernambuco corresponde a apenas 5% do valor verificado em São Paulo.

Conclui-se, pois, que em São Paulo as ferrovias apresentam uma maior dinâmica, tanto em relação ao transporte de pessoas como de mercadorias, com fluxo elevado quando comparado ao Nordeste. Isto se reflete no lucro obtido a partir desses empreendimentos, que pode corresponder, justamente, ao maior fluxo apresentando pelas ferrovias paulistas.

**QUADRO 1** – Estações, extensões, tráfego de passageiros e mercadorias das ferrovias da região nordeste e de São Paulo em 1906

ESTADO	FERROVIA	EXTENSÃO (KM)	PASSAGEIROS	MERCADORIAS (t)
Maranhão	E.F Caxias a Cajazeiros	78	6.651	12.715
Ceará	E.F de Baturité	297,445	97.737	48.533
Ceará	E.F de Sobral	216,28	15.618	13..655
Rio Grande do Norte	E.F Central do Rio Grande do Norte	45	2.871	1.998
Rio Grande do Norte	E.F de Natal a Independência	171,197	24.896	20.952
Paraíba	E.F Conde D'eu	165	133.179	75.684
Pernambuco	E.F Recife ao São Francisco	124,739	366.018	223.085
Pernambuco	E.F Central de Pernambuco	212,056	845.389	82.336
Pernambuco	E.F Sul de Pernambuco	193,908	163.474	108.335
Pernambuco	E.F de Recife a Limoeiro	180,285	295.552	143.956
Pernambuco	E.F de Recife a Olinda	12,726	-	-
Pernambuco	E.F Ribeirão a Bom Destino	47	7.711	3.141
Pernambuco	E.F de Recife a Várzea e Dois Irmão	25,43	1.523.876	-
Alagoas	E.F Central de Alagoas	150	97.123	123.531
Alagoas	E.F Paulo Affonso	115,853	1.313	1.588
Bahia	E.F de Bahia a Alagoinhas	123,34	269.786	86.213
Bahia	E.F do São Francisco	452,31	-	24.120
Bahia	E.F Central da Bahia	316,66	48.452	35.943

Bahia	E.F Nazareth	157,656	-	-
Bahia	E.F Bahia e Minas	142,4	-	-
Bahia	E.F de Santo Amaro	47,3	-	11.062
Bahia	E.F Centro-Oeste da Bahia	27,19	-	-
São Paulo	E.F Sorocabana	986,632	680.178	355.635
São Paulo	E.F Paulista	1.056	977.029	983.642
São Paulo	E.F Santos a Jundiahy	139	1.298.099	1.891.988

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas

Nota: Para o estado de São Paulo estão sendo consideradas as três estradas de ferro com maiores receitas, entre as 12 apontadas na série estatística.

**QUADRO 2 – Estações, receitas e despesas das ferrovias da região nordeste e de São Paulo em 1906 (réis)**

ESTADO	FERROVIA	DESPESA	RECEITA	SALDO/ DÉFICIT
Maranhão	E.F Caxias a cajazeiros	133:151\$818	110:762\$383	DÉFICIT 22:389\$435
Ceará	E.F de Baturité	902:145\$733	1.156:939\$390	SALDO 254:793\$657
Ceará	E.F de Sobral	260:816\$540	415:982\$060	SALDO 155:165\$520
Rio Grande do Norte	E.F Central do Rio Grande do Norte	51:793\$028	17:539\$000	DEFICIT 34:254\$028
Rio Grande do Norte	E.F de Natal a Independência	257:582\$210	220:348\$490	DEFICIT 47:233\$720
Paraíba	E.F Conde D'eu	701:497\$450	839:893\$100	SALDO 138:195\$650
Pernambuco	E.F Recife ao São Francisco	921:279\$080	1.855:211\$340	SALDO 933:932\$080
Pernambuco	E.F Central de Pernambuco	1.065:023\$030	1.398:244\$450	SALDO 333:221\$420
Pernambuco	E.F Sul de Pernambuco	579:668\$910	563:421\$080	DEFICIT 16:247\$830
Pernambuco	E.F de Recife a Limoeiro	903:622\$190	1.471:543\$470	SALDO 567:921\$280
Pernambuco	E.F de Recife a Olinda	334:731\$310	557:349\$140	SALDO 222:617\$830
Pernambuco	E.F Ribeirão a Bom Destino	36:502\$492	136:811\$714	SALDO 100:308\$772
Pernambuco	E.F de Recife a Várzea e Dois Irmão	347:252\$000	474:161\$000	SALDO 126:909\$000

Alagoas	E.F Central de Alagoas	643:252\$550	792:970\$430	SALDO 149:717\$880
Alagoas	E.F Paulo Affonso	103:428\$520	25:068\$030	DEFICIT 78:360\$490
Bahia	E.F de Bahia a Alagoinhas	844:589\$306	1.051:191\$940	SALDO 206:602\$634
Bahia	E.F do São Francisco	983:119\$322	1.205:388\$836	SALDO 222:192\$514
Bahia	E.F Central da Bahia	796:520\$996	1.055:257\$850	SALDO 258:736\$854
Bahia	E.F Nazareth	465:102\$00	643:350\$000	SALDO 178:248\$000
Bahia	E.F Bahia e Minas	445:043\$000	484:289\$000	SALDO 39:246\$000
Bahia	E.F de Santo Amaro	199:731\$647	237:924\$317	SALDO 38:192\$670
Bahia	E.F Centro-Oeste da Bahia	57:735\$780	17:075\$500	DEFICIT 40:660\$280
São Paulo	E.F Sorocabana	7.019:207\$386	12.736:715\$070	SALDO 5.717:507\$684
São Paulo	E.F Paulista	8.659:739\$026	27.110:074\$320	SALDO 18.450:335\$294
São Paulo	E.F Santos a Jundiahy	13.572:604\$490	27.901:068\$780	SALDO 14.328:464\$290

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas.

Nota: Para o estado de São Paulo estão sendo consideradas as três estradas de ferro com maiores receitas, entre as 12 apontadas na série estatística.

#### 4.4 Energia

Segundo Araújo (2016), no início do século XX, com a expansão de serviços que demandavam energia elétrica como os bondes, telecomunicação, gás, iluminação e a indústria, grupos privados, estrangeiros e nacionais, passam a investir nesse segmento. Esse período inicial de investimentos é denominado fase do monopólio privado. A primeira iniciativa de geração de eletricidade no nordeste ocorreu em 1905, na Bahia, a térmica Preguiça Velha.

O Rio São Francisco, além de ter exercido papel fundamental para a agricultura e pecuária durante o século XVII, passa a ter função estratégica na geração de energia da região nordestina. E, em 1913, entra em operação a Usina Hidrelétrica Angiquinho, que aproveita o potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

Na tabela 16, pode-se observar que a força motriz referente ao nordeste, em 1907, corresponde a apenas a 32% do total nacional, inferior ao potencial verificado no Rio de Janeiro, e assim como registrado com o número de estabelecimentos, urbanização e transporte, a partir

de 1920, São Paulo passa a liderar o *ranking* de força motriz do país, apontando para uma relação entre força motriz e a industrialização.

Em relação ao estado de São Paulo, a força motriz do nordeste era superior a do estado em 1907, mas na década de 20 já equivale a menos de 80% da força motriz do estado de São Paulo. E, após a mudança do eixo dinâmico da economia, na década de 1930, o nordeste alcança, em 1940, exíguos 42,3% da capacidade energética instalada em São Paulo. Ou seja, uma região possui a metade da potência instalada de um estado, deixando claro o quão insuficiente era a capacidade energética da região e quão deficitário seria o processo de industrialização em uma região sem o principal componente necessário ao funcionamento de uma indústria: a energia.

**TABELA 16-** BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Força motriz no setor industrial – diversos anos

	<b>Força motriz CV</b>			
	<b>1907</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	37.773	103.038	238.772	577.791
<b>Distrito Federal</b>	22.279	69.703	137.083	276.319
<b>Rio de Janeiro</b>	15.494	33.335	101.689	301.472
<b>Minas Gerais</b>	4.742	24.170	102.869	244.656
<b>Rio Grande do Sul</b>	5.796	30.345	109.112	244.426
<b>São Paulo</b>	18.301	100.216	443.635	1.135.764
<b>NORDESTE</b>	<b>35.359</b>	<b>79.377</b>	<b>187.828</b>	<b>333.101</b>
<b>Alagoas</b>	3.180	11.279	23.796	36.898
<b>Bahia</b>	5.181	14.712	26.959	44.843
<b>Ceará</b>	670	3.026	7.819	32.297
<b>Maranhão</b>	3.065	4.148	8.215	12.889
<b>Paraíba</b>	1.334	2.854	14.656	34.515
<b>Pernambuco</b>	19.374	33.820	79.518	126.427
<b>Piauí</b>	200	1.382	2.109	4.557
<b>Rio Grande do Norte</b>	270	996	6.041	12.929
<b>Sergipe</b>	2.085	7.160	18.715	27.746
<b>BRASIL</b>	<b>109.284</b>	<b>363.296</b>	<b>1.186.358</b>	<b>2.824.152</b>

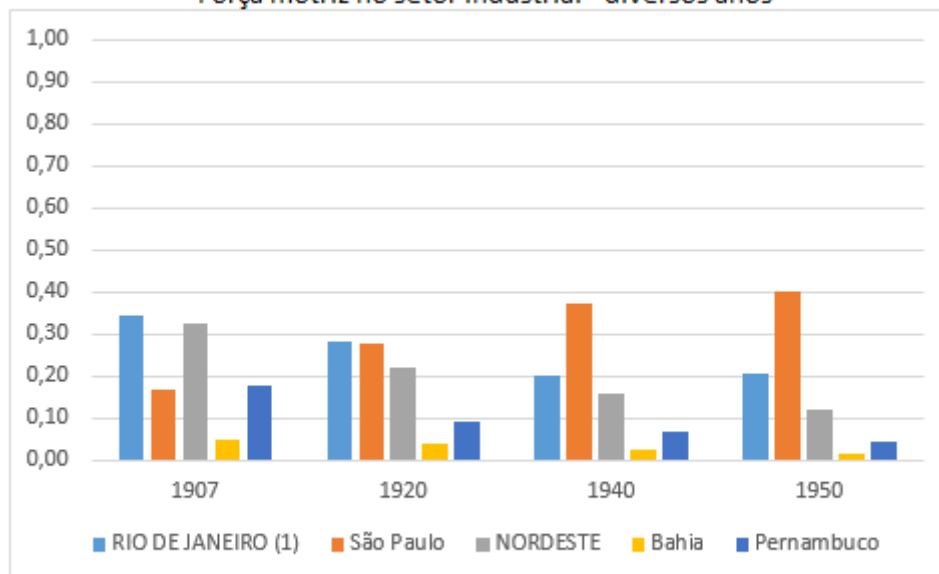
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Industriais diversos anos.

Nota: RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal.

O gráfico 4 traz o percentual de São Paulo e do Nordeste sobre o total nacional, bem como dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Pode-se verificar a grande

disparidade entre a região Nordeste e o estado de São Paulo, a partir de 1920. Conforme citado anteriormente, o nordeste correspondia a 32% do total nacional em 1907 e em 1950 sua participação no total cai para cerca de 10%, em detrimento dos avanços obtidos no estado de São Paulo, que correspondia a 16,7% em 1907 e passa a representar 40,2% da potência instalada nacional em 1950.

**GRÁFICO 4 - Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Percentual da Força motriz no setor industrial - diversos anos**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos.

A companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) é criada em 1945, segundo Araújo (2016), nesse período o interesse do Estado brasileiro estava voltado para se industrializar, em uma transição agrário-industrial e, a partir do segundo Governo Vargas, ocorre uma tomada do monopólio privado da energia elétrica pelo Estado e uma maior difusão através de políticas, como o Fundo Nacional de Eletrificação. Em 1954 a primeira hidrelétrica é construída no Rio São Francisco, Paulo Afonso I, que também foi o primeiro grande investimento estatal no setor de energia.

Para Araújo (2016), antes da criação da CHESF predominavam no nordeste pequenas instalações termelétricas, em consequência tanto da tarifa elevada quanto do reduzido mercado consumidor. De forma que essas instalações não se beneficiaram nem mesmo de economias de escala, de modo que a implantação da CHESF beneficiou amplamente a região, visando a utilização de seu potencial hidrelétrico e o seu desenvolvimento socioeconômico. Todavia, conforme quadro abaixo, as principais usinas, companhias e hidrelétricas criadas na região foram criadas a partir de 1958.

**QUADRO 3** - Principais usinas, companhias e hidrelétricas criadas no Nordeste até 1965

<b>EMPRESA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ANO</b>
Termelétrica Cruz do Peixe	João Pessoa/ PB	1912
Termelétrica Mauricéia	Recife / PE	1914
Usina Elétrica de Teresina	Teresina / PI	1914
Termelétrica Codó	Codó / MA	1919
Hidrelétrica Santa Cruz	Estância / SE	1926
Companhia Energia Elétrica da Bahia (CEEB)	Salvador / BA	1929
Centrais Elétricas do Maranhão S.A. (Cemar)	Maranhão	1958
Companhia Sul Sergipana de Eletricidade (Sulgipe).	Sergipe	1958
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba)	Bahia	1959
Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal)	Alagoas	1960
Companhia de Serviços Elétricos do Estado do Rio Grande do Norte (Cosern)	Rio Grande do Norte	1961
Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança (Cohebe)	Piau	1961
Centrais Elétricas do Piauí S.A. (Cepisa)	Piauí	1962
Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor)	Ceará	1962
Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano (Codebro)	Paraíba	1964
Sociedade de Economia Mista Eletrocariri S.A	Paraíba	1964
A Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE)	Pernambuco	1965

Fonte: ARAÚJO, P. G.M. Energia elétrica no Nordeste Brasileiro, 2016.

#### 4.5 Nível de investimento no setor industrial



No início do século XX, 1907, o capital aplicado no setor industrial nos estados da região nordeste além de baixo, correspondendo a apenas 20% do total nacional, era altamente concentrado, Bahia, Pernambuco e Sergipe, representavam 70% de todo o capital investido na região, conforme tabela 17. A concentração dos investimentos no setor industrial em determinados estados também é verificada em nível nacional, tendo em vista que nesse ano os investimentos no setor industrial do Rio de Janeiro corresponderam a 40% do total nacional.

Entre 1903-1913 ocorre o primeiro surto industrial do Brasil, na visão de Villela e Suzigan (1973), que teria sido impulsionado pelo aumento dos gastos do governo e pelo desenvolvimento do transporte. Como visto anteriormente, na região nordeste a introdução das ferrovias não gerou o mesmo dinamismo verificado no sudeste, além disso, os autores ressaltam que o principal fator para o surto teriam sido derivados do café, que com a crise do início do século favoreceu a indústria com uma oferta de mão-de-obra e mercado consumidor, correspondentes aos trabalhadores que saem do meio rural para o urbano no momento de crise.

Na década 1920, acontece o deslocamento crescente da localização industrial do Rio de Janeiro para São Paulo e o desenvolvimento na indústria de energia elétrica, através de potência hidráulica, fez com que a capacidade geradora instalada no país se expandisse, entretanto, assim como o transporte, esse setor não possuiu no nordeste a mesma expansão verificada no sudeste, e como visto anteriormente a maior parte dos investimento do setor de energia elétrica, no nordeste, foram realizados a partir de 1958, o que demonstra o grande atraso da região.

O nordeste corresponde em 1920 a 18% dos investimentos nacionais, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro correspondem a 60% do total investido no setor industrial, impulsionado pelo desenvolvimento dos transportes, mercado consumidor, urbanização, e da indústria de energia elétrica, possibilitados principalmente pelas condições favoráveis do seu setor exportador. Segundo Villela e Suzigan (1973), em períodos de desvalorização cambial, essas regiões ampliavam sua produção, e em momentos de valorização cambial, ampliavam a sua formação de capital do setor industrial, o que era possível devido a capacidade para importar que imprimia as condições favoráveis do seu setor exportador.

Em 1930 ocorre a mudança do eixo dinâmico da economia, e a expansão do processo industrial do país, entretanto, é importante ressaltar que nesse período a desvalorização cambial que favoreceu a indústria tornando os produtos importados relativamente mais caros, também prejudica a importação de máquinas e equipamentos, de forma que a proteção só era efetiva

para indústrias que utilizavam matéria-prima local e expansão se deu pela utilização da capacidade ociosa das indústrias já instaladas, essa característica valeu ao nordeste a ampliação da disparidade já existente em relação ao sudeste, tendo em vista em 1920, década anterior, São Paulo e Rio de Janeiro eram as regiões com maior número de estabelecimentos, conforme tabela 14, ou seja, maior capacidade ociosa para expansão.

Comparando a região Nordeste apenas ao estado de São Paulo, observa-se que em 1907, o capital aplicado no setor industrial na região superava o verificado em São Paulo, em 1920, com o deslocamento da indústria para São Paulo, os investimentos do nordeste passam a corresponder a 66,5%, e em 1940, uma década após a industrialização por substituição de importações, os investimentos no setor industrial da região nordeste correspondem a 27,3% do capital aplicado em São Paulo, caindo para 22,6% em 1950.

**TABELA 17 – BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Capital aplicado no setor industrial - diversos anos**

	<b>K aplicado (Cr\$ 1 000)</b>				
	<b>1907</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	251.770	625.628	4.447.959	12.480.779	34.578.684
<b>Rio de Janeiro</b>	83.144	183.959	2.895.267	6.319.672	65.612.128
<b>Distrito Federal</b>	168.626	441.669	1.552.692	6.161.107	-
<b>Minas Gerais</b>	27.750	95.035	1.237.747	4.190.782	27.225.400
<b>Rio Grande do Sul</b>	49.206	250.690	1.397.004	4.056.488	24.588.876
<b>São Paulo</b>	127.702	559.809	7.778.815	22.977.603	204.799.463
<b>NORDESTE</b>	<b>135.276</b>	<b>372.790</b>	<b>2.130.465</b>	<b>5.215.004</b>	<b>33.591.426</b>
<b>Alagoas</b>	10.788	42.746	230.879	548.264	2.214.529
<b>Bahia</b>	26.393	71.933	348.693	650.078	8.571.023
<b>Ceará</b>	3.521	17.715	107.446	486.976	2.387.638
<b>Maranhão</b>	13.245	16.369	52.766	123.568	1.375.776
<b>Paraíba</b>	5.208	16.330	181.151	502.082	1.932.383
<b>Pernambuco</b>	58.724	165.077	998.643	2.236.523	14.075.267
<b>Piauí</b>	1.311	7.982	17.044	61.733	340.017
<b>Rio Grande do Norte</b>	1.913	7.127	76.568	311.693	1.560.635
<b>Sergipe</b>	14.173	27.511	117.275	294.087	1.134.158
<b>BRASIL</b>	<b>654.752</b>	<b>2.032.280</b>	<b>18.033.237</b>	<b>53.408.196</b>	<b>389.999.492</b>

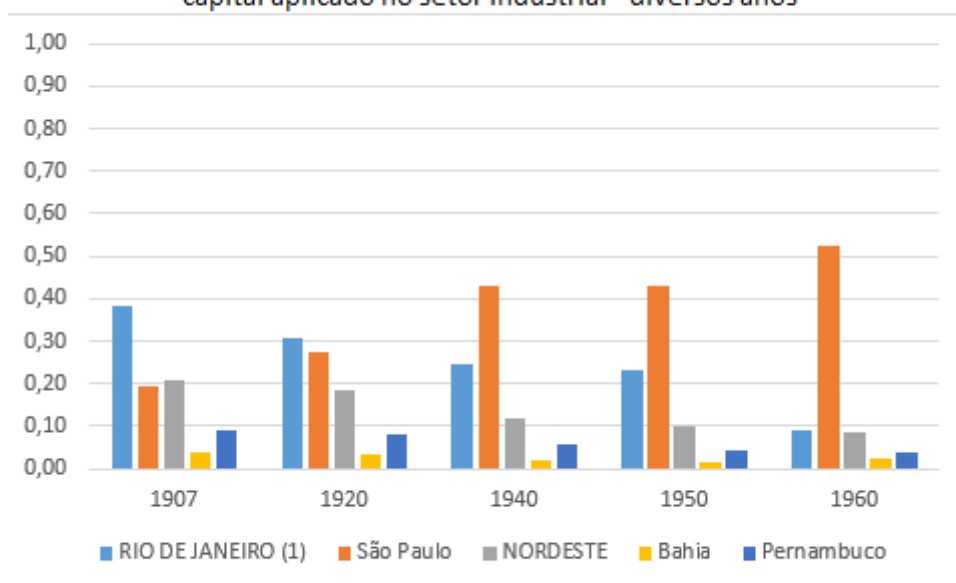
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Industriais diversos anos.

Nota: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal.

II - Em 1960 o Rio de Janeiro corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais Guanabara.

Os dados demonstram que os investimentos no setor industrial no Sudeste, anterior a 1920, favoreceram a expansão da região em 1930 e ampliaram a disparidade em relação a região nordeste, que devido aos exíguos investimentos anteriores não teve condições de acompanhar o nível de crescimento do setor industrial verificado no período e concentrado no sudeste. Os resultados estão sintetizados no gráfico 5, onde pode-se observar o crescimento dos investimentos no estado de São Paulo, em relação ao total nacional, em detrimento da queda da participação da região nordeste.

**GRÁFICO 5 - Brasil e Unidades da Federação selecionadas - Percentual do capital aplicado no setor industrial - diversos anos**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, censos industriais diversos anos.

O valor da transformação industrial, com dados do IBGE a partir de 1940, permite perceber a mesma tendência de disparidade existente em relação ao capital aplicado, quando comparada a região nordeste ao estado de São Paulo. Em 1940 o valor da transformação industrial do nordeste corresponde a 26,3% do valor da produção do estado de São Paulo, aproximadamente o mesmo percentual que corresponde o capital aplicado no setor industrial, conforme visto anteriormente, as diferenças entre a região e o estado continuam aumentando e, em 1970 o valor da produção industrial do nordeste corresponde a apenas 10,71% da produção de São Paulo, conforme tabela 18.

**TABELA 18 - BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor nominal da transformação industrial - diversos anos**

<b>Valor da transformação industrial (Cr\$ 1 000)</b>					
	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	2.162.257	11.951.994	95.848.815	8.390.188	418.553.412
<b>Rio de Janeiro</b>	421.506	3.476.828	95.848.815	8.390.188	418.553.412
<b>Distrito Federal</b>	1.740.751	8.475.166	-	61.236	6.797.705
<b>Minas Gerais</b>	605.785	3.803.204	33.566.775	3.864.796	328.195.956
<b>Rio Grande do Sul</b>	707.022	4.280.425	38.310.990	3.410.331	287.630.652
<b>São Paulo</b>	2.988.920	25.869.093	301.914.041	31.059.300	2.105.850.014
<b>NORDESTE</b>	<b>786.588</b>	<b>4.933.771</b>	<b>42.332.128</b>	<b>3.160.810</b>	<b>323.459.610</b>
<b>Alagoas</b>	84.081	429.093	2.914.526	206.024	14.008.103
<b>Bahia</b>	104.832	810.612	13.416.871	839.080	142.486.145
<b>Ceará</b>	39.359	333.426	3.127.287	395.349	35.867.999
<b>Maranhão</b>	22.667	143.565	1.493.528	97.869	9.212.401
<b>Paraíba</b>	72.014	479.638	3.368.116	187.414	16.341.756
<b>Pernambuco</b>	382.379	2.276.429	14.142.187	1.153.364	77.935.329
<b>Piauí</b>	5.872	27.924	364.933	35.297	4.379.210
<b>Rio Grande do Norte</b>	32.448	226.640	2.147.639	168.784	15.754.723
<b>Sergipe</b>	42.936	234.368	1.357.041	77.629	7.473.944
<b>BRASIL</b>	<b>7.743.496</b>	<b>55.038.897</b>	<b>553.918.842</b>	<b>54.837.311</b>	<b>4.017.104.045</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Industriais diversos anos.

Notas: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal até 1950.

II - Em 1960 e 1970 o Rio de Janeiro corresponde a soma do estado mais Guanabara.

Na tabela 19, os valores da transformação industrial foram atualizados à preços de 1980, para isto foi utilizado o índice IPC (FIPE). Dessa forma, pode-se observar a taxa de crescimento da transformação industrial entre 1940 e 1980.

Durante o período, o nordeste só alcança uma taxa de crescimento superior à taxa nacional e a de São Paulo em 1980 quando cresce, em média, 323%, em relação a 1970, enquanto o Brasil cresce 213% e São Paulo 190%. Entretanto, em valores absolutos, em 1980, o valor da transformação industrial do Estado de São Paulo era cerca de seis vezes o valor da transformação industrial do nordeste.

Os estados da região mais destacados em termo de valor da transformação industrial foram Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará. E a partir de 1970, verifica-se uma forte concentração nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Vale ressaltar que durante o período de 1940 a 1980, a taxa de crescimento do estado da Bahia é de 4849%, o que o faz ultrapassar

Pernambuco, alcançando a primeira posição do Nordeste em valor da transformação industrial. A taxa de crescimento do estado do Ceará foi de 3218%, ocupando o terceiro lugar no *ranking*. Os dois estados cresceram a taxas superiores às apresentadas pelo Brasil, 2222%, e pelo estado de São Paulo, 2465%.

**TABELA 19** - BRASIL e Unidades da Federação selecionadas - Valor real da transformação industrial a preços de 1980- diversos anos

	<b>Valor da transformação industrial (Cr\$ 1 000)</b>				
	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
<b>RIO DE JANEIRO (1)</b>	59.387.373	82.630.465	81.328.777	196.140.704	418.553.412
<b>Rio de Janeiro</b>	11.576.854	24.037.153	81.328.777	196.140.704	418.553.412
<b>Distrito Federal</b>	47.810.518	58.593.311	-	1.431.538	6.797.705
<b>Minas Gerais</b>	16.638.161	26.293.564	28.481.779	90.348.847	328.195.956
<b>Rio Grande do Sul</b>	19.418.681	29.592.845	32.507.298	79.724.641	287.630.652
<b>São Paulo</b>	82.092.048	178.846.741	256.177.394	726.085.395	2.105.850.014
<b>NORDESTE</b>	<b>21.603.997</b>	<b>34.109.772</b>	<b>35.919.278</b>	<b>73.891.491</b>	<b>323.459.610</b>
<b>Alagoas</b>	2.309.323	2.966.547	2.473.007	4.816.304	14.008.103
<b>Bahia</b>	2.879.259	5.604.190	11.384.363	19.615.501	142.486.145
<b>Ceará</b>	1.081.013	2.305.151	2.653.538	9.242.228	35.867.999
<b>Maranhão</b>	622.559	992.541	1.267.275	2.287.922	9.212.401
<b>Paraíba</b>	1.977.897	3.315.992	2.857.884	4.381.250	16.341.756
<b>Pernambuco</b>	10.502.213	15.738.159	11.999.802	26.962.641	77.935.329
<b>Piauí</b>	161.277	193.053	309.650	825.152	4.379.210
<b>Rio Grande N.</b>	891.199	1.566.882	1.822.295	3.945.730	15.754.723
<b>Sergipe</b>	1.179.257	1.620.310	1.151.464	1.814.763	7.473.944
<b>BRASIL</b>	<b>212.678.642</b>	<b>380.513.045</b>	<b>470.006.248</b>	<b>1.281.953.252</b>	<b>4.017.104.045</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Censos Industriais diversos anos.

Notas: I - RIO DE JANEIRO (1) corresponde a soma do estado do Rio de Janeiro mais o Distrito Federal até 1950.

II - Em 1960 e 1970 o Rio de Janeiro corresponde a soma do estado mais Guanabara.

III - Valores corrigidos pelo índice de preços IPC (FIPE).

IV - Correção de 1000 unidades monetárias até 1960 em virtude da mudança de padrão monetário de 1970.

É de suma importância destacar o fato que em 1959 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a finalidade de estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da região e promover a expansão industrial em direção ao Nordeste. Segundo Mascanheiras e Neto (2009), a criação da SUDENE foi resultado da ampliação das disparidades existentes entre o nordeste e o centro-sul do país e as causas imediatas para a sua criação foram a seca de 1958 e suas consequências: desemprego rural e êxodo. Anterior a criação da superintendência foram criados o Banco do Nordeste em 1952 e o Grupo de Trabalho

para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956. Entretanto, segundo Mascaneiras e Neto (2009), os resultados da SUDENE no final de duas décadas são motivos de controvérsias, predominando a opinião de que a superintendência, no mínimo, falhou.

O mecanismo 34/18, isentava cinquenta por cento do imposto de renda o capital nacional (34) e estrangeiro (18) desde que aplicados no Nordeste e, posteriormente, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), com o objetivo de ter maior controle dos empréstimos, com a eliminação dos intermediários, desenvolver a autonomia local. Entretanto, não gerou-se a quantidade de emprego esperada, entre 1960 e 1980 foram gerados menos de 400 mil empregos diretos no nordeste, além disso, o mecanismo era centralizador, privilegiando mais as empresas maiores e subsidiando as transferências de capitais do centro sul para o nordeste, que utilizavam mão-de-obra qualificada importada e pagavam baixos salários aos empregados locais e concentrado os investimentos nos estados de Pernambuco, Bahia, e Ceará, fato que explica o destaque das três regiões citado anteriormente no que se refere a transformação industrial a partir de 1950.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento tardio do setor industrial verificado na região Nordeste deve-se ao seu histórico no que se refere ao fluxo de renda, nível de acumulação e crescimento. Essas características ditaram a situação econômica em que encontrava-se a região no início do século XX, quando o embrião da industrialização começa a se formar no país.

A economia açucareira possuía cinco características principais que limitaram seu desenvolvimento: concentração de renda, caráter escravista, apropriação do excedente pela metrópole, dependência externa, e crescimento extensivo da atividade.

O caráter escravista limitou a formação dos dois mercados principais para impulsionar o dinamismo econômico de uma região: mercado consumidor e mercado produtor. Dado o limitado mercado produtor interno, em razão da falta de um mercado consumidor de grandes dimensões, a demanda por bens de consumo era atendida através da importação, de forma que o fluxo de renda foi estabelecido entre a unidade produtora e o exterior, não havendo impactos significativos na economia interna da região e a apropriação de parte do excedente pela metrópole, tem como consequência a limitação da acumulação de capital, que também sofre impacto da forte dependência externa no que se refere a demanda e ao preço do açúcar e também do algodão no mercado internacional.

O crescimento extensivo da atividade, é, talvez, o fator mais importante para o baixo desenvolvimento da região durante o período colonial e principalmente no período posterior a ele. A oferta abundante de terras e mão-de-obra do período permitia o crescimento da atividade através da utilização de unidades adicionais desses insumos, sem que mudanças estruturais ocorressem e sem ganhos de eficiência, e a essas características se deve a perda de mercados para fornecedores mais competitivos no exterior, a partir do final século XVII e, durante o século XX, a perda da hegemonia interna para a produção do artigo no sudeste do país, conforme explicado no capítulo 1.

A baixa dos preços do artigo no mercado internacional ocasionou a perda de rentabilidade da atividade, para a produção brasileira, devido à falta de condições de competir no mercado com a produção externa realizada a níveis mais elevados de eficiência. As condições desfavoráveis no mercado internacional reduzem a rentabilidade e capacidade de importar da região, o que limita as condições de renovação técnica da capacidade produtiva. Assim, tornava-se cada vez menos competitiva e compromete cada vez mais o excedente, o lucro, a acumulação e o fluxo de renda.

Os níveis baixos de eficiência da atividade mergulharam a economia açucareira em um processo de declínio secular ao limitar sua capacidade de competição em mercados concorrenciais. O baixo nível de progresso técnico da atividade até o final do século XVII está associado aos elevados preços e o monopólio somados a abundância de terra e mão-de-obra que permitiam o aumento da produção sem grandes mudanças estruturais, a partir de então a queda secular dos preços e a forte concorrência determinam a dificuldade da região de renovar tecnologicamente seu aparelho produtivo.

Além disso, a atividade açucareira é caracterizada pela sua dificuldade de desarticulação, mesmo em períodos de crise, devido à grande imobilização de capital necessária para sua instalação bem como pela falta de uso alternativo das instalações e da mão-de-obra, fator que é determinante para limitar o desenvolvimento da região nordeste, tendo em vista que reduz a acumulação de capital, ao manter-se uma atividade de baixa rentabilidade, dificulta o surgimento de novas atividades e limita o processo de urbanização na medida em que mantém a população na zona rural.

O algodão, o segundo artigo de exportação do nordeste, a semelhança do açúcar, também não conseguia se impor no mercado internacional, tendo participação significativa apenas em momentos de grandes crises em que os fornecedores tradicionais estariam fora do mercado, como a Guerra da Independência dos Estados Unidos e a Guerra da Secessão, que permitiram grandes avanços da produção algodoeira nordestina, entretanto, os surtos algodoeiros voltavam a normalidade com o retorno dos Estados Unidos ao mercado.

Com a abolição da escravatura, o impacto da adoção da mão-de-obra assalariada na região Nordeste não possui, nem de longe, o mesmo dinamismo verificado na região Sudeste do país, tendo em vista que abolição da escravatura se dá em um período em que a economia da região se encontra em declínio e o trabalho assalariado no nordeste torna-se um regime apenas de fachada. Assim, apesar de ampliar o mercado consumidor, o baixo nível de renda dos trabalhadores livres nordestinos se constitui em um freio para o desenvolvimento da região.

É importante ressaltar a fator terra na determinação dos baixos níveis salariais. Com a lei das terras de 1850, a maior parte das terras da região nordeste foi ocupada por grandes latifúndio, de forma que o trabalhador livre não teve a opção de migrar. Além disso, os grandes latifúndios dificultaram a expansão de outras culturas, como o que ocorreu no sudeste do país, onde os colonos possuíam pequenos lotes de terra e desenvolviam produção de diversos artigos,



inclusive a plantação de cana-de-açúcar para a produção de aguardente, que durante o século XIX teria superado a produção nordestina.

A crise secular que enfrentou a região nordeste provocou os baixos níveis de urbanização, os baixos níveis salariais, os baixos níveis de investimento em setores essenciais de infraestrutura: transporte e energia, e por consequência de todos esses fatores, os baixos níveis de investimento e desenvolvimento no setor industrial, e a razão primeira de todos esses fatores foram o baixo nível de eficiência da região no âmbito da produção, que comprometeu as condições de competição da produção nordestina no mercado internacional e a dificuldade de desarticulação da atividade, que manteve a atividade mesmo com a rentabilidade reduzida.

As disparidades econômicas entre Sudeste e Nordeste são verificadas a partir do declínio da atividade exportadora do Nordeste e do desenvolvimento da mineração no sudeste, entretanto, com o processo de industrialização por substituição de importações que passa a região sudeste na década de 1930, ocorre uma amplificação desse quadro e ampliam-se também as dificuldades da região Nordeste de acompanhar o crescimento do restante do país.

Assim, não se verificam na região condições favoráveis ao desenvolvimento industrial até a primeira metade do século XX. O baixo nível de investimento no momento de auge do setor exportador valeu a região nordeste todo o atraso verificado posteriormente, uma vez que não se formaram na região os pré-requisitos para a formação do setor industrial. A região possuía um limitado mercado consumidor, com demanda pouco diversificada, exíguas fontes de energia, sistema de transporte deficitário, baixo nível de urbanização, e o declínio das principais atividades imprimia a região baixa capacidade de importar, baixa rentabilidade, comprometia a acumulação, e limitava o progresso técnico, de forma que além de não possuir condições de financiar seu processo industrial, não era uma região atrativa para investimentos externos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M.P (Org). **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2014. p. 1-45.
- ARAÚJO, P. G.M. **Energia elétrica no Nordeste Brasileiro: Das primeiras termelétricas às usinas fotovoltaicas e eólicas**. 2016. Disponível em <<http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/Artigo%20-%20Energia%20el%C3%A9trica%20no%20Nordeste%20Brasileiro.pdf>> Acesso em: 15 de Agosto de 2018.
- BARROS, A.R. **Desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Elsevier, 2011.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: ed. Difel, 1975.
- CASTRO, A.B. **7 Ensaio sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 1980.
- FREITAS NETO, J.A.F; TASINAFO, C.R. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: ed. Harbra, 2006.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Fundo de Cultura, 1959.
- GADELHA, R.M.A.F. A lei das terras (1850) e abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **R. História**, São Paulo. 120, p.153-162, jan/jul.,1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**. 2º edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- \_\_\_\_\_, **Séries Estatísticas Retrospectivas**. Volume 2 (O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias). Tomo 3 (Indústria de Transportes e Indústria Fabril). Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- \_\_\_\_\_, **Recenseamento do Brasil (1º de Setembro de 1920)**. Volume 4 (Indústria). Rio de Janeiro: IBGE, 1927.
- \_\_\_\_\_, **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Nacional. Volume 3 (Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços). Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- \_\_\_\_\_, **VI Recenseamento Geral do Brasil**. Série Nacional. Volume 3, tomo 1.Censo Industrial. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

\_\_\_\_\_, **VII Recenseamento Geral do Brasil**. Série Nacional. Volume 3. Censo Industrial. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

\_\_\_\_\_, **VIII Recenseamento Geral do Brasil**. Série Nacional. Volume 4. Censo Industrial. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

\_\_\_\_\_, **IX Recenseamento Geral do Brasil**. Série Nacional. Volume 3, tomo 2, parte 1, número 1. Censo Industrial: dados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

MACHADO, F.B.P. **Brasil, a doce terra - História do Setor**. EMBRAPA. 2003. Disponível em

<[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia\\_da\\_cana\\_000fhc62u4b02\\_wyiv80efhb2attuk4ec.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia_da_cana_000fhc62u4b02_wyiv80efhb2attuk4ec.pdf)> Acesso em: 16 de julho de 2018.

MASCARENHAS, L; LOURENÇO NETO, S. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. 2009. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene> > Acesso em: 16 de novembro de 2018.

MELLO, J. M.C. de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.

SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SILVA, F.C.T. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil colônia. **R. Estudos sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.8, p. 119 -156, abril, 1997.

STEIN, S.J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SZMRECSÁNYI, T; MOREIRA, E. D. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **R. Estudos Avançados**. São Paulo, v.5, n.11, p. 59-79, Jan/Abr, 1991. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100006)> Acesso em 17 de novembro de 2018.

VILLELA, A.V; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945**. Rio de Janeiro: ed. IPEA/INPES, 1973.

